Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens
00000016950

ISBN 85-336-1030-0
9 788533 610309

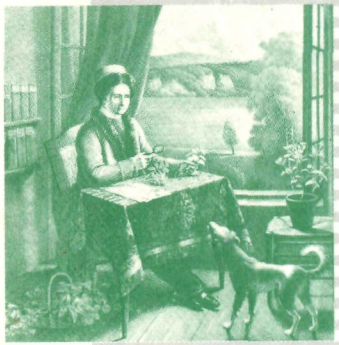
J.-J. Rousseau Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens

Coleção Clássicos Filosofia

1
R264d
RG. 1695
Ex. 1

Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens

J.-J. Rousseau



Martins Fontes

Quatro anos após a publicação do *Discurso Sobre as Ciências e as Artes* (1750), que o tornou famoso, Rousseau encontrou a oportunidade de desenvolver seus princípios com o *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*. Aqui ele se revela o porta-voz dos humilhados e ofendidos, o intérprete de todos aqueles condenados pela ordem social a viver em situação de banidos. Dirige-se a todos os homens e oferece-lhes, por seus escritos, a imagem do homem integral. Designa o universal indicando-o na ordem dos fatos e na ordem do dever.

O *Discurso Sobre a Desigualdade* é uma obra-fonte a partir da qual se pode começar toda a reflexão moderna sobre a natureza da sociedade.

CAPA

Imagem *Rousseau em Bienne (gravura)*
Detalhe

Projeto gráfico Katia Harumi Terasaka

DISCURSO SOBRE A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS

DISCURSO SOBRE A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS

Precedido de

DISCURSO SOBRE
AS CIÊNCIAS E AS ARTES

J.-J. Rousseau

Cronologia e introdução
JACQUES ROGER
Tradução
MARIA ERMANTINA GALVÃO

Martins Fontes
São Paulo 1999

Títulos originais: DISCOURS SUR LES SCIENCES ET LES ARTS e DISCOURS SUR L'ORIGINE ET LES FONDEMENTS DE L'INÉGALITÉ PARMI LES HOMMES.
Copyright © 1971, Garnier-Flammarion, Paris, para a cronologia e a introdução de Jacques Roger.
Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo, 1993, para a presente edição.

1ª edição
setembro de 1993
2ª edição
abril de 1999

Tradução
MARIA ERMANTINA GALVÃO

Revisão da tradução
Marina Appenzeller
Revisão gráfica
Maria Inês Montenegro de Azevedo
Márcia da Cruz Nóboa Leme
Produção gráfica
Geraldo Alves
Paginação/Fotolitos
Studio 3 Desenvolvimento Editorial (6957-7653)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778.
Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens / J.-J. Rousseau ; tradução Maria Ermantina Galvão ; cronologia e introdução Jacques Roger. – 2ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 1999. – (Clássicos)

Título original: Discours sur les sciences et les arts...
Bibliografia.
ISBN 85-336-1030-0

1. Filosofia francesa 2. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778 I. Título. II. Série.

99-1134 CDD-194

Índices para catálogo sistemático:
1. Filosofia francesa 194
2. Filósofos franceses 194
3. França : Filosofia 194

Todos os direitos para a língua portuguesa reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340
01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (011) 239-3677 Fax (011) 3105-6867
e-mail: info@martinsfontes.com
http://www.martinsfontes.com

Índice

Introdução VII
Cronologia XXIX

DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS E AS ARTES

Advertência 5
Prefácio 7
Discurso 9
Carta de J.-J. Rousseau sobre a refutação de seu Discurso pelo Sr. Gautier 41
Resposta ao rei da Polônia, duque de Lorena 57
Observações de J.-J. Rousseau, de Genebra 59
Última resposta de J.-J. Rousseau 85
Carta ao abade Raynal 115
Carta de J.-J. Rousseau, de Genebra, sobre uma nova refutação de seu *Discurso* por um acadêmico de Dijon 119
Prefácio de uma *Segunda carta a Bordes* 127

DISCURSO SOBRE A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS

À República de Genebra 135
Prefácio 149
Questão proposta pela Academia de Dijon 157
Advertência sobre as notas 158
Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens 159
Carta de Voltaire a J.-J. Rousseau 245
Resposta [a Voltaire] 251
Carta de J.-J. Rousseau ao Sr. Philopolis 257
Anotações de Voltaire sobre o Discurso sobre a desigualdade das condições, de J.-J. Rousseau 267

Notas 277
Bibliografia 329

Introdução

A celebridade de Rousseau data do *Discurso sobre as ciências e as artes* e, se foi preciso esperar o *Discurso sobre a origem da desigualdade* para que o "Rousseau músico" se tornasse o Rousseau filósofo, foi porque a encenação de *Le devin du village* (O adivinho da aldeia) e mais ainda a *Lettre sur la musique française* (Carta sobre a música francesa) fizeram o público acreditar que a música era mais importante em sua vida do que a filosofia[1]. Retrospectivamente, como sempre, foi mais fácil entender o fato, e Rousseau pôde fazer desse "instante de desvario", que o revelava a si mesmo, a origem de sua glória e de suas desditas.

"Essa obra, que me valeu um prêmio e me fez um nome, é quando muito medíocre", escreverá ele mais tarde à guisa de Advertência, e especificará no livro VIII das *Confissões*: "Essa obra, cheia de calor e de força, carece completamente de lógica e de ordem; de todas as que brotaram de minha pena, é a mais fraca de raciocínio e a mais pobre de número e de harmonia." Esse juízo só parecerá severo se introduzirmos nesse primeiro *Discurso* tudo o que não está nele e que Rousseau dirá mais tarde. A Academia de Dijon tentara rejuvenescer um velho de-

bate inserindo-lhe um elemento da mitologia do Iluminismo, o "restabelecimento das ciências e das artes" após a noite da Idade Média. Talvez esperasse um elogio de Francisco I, de Henrique IV ou de Luís, o Grande. Mas Rousseau, que prefere Licurgo e Fabrício, deixa deliberadamente de lado o contexto histórico imposto pela questão e volta à oposição clássica entre a ciência e a virtude. Os padres da Igreja haviam debatido longamente sobre ela, a propósito das letras pagãs e da virtude cristã; Santo Agostinho, em particular, voltara a essa questão muitas vezes e consagrara ao tema os quatro livros de *De doctrina christiana*. O século XVI prosseguira a discussão, exaltando a piedade em detrimento das letras antigas ou da escolástica medieval. Não era então um paradoxo preferir a simplicidade evangélica aos prestígios de uma vã curiosidade intelectual, lembrar, com Rabelais, que "ciência sem consciência não é mais que ruína da alma", denunciar, com Montaigne – que Rousseau utiliza largamente – e Agrippa de Nettesheim – que logo ele descobrirá – a incerteza, a vaidade e o perigo moral de conhecimentos ilusórios. Porém a revolução cartesiana, o desenvolvimento das técnicas, os progressos do luxo e do conforto deslumbraram bastante os espíritos para que a velha desconfiança cristã e céptica parecesse daí em diante um paradoxo insustentável.

Quanto ao cerne do problema, Rousseau não se distingue pelo rigor da análise e do raciocínio. As "provas" históricas são lançadas com mais vigor do que precisão e respeito aos fatos. As "artes" são intensamente condenadas, tanto mais porque a mesma palavra designa indistintamente os artifícios da polidez mundana, as técnicas provedoras de luxo e de indolência, e as belas-artes que

preferem o bonito ao sublime. Uma incerteza mais grave esconde a origem de nossas desditas: deve-se crer que, na "simplicidade dos primeiros tempos", os homens eram "inocentes e virtuosos" (p. 28) e que foram corrompidos pelas ciências e artes, ou deve-se admitir, ao contrário, que "os homens são perversos" (p. 21) e que "as ciências e as artes devem (...) seu nascimento aos nossos vícios" (p. 23)? A nostalgia dos primórdios acompanha em geral o desprezo do mundo, e Rousseau sonha com o tempo das choupanas como Pascal com a Igreja primitiva; mas seu sistema ainda não está constituído. O que quer que ele tenha dito mais tarde, em particular na carta a Malesherbes de 12 de janeiro de 1762 ou no segundo *Diálogo*, a iluminação de Vincennes não lhe revelou uma interpretação completa da natureza do homem e da sociedade, assim como não lhe impôs tornar-se "autor quase sem querer".

Entretanto, seu pensamento já tomou sua orientação fundamental. Se condena as ciências e as artes, não é por elas afastarem de Deus – rigorosamente ausente desse texto – nem por prejudicarem a sabedoria individual, mas por destruírem a comunidade dos homens. A palavra "virtude" tem aqui apenas um sentido, e é o inteiro devotamento do homem aos seus semelhantes, do cidadão à pátria. As outras qualidades morais não passam de condições ou de conseqüências. Daí o surpreendente elogio das virtudes guerreiras, que o filósofo admira quando se trata do soldado cidadão. Daí sobretudo a condenação global de uma sociedade fundada na concorrência, no luxo, no dinheiro: "E o que será da virtude, quando for preciso enriquecer a qualquer preço?" (p. 25). Dos primeiros homens, Rousseau diria

de bom grado o que se dizia dos primeiros cristãos: vede como eles se amam.

Mas essa nostalgia não é nada cristã, nem sequer religiosa. Rousseau fundamenta sua condenação, principalmente, na imagem heróica da altivez republicana, que ele formou para si já em sua juventude. O primeiro *Discurso* introduz os heróis de sua mitologia pessoal, os *Homens ilustres* de Plutarco, o Tácito que vira na bancada do seu pai, a Esparta de Licurgo, que também citará em seu *No no passeio*, alguns meses antes de morrer, a República de Genebra, que ele idealiza com prazer tanto maior por tê-la deixado há mais de vinte anos, e da qual se diz cidadão, ao passo que perdeu esse direito por sua conversão ao catolicismo. Dessa altivez republicana, que o *Mercure* e as *Mémoires de Trévoux* assinalarão maliciosamente, desse "gosto heróico e romântico", como ele o denomina na carta a Malesherbes, Rousseau tentou desfazer-se, sob a influência da sra. de Warens. A *Epître à Parizot*, em 1742, havia solenemente "(abjurado) para sempre essas máximas ferozes" e até mesmo celebrado "todos os prazeres do gosto, os encantos das belas-artes".

Em vão. Nessa sociedade, à qual ele se esforçava por se adaptar, Rousseau já sabia que não seria feliz. Os acontecimentos não podiam deixar de justificar-lhe os temores.

As obras autobiográficas nos permitem compreender por que esse fracasso era inevitável. A timidez, a lentidão e a inabilidade de suas reações, que o tornam inapto para desempenhar seu papel numa sociedade brilhante e espirituosa, impõem uma tortura perpétua a Rousseau. E, sobretudo, ele depende da atenção dos outros, quer ser constantemente aprovado e compreendido, e nunca

ulga sê-lo. Incapaz de ser ele mesmo, incapaz de ser como os outros, sempre vítima da "falsa vergonha" e maldizendo-se por sê-lo, viveu constrangido e ansioso. Consciente de uma "singularidade", que não ousa porém exibir, já se sente sozinho e, por que não, ameaçado. Tudo isso irromperá mais tarde, no grande dia da ruptura com os "filósofos" e das análises das *Confessions*; mas tudo isso já está contido no verso de Ovídio que serve de epígrafe ao primeiro *Discurso*: "Para eles sou um bárbaro, porque não me compreendem."

E o *Discurso* inteiro é animado por essa inquietude e por esse ressentimento. "Exasperado pelas injustiças que experimentara", diz ainda a carta a Malesherbes, "pelas que testemunhara, mortificado freqüentemente pela desordem a que o exemplo e a força das coisas haviam arrastado a mim mesmo, comecei a desprezar meu século e meus contemporâneos." Trata-se de uma reconstituição *a posteriori*, e o primeiro *Discurso* não demonstra ainda esse "desprezo". Já demonstra porém um sofrimento diante da opacidade alheia: "Como seria agradável viver entre nós, se a continência exterior fosse sempre a imagem das disposições do coração" (p. 12). Se Rousseau odeia a polidez, é por ela destruir a transparência mútua e impedi-lo de ser ele mesmo: "Já não se ousa parecer o que se é (...) Nunca se saberá com quem se está lidando" (p. 13). Da incerteza para o temor, o passo já está dado. Por qual presciência, por qual mal-estar irreprimível pôde Rousseau já escrever, tanto tempo antes do "complô": "Entre nós, é verdade, Sócrates não teria bebido a cicuta, mas teria bebido, numa taça ainda mais amarga, a zombaria insultante e o desprezo, cem vezes pior que a morte" (p. 21)? Não estará pensan-

do nele mesmo, bastante ingenuamente, ao condenar "a funesta desigualdade introduzida entre os homens pela distinção dos talentos e pelo aviltamento das virtudes" – única desigualdade mencionada na obra –, acrescentando: "As recompensas são prodigalizadas à erudição amável e fica sem honrarias a virtude" (p. 31)? Mais seguro de sua virtude do que de seus talentos, Rousseau sonha em ser distinguido: "O sábio não corre atrás da fortuna, mas não é insensível à glória" (p. 31). O ideal seria que a sociedade lhe desse em seu seio um lugar de honra, respeitando sua singularidade, e o exaltasse por tê-la condenado.

Ora, essa sociedade, em cujo rosto o pequeno livro vinha bater, estava bem contente consigo mesma. Decerto não era unicamente composta de fidalgos insolentes e de aventureiros inescrupulosos, de ricos desonestos e de literatos invejosos. A burguesia trabalhadora, ávida de conforto e de poder, podia julgar que havia muita declamação em tudo isso. Ela havia elaborado uma mitologia tranqüilizadora, baseada em liberalismo, tolerância, justiça abstrata, progresso, cosmopolitismo, em negociantes escrupulosos e ativos, em bem-estar geral e desenvolvimento das luzes do saber. A insolência dos grandes, a arbitrariedade monárquica, o despotismo eclesiástico já eram anacronismos, e o sol da felicidade burguesa raiava no horizonte. E chegava Rousseau, escoltado por Licurgo e Fabrício, pelos citas e germanos, por aqueles que morrem pela pátria e queimam as bibliotecas. Exaltava os camponeses, esses últimos "cidadãos (...) dispersos pelos nossos campos abandonados (onde) perecem indigentes e menosprezados" (p. 31). Chamava os homens de volta ao "sentimento dessa liberdade original

para a qual pareciam ter nascido", e denunciava as ciências e as artes que "estendem guirlandas de flores nas correntes de ferro que eles carregam (...), fazem-nos amar sua escravidão e formam o que chamamos de povos policiados" (p. 12). Já não se tratava de ampliar o comércio, mas de "conquistar o mundo e de nele fazer reinar a virtude" (p. 20). Mitologia contra mitologia, talvez; mas a mitologia de Rousseau é a da Revolução.

É o que fica cada vez mais claro na discussão bastante confusa que se segue ao sucesso inesperado desse primeiro *Discurso*. Em todos os aspectos, esse sucesso foi para Rousseau uma libertação. A sociedade reconhecia o "bárbaro", e reconhecia-o como tal. No meio dela, daí em diante, seu personagem está definido: seria o homem de seu livro. Empreendeu portanto sua "reforma", vendeu seu relógio de bolso, deixou os Francueil e começou a copiar música. Recusava o mundo permanecendo no meio dele; multidões iam à procura do solitário. Uma frase do livro VIII das *Confessions* mostra a que ponto tal ascese era uma facilidade perigosa: "Eu fingia desprezar a polidez que não sabia praticar." Esse desprezo da opinião pública pretende ainda ser aprovado pela opinião pública: é o que atesta o prefácio de *Narcisse*, que justifica longamente o autor do primeiro *Discurso* por ter feito encenar uma comédia, antes de concluir que ele tinha de justificar-se apenas perante si mesmo.

Uma vez que bárbaros há, Rousseau pode responder como bárbaro a seus contraditores; como bárbaro que, todavia, tem o sentido das conveniências: o tom para o rei Estanislau não é o mesmo que para o obscuro cônego Gautier. Mas, afinal, a frase se torna mais curta, a sen-

tença mais aforística e mais estóica. Mais sombrio também o quadro da sociedade contemporânea:

> Não acuso os homens deste século de terem todos os vícios; eles só têm aqueles das almas covardes; são apenas velhacos e tratantes. Quanto aos vícios que pressupõem coragem e firmeza, considero-os incapazes deles.

Esses homens que, ainda segundo a *Última resposta*, "convivem como os leões e os ursos, como os tigres e os crocodilos", "não se deve conceber o quimérico projeto de transformá-los em pessoas de bem". A sociedade está tão totalmente pervertida, que não há a menor esperança de corrigi-la, e Rousseau chega, no prefácio de *Narcisse*, a justificar assim o teatro:

> Já não se trata de levar os povos a praticar o bem, é preciso somente desviá-los de praticar o mal; é preciso ocupá-los com bobagens para desviá-los das más ações (...) Julgar-me-ia muito feliz em ter todos os dias uma Peça para ser vaiada, se eu pudesse a esse preço conter durante duas horas os maus desígnios de um só dos espectadores, e salvar a honra da filha ou da mulher de seu amigo, o segredo de seu confidente ou a fortuna de seu credor.

Havia nisso certo exagero, como Grimm devia observar, e é compreensível que esse prefácio tenha prejudicado Rousseau e tenha "estragado seu triunfo".

Entretanto, à medida que a controvérsia vai-se desenrolando, o pensamento de Rousseau se completa. A *Carta a Raynal* assinala ainda o "primeiro grau da decadência dos costumes no primeiro momento da cultura

das Letras", mas acentua o maniqueísmo revolucionário, com oposições de termos que merecem atenção:

> Sei de antemão com que grandiosas palavras me atacarão. Luzes, conhecimentos, leis, moral, razão, decoro, consideração, doçura, amenidade, polidez, educação, etc. A tudo isso só responderei com duas outras palavras, que soam ainda mais fortemente em meus ouvidos. Virtude, verdade! exclamarei sem cessar; verdade, virtude!

A resposta a Estanislau tem o interesse de mostrar que Rousseau conhece muito bem a tradição cristã que exalta a simplicidade evangélica, condenando as ciências profanas e as letras pagãs; acabara de ler *De vanitate et incertitudine scientiarum*, de Agrippa de Nettesheim, e sua conclusão seria digna de um representante do evangelismo do século XVI: "A Ciência se expande e a Fé se extingue (...); tornamo-nos todos Doutores, e deixamos de ser Cristãos." Mas, embora tenha aceitado seguir Estanislau nesse terreno, Rousseau não pensa como cristão; o importante é, ao contrário, que pela primeira vez ele especifica o mecanismo, puramente social, da perversão do homem:

> Eis como eu ordenaria essa genealogia. A primeira fonte do mal é a desigualdade; da desigualdade vieram as riquezas, pois as palavras pobre e rico são relativas e, em toda parte em que os homens forem iguais, não haverá ricos nem pobres. Das riquezas nasceram o luxo e o ócio; do luxo vieram as belas-artes, e do ócio, as ciências.

Rousseau corrigirá e completará essa genealogia; mas, daí em diante, a desigualdade desempenha nela um papel fundamental.

De passagem, Rousseau se desvencilhara um tanto rapidamente de uma objeção apresentada por d'Alembert no *Discurso preliminar* da Enciclopédia, que tendia a sugerir outras causas geográficas, políticas, históricas, para a moralidade ou para a imoralidade dos povos. Rousseau preferia ater-se à desigualdade, talvez porque tal explicação o justificasse, por sua vez, pessoalmente. Ele acabava de abandonar seu terceiro filho à roda dos expostos, não estava muito orgulhoso disso, mas agora podia responder às censuras da sra. de Francueil: "É a classe dos ricos, é sua classe, que rouba da minha o pão de meus filhos" – explicação em que não pensara para os dois primeiros.

A *Última resposta* vai mais longe ainda, ao repelir vivamente a idéia da corrupção natural do homem, bem como a idéia cristã de um pecado original, e ao denunciar a propriedade como origem da desigualdade e de todos os vícios.

> Antes que as horríveis palavras *teu* e *meu* fossem inventadas, antes que houvesse essa espécie de homens cruéis e brutais chamados senhores, e essa outra espécie de homens velhacos e mentirosos chamados escravos; antes que houvesse homens assaz abomináveis para ousar ter o supérfluo enquanto outros homens morrem de fome; antes que uma dependência mútua houvesse forçado todos a se tornarem hipócritas, invejosos e traidores, eu gostaria muito que me explicassem em que consistiam esses vícios, esses crimes que lhes condenam com tanta ênfase.

Jamais, aliás, Rousseau dera tão livre curso a uma eloqüência violenta e apaixonada, à eloqüência que é

realmente a sua, que nessa última obra, em que mais nenhuma coerção acadêmica ou de decoro o retém, e que Grimm julgava "igual e até mesmo superior ao próprio discurso". Com a mesma violência, as mesmas afirmações gerais e contundentes, que não admitem nem delicadezas de expressão nem contradição, o prefácio de *Narcisse* resume e define um pensamento que se torna cada vez mais claro:

> Estranha e funesta constituição em que as riquezas acumuladas sempre facilitam os meios de acumular outras maiores, e em que é impossível a quem nada tem adquirir alguma coisa; em que o homem de bem não tem nenhum meio de sair da miséria; em que os mais tratantes são os mais reverenciados, e em que é preciso necessariamente renunciar à virtude para tornar-se um homem de sociedade! Sei que os peroradores disseram isso cem vezes; mas o diziam perorando, e eu o digo baseado em razões; eles perceberam o mal, e eu descobri sua causa, e sobretudo torno evidente algo muito consolador e muito útil ao mostrar que todos os nossos vícios não pertencem tanto ao homem quanto ao homem mal governado.

E Rousseau acrescenta em nota:

> Entre os selvagens, o interesse pessoal fala tão alto quanto entre nós, mas não diz as mesmas coisas: o amor à sociedade e o cuidado com sua defesa comum são os únicos laços que os unem; a palavra *propriedade*, que custa tantos crimes a nossos homens de sociedade, quase não tem sentido entre eles; não têm entre si nenhuma discussão de interesse que os divida; nada os leva a enganar-se um ao outro; a estima pública é o único bem ao qual cada um aspira e que todos eles merecem (...) Digo-o com

pesar; o homem de bem é aquele que não necessita enganar ninguém, e o selvagem é esse homem.

Agora, Rousseau tomou consciência de seu pensamento, mas também de sua originalidade e de sua missão. "Creio ter descoberto grandes coisas e as expus com uma franqueza bastante perigosa", escreve ele no prefácio de uma segunda carta a Bordes. Seu personagem está definido: "Um ser isolado que nada deseja e nada teme de ninguém, que fala aos outros por eles, e não por si mesmo (...), um homem que preza muito seus irmãos para não odiar seus vícios." Possuidor "de um sistema verdadeiro mas doloroso", "convencido de que é o da verdade e da virtude e de que é por tê-lo abandonado intempestivamente que a maioria dos homens (ficaram) degenerados de sua bondade primitiva", até supõe tê-lo concebido por inteiro desde o primeiro instante e só lhe ter dissimulado a coerência por método: "Foi para poder dar a conhecer tudo que eu não quis dizer tudo. Apenas sucessivamente e sempre para poucos leitores é que desenvolvi minhas idéias. Não foi a mim que poupei, mas à verdade, a fim de transmiti-la com mais segurança e de torná-la útil." A imagem do pedagogo do gênero humano, do profeta da verdade, iluminado pela luz súbita da Revelação, está daí em diante constituída.

Mais ainda que o primeiro *Discurso*, foi portanto a controvérsia que o seguiu que deu a Rousseau a oportunidade de fixar as bases de seu pensamento. Vários pontos, entretanto, permanecem obscuros. O homem é naturalmente bom; a sociedade, fundada na propriedade e na desigualdade, é a causa de todos os seus vícios, que nascem da dependência recíproca entre o senhor e o

escravo. Mas não se sabe ainda o que é o estado de natureza: a idade das "choupanas", os selvagens, Lacedemônia? De qualquer modo, ao que parece, é uma forma primitiva de sociedade. Também não se sabe o que é a bondade, nem sequer a virtude. Vínculo da sociedade primitiva, a virtude não exclui entre os selvagens o interesse pessoal. Está do lado da *verdade*, mas opõe-se curiosamente às *leis*, à *moral*, à *razão*. Parece estar ligada mais à ausência de ocasião do que ao esforço da vontade: "O homem de bem é aquele que não *necessita* enganar ninguém"; e cabe ao "governo" afastar as ocasiões. Como, por outro lado, distinguir "o homem" do "homem (bem ou) mal governado"? Enfim, como os homens degeneraram de "sua bondade primitiva"? A todas essas perguntas o segundo *Discurso* trará respostas. Mas Rousseau fez a mais importante de suas descobertas: encontrou a si mesmo.

Quando, sem grande esperança de ganhar o prêmio, Rousseau decidiu tratar do tema apresentado no concurso pela Academia de Dijon para 1754: "Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e se ela foi autorizada pela lei natural", ele deixou Paris e foi meditar durante uma semana na floresta de Saint-Germain. De fato, uma imagem domina a primeira parte do segundo *Discurso*, a da solidão na floresta. Imagem antiga, terrível e misteriosa, da hostilidade da natureza, a floresta é aqui, como em Tácito ou no barão de La Hontan, o lugar da liberdade, da virtude e da felicidade, o refúgio contra os homens, doravante mais temíveis que a natureza. Para Rousseau, ela é o contrário da cidade e de sua promiscuidade, o lugar onde ele encontra a saúde do corpo e a

liberdade do espírito, onde pode escutar as reações de seu eu profundo e natural. "De onde o pintor e o apologista da natureza, hoje tão desfigurada e caluniada, pode ter tirado seu modelo, a não ser de seu próprio coração?" escreverá ele no *Terceiro diálogo*. Na floresta, Rousseau pode sentir "seu próprio coração", em sua inocência original.

Essa própria inocência, tão pouco reconhecida e, o que é pior, tão pouco ativa no seio da sociedade, suscita o maior problema do segundo *Discurso*: o problema do mal. O mal não pode vir de Deus, principalmente porque, aqui também, Deus não aparece. Sabemos que não vem do homem, e sim do homem "mal governado". O fato de o mal ser um problema político apenas desloca a questão: qual a razão para que o homem inocente tenha chegado a ser "mal governado"? Obrigado a resolver o problema das origens, Rousseau redescobre ao mesmo tempo o esquema judaico-cristão do Paraíso e da queda, até que *O contrato social* nos traga os meios da redenção. Mas nenhuma Revelação vem sustentar a hipótese. Cumpre reconstruir o passado à luz do presente, como Buffon acabou de fazer em sua *Théorie de la Terre*, publicada em 1749, e sobretudo na cosmogonia que a acompanha – método hipotético-dedutivo, em que o valor da hipótese é demonstrado pela concordância de suas conseqüências com os fatos.

Mas será possível operar assim, enquanto a inocência perdida está sempre presente no coração do homem, por mais "mal governado" que ele seja? Essa inocência sufocada, mas sempre viva, e que Rousseau ouve gemer no fundo de seu coração, contesta radicalmente tudo o que não é ela própria. Ela testemunha, imediata e pura-

mente, contra a história que a oprime. Ela não é memória de um passado remoto e perdido, mas permanência do Paraíso no cerne da queda, presença no cerne da história de um ser não histórico. O mal tem uma história, o bem não. Ou melhor, o mal *é* a história e o bem é o que a recusa, o que a transpassa, o que ela pode ocultar, mas não alterar ou destruir. Sobre o bem, ou seja, sobre a natureza, a história nada pode nos dizer:

> Comecemos, pois, por descartar todos os fatos, pois eles não se prendem à questão. Não se devem tomar as pesquisas que se podem realizar sobre esse assunto por verdades históricas, mas somente por raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados para esclarecer a natureza das coisas do que para lhes mostrar a verdadeira origem, e semelhantes aos que fazem, todos os dias, os nossos físicos sobre a formação do mundo (p. 145).

Mais do que a Buffon, em quem Rousseau parece pensar, somos remetidos a Descartes, e a uma cosmogonia muito mais explicativa do que histórica. Trata-se de "bem conhecer um estado que já não existe, que talvez não tenha existido, que provavelmente jamais existirá, e do qual é necessário, porém, ter noções exatas para bem julgar nosso estado presente" (p. 135). Julgar, isto é, comparar, medir em toda a sua extensão a distância que separa "o homem do homem" do "homem da natureza", mas também compreender, apreender as formas e as moralidades dessa degradação. A primeira parte do *Discurso*, ao apresentar um quadro do "homem da natureza", permitirá a comparação; a segunda, ao descrever a degradação, explicará seu encadeamento fatal. Mas o estado de natureza não está na história: os séculos escoam-

se sem que se saia das "primeiras idades", e nenhum monumento subsistiu para testemunhar sobre elas diante de nós, afora sua permanência, precisamente não histórica, no fundo de nosso coração.

Separando assim a natureza da história, Rousseau pode solapar a noção de lei natural, mito ambíguo, a meio caminho entre a lei da natureza e a lei positiva, e cuja utilidade era sobretudo dar às leis positivas, ou seja, a uma ordem social e política, a caução de um absoluto metafísico. A natureza conhece "dois princípios anteriores à razão", o amor a si mesmo e a piedade, mas não conhece lei: toda lei positiva é social; ela só aparece na história e o homem não pode eximir-se da responsabilidade por ela. Puramente humana, ela é plenamente sujeita à crítica, à reforma, ou à revolução. A natureza não avaliza a ordem burguesa.

Entretanto, se é verdade que o estado de natureza está fora da história, como pôde o homem sair dele para cair na história? Sua liberdade não está em questão: nenhuma decisão foi tomada, nenhum raciocínio podia ditar uma escolha. A "perfectibilidade", que por nada era solicitada, permanecia muda. Para sair do círculo encantado, Rousseau devia supor "concursos singulares e fortuitos de circunstâncias (...) que poderiam muito bem nunca ocorrer", em suma, o acaso, o acidene demográfico ou geológico. Nenhum outro caminho estava aberto, afora a intervenção da divindade: Buffon, da mesma maneira, fizera sua cosmogonia repousar num acidente fortuito, mas verossímil.

"À medida que o gênero humano se expandiu, as labutas multiplicaram-se com os homens." A frase trai a saudade de uma solidão já ameaçada. A maior dificulda-

de de subsistência impõe ao homem a engenhosidade; triunfando mais sutilmente sobre animais, ele sente "o primeiro movimento de orgulho". Conhece sua superioridade; coloca-se no primeiro escalão. A desigualdade nasce, mas ainda inocente, pois não reina entre os homens. Mas a engenhosidade faz nascer "várias espécies de comodidades desconhecidas" até então, e que logo se tornam necessidades. As famílias se constituem, os caçadores se associam para acossar sua presa, os homens, enfim, "aproximam-se lentamente, reúnem-se em diversos grupos". É a idade das choupanas, e o nascimento do amor. Idade feliz, pois cada qual trabalha sozinho e ninguém tem "necessidade do auxílio de um outro": os homens podem "usufruir entre si as doçuras de um relacionamento independente".

No entanto, e muito antes que se trate de propriedade, de subordinação, de dependência, o verme está no fruto. É curioso, porém revelador, que, para Rousseau, sejam os divertimentos e as artes os responsáveis pelo nascimento dos maus sentimentos:

> Acostumam-se a reunir-se defronte das cabanas ou à volta de uma grande árvore; o canto e a dança, verdadeiros filhos do amor e do lazer, tornaram-se a diversão, ou melhor, a ocupação dos homens e das mulheres ociosos e agrupados. Cada qual começou a olhar os outros e a querer ser olhado por sua vez, e a estima pública teve um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor; o mais belo, o mais forte, o mais hábil ou o mais eloqüente passou a ser o mais considerado, e foi esse o primeiro passo para a desigualdade e para o vício ao mesmo tempo; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado a vaidade e o desprezo, do outro a vergonha e o desejo; e a fer-

> mentação causada por esses novos germes produziu por fim compostos funestos à felicidade e à inocência (pp. 187-8).

Desde então, de fato, cada qual exigirá consideração, e se vingará se lhe for recusada. E, "cada qual punindo o desprezo que lhe haviam demonstrado de maneira proporcional à importância que atribuía a si mesmo, as vinganças se tornaram terríveis, e os homens sangüinários e cruéis".

Mas o que isso quer dizer, senão que toda sociedade engendra a guerra, e que basta que os homens se reúnam, mesmo para cantar e dançar, para que nasça a desigualdade, para que o parecer fique mais importante que o ser, para que a vaidade e a inveja comecem a devorar o coração do homem, em suma, para que o mal apareça. Nenhuma organização social pode fazer com que todos os homens dancem igualmente bem: para impedir a comparação e suas conseqüências, seria preciso dispersar os dançarinos pelas florestas desertas, destruir imediatamente a sociedade nascente. Mas já é tarde demais.

Portanto, apesar do célebre ataque que abre a *Segunda parte*, e que se contenta em ilustrar com eloqüência um tema perfeitamente clássico, não é a propriedade que é responsável pela infelicidade da humanidade. Se é verdade que "foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens e perderam o gênero humano" (p. 190), não foram eles que introduziram a desigualdade. A propriedade, a riqueza não passam de meios de "colocar-se acima dos outros". São apenas um aspecto da desigualdade:

> Eis (...) a posição e a sorte de cada homem estabelecidas, não só quanto à quantidade de bens e ao poder de servir ou de prejudicar, mas também quanto ao espírito, à beleza, à força ou à habilidade, quanto ao mérito e aos talentos, e, sendo tais qualidades as únicas que podiam granjear a consideração, logo foi preciso tê-las ou afetar tê-las; para proveito próprio, foi preciso mostrar-se diferente do que de fato se era. Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente diferentes, e dessa distinção provieram o fausto imponente, a astúcia enganadora e todos os vícios que formam seu cortejo (p. 193).

É, pois, a sociedade em si mesma que engendra essa opacidade de que Rousseau se queixava no primeiro *Discurso*: "Já não se ousa parecer o que se é." Mas a agricultura, a propriedade, a distribuição do trabalho criaram entre esses homens desiguais e opacos uns aos outros os vínculos de uma intolerável dependência mútua; a desigualdade multiplicada pela propriedade engendrou um estado de guerras contínuas, do qual só foi possível sair criando a sociedade civil, que degenerou em opressão legal. "O estado de rico e de pobre" tornou-se "o de poderoso e de fraco" e, enfim, "o de senhor e de escravo, que é o derradeiro grau da desigualdade". A degradação moral fomentou a degradação política; acompanha-a, alimenta-se dela; está hoje em seu auge: os ricos "deixariam de ser felizes, se o povo deixasse de ser miserável".

O segundo *Discurso*, sobretudo em sua segunda parte, mostra uma forte cultura política e um esforço considerável de documentação. Rousseau conhece, cita e discute os grandes teóricos dos séculos XVII e XVIII, Grotius, Hobbes, Pufendorf, Barbeyrac, Burlamaqui. Utiliza

tudo o que se podia saber em seu tempo sobre as sociedades selvagens, e descreve com uma singular felicidade etapas da humanidade que conhecemos hoje pela arqueologia pré-histórica: "A idade das choupanas", com sua economia de colheita de comestíveis silvestres e de caça, corresponde bem ao nosso paleolítico, e a revolução introduzida pela agricultura é aproximadamente a nossa revolução neolítica. Se o quadro do estado de natureza, sem desprezar, aliás, as informações fornecidas pelos naturalistas, sobretudo por Buffon, atende a princípio às exigências de seu coração, Rousseau cuidou de não descartar todos os fatos assim que abordava a parte histórica de sua exposição, e sua reconstituição nada tem de um romance. Seria preciso um longo exame para esgotar-lhe a riqueza.

Mas está bem claro que essa análise do passado, embora deva explicar o presente, não deve em absoluto *justificá-lo*. Pelo vigor do raciocínio, pela extensão da informação, pela colocação dos problemas, o segundo *Discurso* é muito mais sólido que o primeiro; mas é inspirado pelo mesmo sofrimento íntimo e pela mesma indignação revolucionária. À medida que se aproxima da situação presente, as frases tornam-se mais violentas: "Não é a escravos que compete raciocinar sobre a liberdade" (p. 202); "quanto mais indolentes se pudessem contar numa família, mais ilustre ela se tornava" (p. 210); "(os ricos) deixariam de ser felizes se o povo deixasse de ser miserável" (p. 211): "a mais cega obediência é a única virtude que resta aos escravos" (p. 213); enfim, para encerrar qualquer discussão inútil, "é claramente contra a lei da natureza, seja qual for a maneira por que a definamos, uma criança mandar num velho, um imbecil con-

duzir um homem sábio e um punhado de gente regurgitar de superfluidades enquanto a multidão esfaimada carece do necessário". O mesmo dogmatismo maniqueísta anima os dois discursos, ainda que o segundo seja sustentado por análises mais precisas e raciocínios mais rigorosos.

Por sua exigência política ser principalmente uma exigência moral de comunhão e de felicidade, Rousseau foi levado a buscar fora da história e de qualquer sociedade um estado em que o homem fosse inocente e feliz. Quanto mais radical é sua crítica, mais difícil será sua tarefa ao tentar reconciliar a história com a natureza e devolver ao homem a felicidade conhecida naturalmente por esse ser primitivo, que não era ainda um homem. Mas não dependia dele não tentar essa síntese, pois não via outro meio de atingir ele próprio a felicidade. Sua violência atesta um envolvimento pessoal, sem o qual não seria mais que um teórico político entre os outros. Como escreveu P. Burgelin, "ele continua sendo um profeta do mundo contemporâneo porque foi o único a fazer o problema da ordem social provir das exigências de autenticidade existencial, e a vincular sua própria salvação à salvação do Estado". Somente ao final de uma longa agonia, e quando se julgar abandonado por todos, é que Rousseau tentará salvar-se sozinho.

JACQUES ROGER

Cronologia

I. A Preparação (1712-1742)

1712, 28 de junho. Nasce em Genebra Jean-Jacques Rousseau, segundo filho de Isaac Rousseau e Suzanne Bernard. Esta morre em 7 de julho.
1712. Berkeley: *Diálogos entre Hylas e Philonous.*
1712-1722. Rousseau vive com seu pai, e sob sua influência lê romances, sobretudo Plutarco.
1713. Nascimento de Diderot.
1714. Leibniz: *Monadologie.*
1715. Morte de Luís XIV.
1721. Fundação da primeira loja maçônica na França. Montesquieu: *Lettres persanes.*
1722-1724. Isaac Rousseau muda-se para Nyon em 1722. Jean-Jacques e seu primo Abraham Bernard são mandados para Bossey, onde são pensionistas do pastor Lambercier.
1722. J.-S. Bach: *Cravo bem temperado.*
1724. Nascimento de Kant.
1725. Aprendizado com o gravador Ducommun.
1727. Morte de Newton.
1728, 14 de março. Rousseau abandona Genebra e torna-

se católico. No dia 21 encontra a sra. de Warens em Annecy. Em 21 de abril abjura em Turim. Trabalha como lacaio e secretário.

1729-1731. Após um ano de serviço na casa de particulares na Itália, Rousseau vai viver em casa da sra. de Warens em Annecy, mais tarde em Chambéry. Aprenderá diversos ofícios, especialmente música. Viagens à Suíça (1730-1731) e a Paris (junho-agosto de 1731).

1731, outubro-1732, junho. Rousseau trabalha no cadastro de Savóia.

1734. Montesquieu: *Considérations.*
Voltaire: *Lettres anglaises.*

1735 ou 1736 Primeira estada em Charmettes (Chambéry), casa de campo da sra. de Warens, onde começa a escrever.

1738-1739. Em Charmettes, Rousseau prossegue sua educação científica, literária, filosófica e compõe seu *magasin d'idées.*

1739. Hume: *Traité de la nature humaine.*
Frédéric II: *Anti-Machiavel.*

1740-1741. Estada em Lyon como preceptor dos filhos de Mably, função em que não se sai bem. Escreve o *Projet pour l'éducation de M. de Sainte-Marie.* Entra em contato com o filósofo Bordes e com o cirurgião Parisot.

II. Os anos parisienses (1742-1756)

1742. Depois de sua chegada a Paris, Rousseau apresenta à Academia de Ciências seu *Projet concernant de nouveaux signes pour la musique.*

1743-1744. Relações com os Dupin e com os Francueil. Começa a escrever uma ópera: *Les muses galantes.* Rousseau passa uma temporada em Veneza como secretário do embaixador da França. Descobre a importância da política.

1745. Amizade com Diderot. Primeira apresentação de *Les muses galantes.* Início de sua ligação com Thérèse Levasseur. Deixará seus filhos no Enfants-Trouvés (asilo de crianças abandonadas).

1746. Secretário da sra. Dupin, Rousseau trabalha com ela em um livro sobre as mulheres. Publicação *Essai sur l'origine des conaissances humaines* de Condillac.

1748. Montesquieu publica *O espírito das leis.*

1749. Rousseau escreve os artigos sobre música da *Encyclopédie.* Em outubro, na estrada de Vincennes, indo visitar Diderot, que está preso, lê no *Mercure de France* o tema do concurso da Academia de Dijon: "Se o restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para purificar os costumes"; tem uma inspiração repentina. Buffon começa a publicar sua *História natural.*

1749. Nascimento de Goethe.

1750, 9 de julho. O *Discours* de Rousseau sobre as ciências e as artes é laureado. Esse ataque contra a civilização parisiense terá grande repercussão e será objeto de polêmicas de 1750 a 1752.

1751. Voltaire: *Le siècle de Louis XIV.*
Início da publicação da *Encyclopédie.*

1752, outubro. *Le devin village,* letra e música de Rousseau, é representada em presença de Luís XV. O autor se retira sem querer ser apresentado. Em dezembro, no Théâtre-Français, representação de sua

peça *Narcisse ou l'amant de lui-même*, para a qual escreve um importante prefácio.

1753, novembro. Retiro em Saint-Germain para meditar sobre o tema proposto pela Academia de Dijon: "Qual é a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural". Seu discurso sobre esse tema será o ponto de partida de sua obra política. Logo depois de sua *Lettre sur la musique française*, recusam-lhe o ingresso à Ópera (dezembro).

1754. Viagem a Genebra. Rousseau é integrado na Igreja Calvinista, recebe a comunhão e recupera seus direitos de cidadão.

1755. Publicação do segundo *Discours* com uma dedicatória à República de Genebra, um prefácio e notas. O tomo V da *Encyclopédie* contém o artigo "Économie politique".

1755. Morte de Montesquieu.

III. A solidão de Montmorency (1756-1762)

1756, 9 de abril. Rousseau instala-se em Ermitage, casa de campo da sra. D'Epinay. Começa a meditar sobre os amores de Saint-Preux e Julie.
18 de agosto. Carta a Voltaire sobre o tremor de terra em Lisboa e a Providência.

1756. Nascimento de Mozart.
Voltaire: *Essay sur les moeurs*.
Marquês de Mirabeau: *L'ami des hommes*.

1757. Idílio com a sra. de Houdetot. Briga com Grimm, sra. D'Epinay e Diderot. Em dezembro instala-se no Montlouis em Montmorency.

1758. Rousseau responde ao artigo de Alembert sobre Genebra, publicado no tomo VII da *Encyclopédie: a Lettre a M. d'Alembert sur les spectacles*. Porque Rousseau não quer o teatro que Voltaire e seus amigos queriam ver estabelecido em Genebra. Rousseau termina a redação de *La nouvelle Héloise* e começa a preparar *Émile*. Abandona a idéia de escrever suas *Institutions politiques*. Trabalha sobre os manuscritos do abade de Saint-Pierre (1658-1743).

1758. Quesnay: *Tableau économique*.

1759. Voltaire publica *Candide*, que Rousseau não lê. Amizade com o marechal e sra. de Luxembourg.

1759. Condenação da *Encyclopédie*.

1760. Franklin: invenção do pára-raio.

1761, janeiro. Publicação e sucesso de *La nouvelle Héloise*.

1762, janeiro. Rousseau escreve as quatro cartas autobiográficas a Malesherbes. *O contrato social* é publicado em abril e *Émile* em maio.

IV. Os anos errantes (1762-1770)

1762, 9 de junho. Condenação de *Émile* e processos contra o autor, que foge e se refugia em Yverdon (14 de junho), depois em Môtiers (10 de julho), no principado de Neuchâtel, que pertence ao rei Frederico da Prússia. Em 19 de junho *Émile* e *O contrato social* são queimados em Genebra. Em 28 de agosto, pastoral contra *Émile* de Christophe de Beaumont, arcebispo de Paris. Rousseau respon-

de para se defender; é a *Lettre à Christophe de Beaumont*, que será publicada em março do ano seguinte.

1763. Rousseau renuncia à burguesia de Genebra. Seu compatriota Tronchin publica as *Lettres écrits de la campagne*.

1764. Rousseau responde a Tronchin através das *Lettres écrites de la montagne*, onde ataca o processo utilizado contra ele e examina as instituições religiosas e civis de Genebra. São publicadas no fim de outubro. Empenha-se em redigir um projeto de constituição para a Córsega. Trabalha em suas *Confessions*.

1764. Voltaire: *Dictionnaire philosophique*.

1765. Rousseau, que pratica sua religião, desentende-se com o pastor e com os habitantes de Môtiers. Estadas na ilha de Saint-Pierre. Em outubro é expulso pelo Pequeno Conselho de Berna. É festejado em Estrasburgo (novembro) e em Paris (dezembro).

1766. Partida para a Inglaterra com Hume.

1767. Rousseau, que se desentendeu com Hume, volta à França e se instala no fim de junho em Trye, em Beauvaisis, em casa do príncipe de Conti. Seu *Dictionnaire de musique* é posto à venda em Paris no final de novembro.

1767. James Watt constrói a máquina a vapor.

1768. Deixa Trye em meados de junho, passa por Lyon, Grenoble, Chambéry e se instala em Bourgoin no Dauphiné em agosto. No dia 30 casa-se com Thérèse.

V. Paris. Últimos anos (1770-1778)

1770. Em abril, Rousseau deixa Monquin, onde tinha se estabelecido no fim de janeiro de 1769. Em junho instala-se em Paris, na rua Plâtrière. Começa a fazer leituras privadas das *Confessions*.

1770. Nascimento de Hegel.

1771. Começo de suas relações com Bernardin de Saint-Pierre. Leituras públicas das *Confessions*. Conclui suas *Considérations sur le gouvernement de Pologne*, escritas a pedido de Wielhorsky.

1772. Nascimento de Ricardo, de Fourier, de Novalis e de Coleridge.
Fim da publicação da *Encyclopédie*.

1773. Rousseau escreve seus *Dialogues* começados no ano anterior: *Rousseau juge de Jean-Jacques*, para defender sua obra e sua pessoa perante a posteridade.

1774. Morte de Luís XV.

1775. Representação de *Pigmalião* na Comédie Française.

1776, 24 de fevereiro. Rousseau não consegue depositar seu manuscrito dos *Dialogues* no altar-mor de Notre-Dame. Em abril distribui na rua sua circular "A tout français aimant encore la justice e la vérité". Composição dos dois primeiros *Passeios* de *Rêveries du promeneur solitaire*.

1776. Declaração de independência das colônias inglesas na América.
Thomas Paine: *The Common Sense*.
Adam Smith: *A riqueza das nações*.

1777. Composição dos cinco *Passeios* seguintes.

1778. Composição dos últimos *Passeios*. Rousseau dirige-se no dia 20 de maio a Ermenonville à casa do sr. de Girardin. Thérèse vai ter com ele no dia 26. Rousseau morre no dia 2 de julho e é enterrado no dia 4 na ilha dos Peupliers, que logo se tornará um local de peregrinação.
1778. Morte de Voltaire (10 de maio).
Goethe: *Iphigénie* (primeira versão).

VI. A glória póstuma

1782. Publicação das obras de Rousseau em Genebra pelos cuidados de um comitê. Entre os inéditos: os textos sobre o abade de Saint-Pierre (apenas os *Extraits sur la paix perpétuelle* haviam sido publicados em 1761), a primeira parte das *Confessions*, os *Dialogues* e as *Rêveries*.
1788. Mme. de Staël publica suas *Lettres sur le caractère et les écrits de J.-J. Rousseau*.
1789-1791. Assembléia Constituinte.
1790, julho. O busto de Rousseau é carregado triunfalmente em Paris.
1791, junho. A rua Plâtrière ganha o nome de J.-J. Rousseau.
21 de dezembro. A Assembléia Constituinte aprova a realização de uma estátua de Rousseau e a concessão de uma pensão para sua viúva.
1792. O Conselho Geral de Genebra anula o decreto lançado contra Rousseau.
1792. Queda da monarquia.

1794, 7 de maio. Por decreto da Convenção, o povo francês reconhece a existência de Deus, as sanções da vida futura e a imortalidade da alma.
26 de dezembro. Thérèse Levasseur oferece à Convenção um manuscrito das *Confessions*.
9-11 de outubro. Transferência dos restos de Rousseau para o Panthéon. A cerimônia é seguida de festas solenes em Lyon e em diversas cidades.
1795. Kant publica seu livro: *Para a paz perpétua*.
1801. Dia 12 de julho Thérèse Levasseur morre em Plessis-Belleville, perto de Ermenonville.

DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS E AS ARTES

DISCURSO
QUE RECEBEU O PRÊMIO
DA ACADEMIA DE DIJON
No ano de 1750

Sobre a seguinte Questão proposta
pela mesma Academia:

Se o restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para aperfeiçoar os costumes.

*Barbarus hic ego sum quia non intelligor illis**.
Ovídio

.....

* Citação extraída dos *Tristes*: "Eu é que sou o bárbaro aqui, porque essas pessoas não me compreendem." (N. da T.)

Advertência

O que é a celebridade? Eis a obra insignificante a que devo a minha. Certo é que esta peça, que me valeu um prêmio e tornou conhecido meu nome, é quando muito medíocre, e atrevo-me a acrescentar que é uma das menores de toda esta coletânea. Que abismo de misérias não teria evitado o autor, se este primeiro livro houvesse sido recebido apenas como o merecia! Porém, era preciso que um favor, antes de mais nada injusto, atraísse paulatinamente sobre mim um rigor que o é ainda mais.

Prefácio

Eis uma das maiores e mais belas questões jamais ventiladas. Não se trata, neste Discurso, dessas sutilezas metafísicas que invadiram todas as partes da literatura, e das quais nem sempre estão isentos os programas acadêmicos, mas de uma dessas verdades vinculadas à felicidade do gênero humano.

Prevejo que dificilmente me perdoarão a decisão que ousei tomar. Contrariando tudo o que hoje provoca a admiração dos homens, não posso esperar senão uma censura universal; e não é por ter sido honrado com a aprovação de alguns sábios que devo contar com a do público; por isso já me decidi, não me preocupo em agradar nem aos eruditos pedantes, nem às pessoas em moda. Haverá em todos os tempos homens destinados a serem subjugados pelas opiniões de seu século, de seu país, de sua sociedade: faz-se hoje de espírito forte e de filósofo quem, pela mesma razão, não passaria de um fanático no tempo da Liga. Não se deve escrever para tais leitores, quando se quer viver mais além de seu século.

Mais uma palavra e terminarei. Pouco contando com a honra que recebi, depois de enviar este Discurso, modifiquei-o e aumentei-o a ponto de transformá-lo, de cer-

to modo, noutra obra; hoje, senti-me obrigado a restabelecê-lo no estado em que foi laureado. Acrescentei-lhe somente algumas notas e deixei duas adições fáceis de serem reconhecidas e que a Academia talvez não aprovasse. Achei que a eqüidade, o respeito e o reconhecimento exigiam de mim esta advertência.

Discurso

*Decipimur specie recti**.

O restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aperfeiçoar ou para corromper os costumes? Eis o que se trata de examinar. Que partido devo tomar nesta questão? Aquele, senhores, que convém a um homem de bem que nada sabe e que nem por isso deixa de estimar-se.

Sinto que será difícil adequar o que tenho para dizer ao tribunal a que compareço. Como ousar censurar as ciências perante uma das mais sábias sociedades da Europa, louvar a ignorância numa célebre Academia e conciliar o desprezo pelo estudo com o respeito pelos verdadeiros sábios? Percebi essas contradições, e elas não me demoveram. Não é a ciência que maltrato, disse comigo mesmo, é a virtude que defendo perante homens virtuosos. A probidade é ainda mais cara às pessoas de bem do que a erudição aos doutos. O que tenho então a temer? As luzes da assembléia que me ouve? Confesso que sim; mas é pela constituição do discurso, e não pela opinião do orador. Os soberanos eqüitativos nunca hesi-

* "Somos enganados pela aparência do bem." *Arte poética*, Horácio. (N. da T.)

taram em condenar a si mesmos em discussões duvidosas; e a posição mais vantajosa ao justo direito é a de ter de defender-se contra uma parte íntegra e esclarecida, juiz em causa própria.

A esse motivo que me encoraja, junta-se outro que me determina: é que, depois de ter sustentado, segundo minha luz natural, o partido da verdade, seja qual for meu sucesso, há um prêmio que não me há de faltar e que encontrarei no fundo de meu coração.

Primeira Parte

É um espetáculo grande e belo ver o homem sair a bem dizer do nada por seus próprios esforços; dissipar, pelas luzes de sua razão, as trevas em que o envolvera a natureza; elevar-se acima de si mesmo; alçar-se pelo espírito até as regiões celestes; percorrer a passos de gigante, assim como o Sol, a vasta extensão do universo; e, o que é ainda maior e mais difícil, penetrar em si mesmo para aí estudar o homem e conhecer-lhe a natureza, os deveres e o fim. Todas essas maravilhas se renovaram há poucas gerações.

A Europa recaíra na barbárie dos primeiros tempos. Os povos desta parte do mundo, hoje tão esclarecida, viviam há alguns séculos num estado pior do que a ignorância. Não sei que jargão científico, ainda mais desprezível do que a ignorância, havia usurpado o nome do saber e opunha à sua volta um obstáculo quase invencível. Era preciso uma revolução para reconduzir os homens ao senso comum; ela veio afinal de onde menos seria esperada. Foi o estúpido muçulmano, foi o eterno flagelo das letras que as fez renascer entre nós. A queda do trono de Constantino trouxe à Itália os escombros da Grécia antiga. A França, por sua vez, enriqueceu-se com

esses preciosos despojos. Logo as ciências seguiram as letras; à arte de escrever juntou-se a arte de pensar; progressão que parece estranha e que talvez não seja mais que muitíssimo natural; e começou-se a sentir a principal vantagem do trato com as musas, a de tornar os homens mais sociáveis ao inspirar-lhes o desejo de se deleitarem uns aos outros com obras dignas de sua aprovação mútua.

O espírito, como o corpo, tem suas necessidades. Estas são os fundamentos da sociedade, as demais são seu ornamento. Enquanto o governo e as leis suprem à segurança e ao bem-estar dos homens reunidos, as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e talvez mais poderosas, estendem guirlandas de flores nas correntes de ferro que eles carregam, sufocam-lhes o sentimento dessa liberdade original para a qual pareciam ter nascido, fazem-nos amar sua escravidão e formam o que chamamos de povos policiados. A necessidade ergueu os tronos, as ciências e as artes os consolidaram. Poderosos da terra, amai os talentos, e protegei aqueles que os cultivam[1]. Povos policiados, cultivai-os; felizes escravos, vós lhes deveis esse gosto delicado e fino de que vos vangloriais, essa mansidão de caráter e essa urbanidade de costumes que tornam tão ameno e tão fácil o trato entre vós; em suma, as aparências de todas as virtudes, sem possuir nenhuma delas.

Foi por essa espécie de polidez, tanto mais amável quanto menos afeta mostrar-se, que se distinguiram outrora Atenas e Roma nos dias tão exaltados de sua magnificência e de seu esplendor; é por ela, decerto, que nosso século e nossa nação sobrepujarão todos os tempos e todos os povos. Um tom filosófico sem pedantismo, maneiras naturais e contudo atenciosas, igualmente

distanciadas da rusticidade tedesca e da pantomima ultramontana: eis os frutos do gosto adquirido mediante bons estudos e aperfeiçoado no trato com o mundo.

Como seria agradável viver entre nós, se a continência exterior fosse sempre a imagem das disposições do coração, se a decência fosse a virtude, se nossas máximas nos servissem de regras, se a verdadeira filosofia fosse inseparável do título de filósofo! Mas tantas qualidades raramente caminham juntas, e a virtude não é muito compatível com tão grande pompa. A riqueza dos adereços pode anunciar um homem opulento, e sua elegância, um homem de gosto; o homem sadio e robusto é reconhecido por outros sinais; é sob a roupa rústica de um lavrador e não sob os enfeites dourados de um cortesão que se encontrarão a força e o vigor do corpo. Os adereços não são menos estranhos à virtude, que é a força e o vigor da alma. O homem de bem é um atleta que se compraz em combater nu: despreza todos esses vis ornamentos que atrapalhariam o uso de suas forças, a maioria dos quais só foi inventada para ocultar alguma deformidade.

Antes que a arte houvesse moldado nossas maneiras e ensinado nossas paixões a falar uma linguagem rebuscada, nossos costumes eram rústicos, mas naturais; e a diferença dos procedimentos anunciava, ao primeiro lance de olhos, a dos caracteres. No fundo, a natureza humana não era melhor, mas os homens encontravam segurança na facilidade de penetrar-se reciprocamente, e tal vantagem, cujo valor já não percebemos, poupava-lhes muitos vícios.

Hoje, quando pesquisas mais sutis e um gosto mais refinado reduziram a princípios a arte de agradar, reina

em nossos costumes uma vil e enganosa uniformidade, e todos os espíritos parecem ter sido lançados numa mesma fôrma: incessantemente a polidez exige, o decoro ordena; incessantemente seguem-se os hábitos tradicionais, jamais a própria índole. Já não se ousa parecer o que se é; e, nessa coerção perpétua, os homens, que formam esse rebanho a que se chama sociedade, postos nas mesmas circunstâncias, farão todos as mesmas coisas, se motivos mais fortes não os desviarem. Portanto, nunca se saberá com quem se está lidando: será preciso, pois, para conhecer o amigo, esperar as grandes ocasiões, ou seja, esperar que já não haja tempo para tanto, uma vez que é para essas mesmas ocasiões que seria essencial conhecê-lo.

Que cortejo de vícios não acompanhará essa incerteza! Acabaram-se as amizades sinceras; acabou-se a estima real; acabou-se a confiança fundamentada. As suspeitas, as desconfianças, os temores, a frieza, a reserva, o ódio, a traição se ocultarão continuamente sob esse véu uniforme e pérfido da polidez, sob essa urbanidade tão louvada que devemos às luzes do nosso século. Não mais profanarão com juramentos o nome do senhor do universo, mas o insultarão com blasfêmias, sem que nossos escrupulosos ouvidos se ofendam com isso. Não elogiarão o mérito próprio, mas rebaixarão o alheio. Não ultrajarão grosseiramente o inimigo, mas o caluniarão com habilidade. Extinguir-se-ão os ódios nacionais, mas o mesmo acontecerá com o amor à pátria. A ignorância menosprezada será substituída por um perigoso pirronismo. Haverá excessos proscritos, vícios desonrados, mas outros serão ornados com o nome de virtudes; cumprirá tê-los ou fingi-los. Elogiará quem quiser a sobriedade dos

sábios de hoje, quanto a mim, não vejo nisso mais que um refinamento de intemperança tão indigno de meu elogio quanto a artificiosa simplicidade deles[2].

Tal é a pureza que nossos costumes adquiriram. Foi assim que nos tornamos pessoas de bem. Compete às letras, às ciências e às artes reivindicar o que lhes pertence numa obra tão salutar. Acrescentarei somente uma reflexão: se um habitante de alguma terra distante, que procurasse formar para si uma idéia dos costumes europeus baseando-se no estado das ciências entre nós, na perfeição de nossas artes, na decência de nossos espetáculos, na polidez de nossas maneiras, na afabilidade de nossos discursos, nas nossas perpétuas demonstrações de benevolência e nesse tumultuoso concurso de homens de todas as idades e de todos os estados que parecem pressurosos, desde o raiar da aurora até o cair da tarde, em obsequiar-se reciprocamente; esse estrangeiro, digo eu, adivinharia em nossos costumes exatamente o contrário do que eles são.

Onde não há nenhum efeito, não há causa que procurar; porém aqui o efeito é certo, a depravação real, e nossas almas foram se corrompendo à medida que nossas ciências e nossas artes avançaram para a perfeição. Dir-se-á que é uma infelicidade peculiar à nossa época? Não, senhores; os males causados por nossa vã curiosidade são tão velhos quanto o mundo. A elevação e o rebaixamento diários das águas do oceano não estiveram com mais regularidade sujeitos ao curso do astro que nos ilumina durante a noite do que a sorte dos costumes e da probidade ao progresso das ciências e das artes. Viu-se a virtude desaparecer à medida que a luz das duas ia se elevando em nosso horizonte, e observou-se o mesmo fenômeno em todos os tempos e em todos os lugares.

Vede o Egito, essa primeira escola do universo, esse clima tão fértil sob um céu implacável, essa terra célebre, de onde Sesóstris partiu outrora para conquistar o mundo. Torna-se ela a mãe da filosofia e das belas-artes e, logo depois, vem a conquista de Cambises, depois a dos gregos, dos romanos, dos árabes, e por fim a dos turcos.

Vede a Grécia, outrora povoada de heróis que duas vezes venceram a Ásia, uma diante de Tróia e a outra em seus próprios lares. As letras nascentes ainda não haviam levado a corrupção aos corações de seus habitantes; porém o progresso das artes, a dissolução dos costumes e o jugo do macedônio seguiram-se de perto; e a Grécia, sempre sábia, sempre voluptuosa e sempre escrava, não conheceu em suas revoluções senão uma mudança de senhores. Toda a eloqüência de Demóstenes nunca conseguiu reanimar um corpo que o luxo e as artes haviam desfibrado.

É no tempo dos Ênios e dos Terêncios que Roma, fundada por um pastor e ilustrada por lavradores, começa a degenerar. Mas, depois dos Ovídios, dos Catulos, dos Marciais e dessa multidão de autores obscenos, cujos meros nomes alarmam o pudor, Roma, outrora o templo da virtude, torna-se o teatro do crime, o opróbrio das nações e o joguete dos bárbaros. Essa capital do mundo cai afinal sob o jugo que impusera a tantos povos, e o dia de sua queda foi a véspera daquele em que se concedeu a um de seus cidadãos o título de árbitro do bom gosto.

O que direi eu dessa metrópole do império do Oriente que, por sua posição, parecia dever ser a do mundo inteiro, desse asilo das ciências e das artes proscritas do resto da Europa, talvez mais por sabedoria do que por

barbárie? Tudo quanto a devassidão e a corrupção têm de mais vergonhoso; as traições, os assassinatos e os venenos têm de mais negro; o concurso de todos os crimes tem de mais atroz: eis o que forma o tecido da história de Constantinopla; eis a fonte pura de onde nos emanaram as luzes de que se ufana o nosso século.

Mas por que procurar nos tempos recuados provas de uma verdade cujos testemunhos subsistentes temos ante os olhos? Há na Ásia uma região imensa onde as veneradas letras conduzem às primeiras dignidades do Estado. Se as ciências aprimorassem os costumes, se ensinassem os homens a derramar seu sangue pela pátria, se animassem a coragem, os povos da China deveriam ser sábios, livres e invencíveis. Porém, se não há um vício que não os domine, um crime que não lhes seja familiar, se nem as luzes dos ministros, nem a pretensa sabedoria das leis, nem a multidão dos habitantes desse vasto império puderam resguardá-lo do jugo do tártaro ignorante e grosseiro, de que lhe serviram todos os seus sábios? Que fruto retirou das honras com que estes são cumulados? Acaso o de ser povoada de escravos e de malvados?

Oponhamos a esses quadros o dos costumes do pequeno número de povos que, preservados desse contágio dos vãos conhecimentos, através de suas virtudes construíram a própria felicidade e tornaram-se exemplo das outras nações. Assim foram os primeiros persas, nação singular na qual se aprendia a virtude como entre nós se aprende a ciência; que subjugou a Ásia com tanta facilidade e que foi a única a ter a glória de a história de suas instituições ser considerada um romance de filosofia. Assim foram os citas, de quem nos foram deixados

tão magníficos elogios. Assim foram os germanos, dos quais uma pena, cansada de traçar os crimes e as perversidades de um povo instruído, opulento e voluptuoso, aliviava-se ao descrever-lhes a simplicidade, a inocência e as virtudes. Assim fora a própria Roma nos tempos de sua pobreza e de sua ignorância. Enfim, assim se mostrou até nossos dias essa nação rústica, tão enaltecida por sua coragem, que a adversidade não pôde abater, e por sua fidelidade, que o exemplo não pôde corromper[3].

Não foi por estupidez que estes preferiram outros exercícios aos do espírito. Não ignoravam que em outras terras homens ociosos passavam a vida discutindo sobre o bem soberano, sobre o vício e sobre a virtude, e que, orgulhosos argumentadores, creditando a si mesmos os maiores elogios, confundiam os outros povos, denominando-os com desprezo bárbaros; mas eles consideraram seus costumes e aprenderam a desdenhar sua doutrina[4].

Poderia eu esquecer-me de que foi no próprio seio da Grécia que se viu erguer-se essa cidade célebre tanto por sua feliz ignorância quanto pela sabedoria de suas leis, essa República antes de semideuses do que de homens, tanto suas virtudes pareciam superiores à humanidade? Oh, Esparta! opróbrio eterno de uma doutrina vã! Enquanto os vícios conduzidos pelas belas-artes se introduziam juntos em Atenas, enquanto um tirano ali reunia com tanto cuidado as obras do príncipe dos poetas, tu expulsavas de teus muros as artes e os artistas, as ciências e os sábios.

O acontecimento marcou essa diferença. Atenas tornou-se a morada da polidez e do bom gosto, o país dos oradores e dos filósofos. A elegância dos edifícios cor-

respondia à da linguagem. Lá se viam em toda a parte o mármore e a tela animados pelas mãos dos mestres mais hábeis. Foi de Atenas que saíram essas obras surpreendentes que servirão de modelos em todas as épocas corrompidas. O quadro de Lacedemônia é menos brilhante. *Lá*, diziam os outros povos, *os homens nascem virtuosos, e o próprio ar do país parece inspirar a virtude.* De seus habitantes ficou-nos apenas a memória de suas ações heróicas. Tais monumentos valeriam menos para nós do que os mármores curiosos que Atenas nos deixou?

Alguns sábios, é verdade, resistiram à torrente geral e se resguardaram do vício na morada das Musas. Ouçamos, porém, o juízo que o primeiro e o mais infeliz dentre eles fazia dos sábios e dos artistas de seu tempo.

"Examinei", disse ele, "os poetas e vejo-os como pessoas cujo talento ilude a eles mesmos e aos outros, que se arvoram de sábios, que por tal são tomados e de modo algum o são."

"Dos poetas", continua Sócrates, "passei aos artistas. Ninguém ignorava mais as artes do que eu, ninguém estava mais convencido de que os artistas possuíam belíssimos segredos. Entretanto, percebi que a condição deles não era melhor que a dos poetas e que uns e outros têm a mesma opinião infundada. Porque os mais hábeis dentre eles sobressaem em sua especialidade, vêem-se como os mais sábios dos homens. Essa presunção empanou completamente seu saber aos meus olhos. De modo que, colocando-me no lugar do oráculo e perguntando-me o que preferiria ser, o que sou ou o que eles são, saber o que eles aprenderam ou saber que nada sei, respondi a mim mesmo e ao deus: quero continuar a ser o que sou.

Não sabemos, nem os sofistas, nem os poetas, nem os oradores, nem os artistas, nem eu, o que é a verdade, o bom, o belo. Mas há entre nós uma diferença: é que, conquanto essas pessoas nada saibam, todas elas acreditam saber algo. Ao passo que eu, se nada sei, não tenho dúvida disso. De modo que toda essa superioridade de sabedoria, que me é concedida pelo oráculo, reduz-se somente a estar bem convencido de que ignoro o que não sei."

Aí está, portanto, o mais sábio dos homens no juízo dos deuses e o mais sábio dos atenienses na opinião da Grécia inteira, Sócrates, fazendo o elogio da ignorância! Seria de se supor que, se ele ressuscitasse entre nós, nossos sábios e nossos artistas o fariam mudar de opinião? Não, senhores, esse homem justo continuaria a menosprezar nossas ciências vãs; não ajudaria a engrossar essa profusão de livros com que nos inundam de todas as partes, e só deixaria, como o fez, como único preceito aos seus discípulos e aos nossos descendentes, apenas o exemplo e a memória da sua virtude. É assim que é belo instruir os homens!

Sócrates começara em Atenas; o velho Catão continuou em Roma a exprobrar aqueles gregos artificiosos e sutis que seduziam a virtude e entibiavam a coragem de seus concidadãos. Mas as ciências, as artes e a dialética continuaram a prevalecer; Roma encheu-se de filósofos e de oradores; negligenciou-se a disciplina militar, menosprezou-se a agricultura, abraçaram-se seitas e esqueceu-se a pátria. As sagradas palavras liberdade, desinteresse, obediência às leis, foram sucedidas pelos nomes de Epicuro, de Zenão, de Arcesilau. *Desde que os sábios começaram a aparecer entre nós,* diziam seus próprios

filósofos, *eclipsaram-se as pessoas de bem*. Até então os romanos haviam se contentado em praticar a virtude; tudo se perdeu quando começaram a estudá-la.

Oh, Fabrício*! que pensaria vossa grande alma, se, para vossa infelicidade de volta à vida, vísseis a face pomposa dessa Roma salva por vossos braços e que vosso nome respeitável ilustrara mais do que todas as suas conquistas? "Deuses!", diríeis, "em que se transformaram aquelas choupanas e aqueles lares rústicos em que outrora moravam a moderação e a virtude? Que funesto esplendor sucedeu à simplicidade romana? Que linguagem estranha é essa? Que costumes efeminados são esses? O que significam essas estátuas, esses quadros, esses edifícios? Insensatos, o que fizestes? Vós, os senhores das nações, vós vos tornastes os escravos dos homens frívolos que vencestes? São os retóricos que vos governam? Foi para enriquecer arquitetos, pintores, escultores e histriões que regastes com vosso sangue a Grécia e a Ásia? Os despojos de Cartago são a presa de um tocador de flauta? Romanos, apressai-vos em derrubar esses anfiteatros; quebrai esses mármores; queimai esses quadros; expulsai esses escravos que vos subjugam e cujas funestas artes vos corrompem. Que outras mãos se ilustrem com vãos talentos; o único talento digno de Roma é o de conquistar o mundo e de nele fazer reinar a virtude. Quando Cíneas** tomou nosso Senado por uma assem-

* Fabrício Luscino, cônsul romano do século III a.C., era um paradigma de honestidade e de austeridade da Roma republicana. (N. da T.)

** Cíneas (século III a.C.), ministro de Pirro, foi enviado por este a Roma depois da batalha de Heracléia para propor a paz ao senado romano. Segundo Plutarco (*Vida de Pirro*), impressionou-se com a imponente majestade do senado. (N. da T.)

bléia de reis, não ficou deslumbrado por uma pompa vã, nem por uma elegância rebuscada. Ali não ouviu essa eloqüência frívola, o estudo e o encanto dos homens fúteis. O que viu então Cíneas de tão majestoso? Oh, cidadãos! Viu um espetáculo que nunca hão de oferecer vossas riquezas ou todas as vossas artes; o mais belo espetáculo que jamais surgira sob o céu, a assembléia de duzentos homens virtuosos, dignos de comandar em Roma e de governar a terra."

Transponhamos, porém, a distância dos lugares e dos tempos, e vejamos o que se passou em nossas terras e ante os nossos olhos, ou melhor, afastemos as pinturas odiosas que feririam nossa delicadeza e poupemo-nos o trabalho de repetir as mesmas coisas sob outros nomes. Não foi em vão que evoquei os manes de Fabrício; e o que fiz esse grande homem dizer que não pudesse pôr na boca de Luís XII ou de Henrique IV? Entre nós, é verdade, Sócrates não teria bebido a cicuta, mas teria bebido, numa taça ainda mais amarga, a zombaria insultante e o desprezo, cem vezes pior que a morte.

Eis como o luxo, a dissolução e a escravidão foram em todos os tempos o castigo dos orgulhosos esforços que fizemos para sair da feliz ignorância em que nos pusera a sabedoria eterna. O véu espesso com que ela cobriu todas as suas operações parecia advertir-nos o suficiente de que não nos destinou a buscas vãs. Mas haverá, entre suas lições, alguma que tenhamos sabido aproveitar, ou que tenhamos negligenciado impunemente? Povos, sabei pois, de uma vez por todas, que a natureza quis preservar-vos da ciência, como a mãe arranca uma arma perigosa das mãos do filho; que todos os segredos que ela vos oculta são outros tantos males de que vos

resguarda e que a dificuldade que encontrais em vos instruir não é o menor de seus benefícios. Os homens são perversos; seriam piores ainda se tivessem tido a infelicidade de nascer sábios.

Quão humilhantes são tais reflexões para a humanidade! Como nosso orgulho deve mortificar-se com elas! Como? A probidade seria filha da ignorância? Seriam incompatíveis a ciência e a virtude? Que conseqüências não se tirariam desses preconceitos? Mas, para conciliar essas aparentes contradições, basta examinar de perto a vaidade e o nada desses títulos orgulhosos que nos deslumbram e que tão gratuitamente conferimos aos conhecimentos humanos. Consideremos, portanto, as ciências e as artes em si mesmas. Vejamos o que deve resultar de seu progresso e não mais hesitemos em concordar em todos os pontos em que nossos raciocínios estiverem de acordo com as induções históricas.

Segunda Parte

Era uma antiga tradição, transmitida do Egito para a Grécia, que um deus inimigo do repouso do homem era o inventor das ciências[5]. Que opinião deveriam, pois, ter delas os próprios egípcios, entre os quais elas nasceram? É que eles viam de perto as fontes que as haviam produzido. Com efeito, seja folheando os anais do mundo, seja suprindo crônicas incertas com investigações filosóficas, não se encontrará uma origem para os conhecimentos humanos que corresponda à idéia que se gosta de formar a esse respeito. A astronomia nasceu da superstição; a eloqüência, da ambição, do ódio, da lisonja, da mentira; a geometria, da avareza; a física, de uma vã curiosidade; todas, até mesmo a moral, do orgulho humano. As ciências e as artes devem, pois, seu nascimento a nossos vícios: teríamos menos dúvidas sobre as suas vantagens se o devessem a nossas virtudes.

O defeito de sua origem se nos patenteia nitidamente em seus objetivos. O que faríamos nós das artes sem o luxo que as nutre? Sem as injustiças dos homens, para que serviria a jurisprudência? O que seria da história se não houvesse tiranos, nem guerras, nem conspiradores? Quem, em suma, desejaria passar a vida em estéreis con-

templações, se cada qual, consultando apenas os deveres do homem e as necessidades da natureza, só tivesse tempo para a pátria, para os infelizes e para os amigos? Então fomos feitos para morrer atados às bordas do poço para onde se retirou a verdade? Essa simples reflexão deveria demover, já nos primeiros passos, qualquer homem que procurasse instruir-se seriamente pelo estudo da filosofia.

Quantos perigos! Quantas estradas erradas na investigação das ciências! Por quantos erros, mil vezes mais perigosos do que é útil a verdade, não é preciso passar para chegar a ela! A desvantagem é visível, pois o falso é suscetível de uma infinidade de combinações; mas a verdade tem apenas uma maneira de ser. Quem, aliás, a procura com toda a sinceridade? Mesmo com a melhor boa vontade, por que sinais fica-se certo de reconhecê-la? Nessa profusão de sentimentos diferentes, qual será o nosso critério para bem julgá-los[6]? E, o que é mais difícil, se por felicidade finalmente o encontramos, quem de nós saberá dar-lhe um uso adequado?

Se nossas ciências são vãs no objetivo a que se propõem, são mais perigosas ainda pelos efeitos que produzem. Nascidas na ociosidade, elas por sua vez a nutrem; e a perda irreparável do tempo é o primeiro prejuízo que causam fatalmente à sociedade. Na política, como na moral, é um grande mal não se fazer o bem, e todo cidadão inútil pode ser olhado como um homem pernicioso. Respondei-me, pois, filósofos ilustres, vós, por quem sabemos em que proporções os corpos se atraem no vácuo; quais são, nas revoluções dos planetas, as relações das áreas percorridas em tempos iguais; quais curvas têm pontos conjugados, pontos de inflexão e de reversão;

como o homem vê tudo em Deus; como a alma e o corpo se correspondem sem comunicação, assim como fariam dois relógios; quais astros podem ser habitados; quais insetos se reproduzem de uma maneira extraordinária? Respondei-me, repito, vós, de quem recebemos tantos sublimes conhecimentos; ainda que nunca nos houvésseis ensinado nada dessas coisas, seríamos com isso menos numerosos, menos bem governados, menos temíveis, menos florescentes ou mais perversos? Considerai, pois, a importância de vossas produções; e, se os trabalhos dos mais esclarecidos de nossos sábios e de nossos melhores cidadãos nos propiciam tão parca utilidade, dizei-nos o que devemos pensar dessa multidão de escritores obscuros e de letrados ociosos, que em pura perda devoram a substância do Estado.

O que estou dizendo? Ociosos? Quisera Deus que o fossem realmente! Os costumes então seriam mais sadios e a sociedade mais tranqüila. Mas esses declamadores vãos e fúteis andam por toda a parte, armados com seus funestos paradoxos; solapam os fundamentos da lei e aniquilam a virtude. Sorriem com desdém das antigas palavras pátria e religião e consagram seus talentos e sua filosofia a destruir e aviltar tudo quanto há de sagrado entre os homens. Não que no fundo odeiem a virtude e nossos dogmas; é da opinião pública que são inimigos; e, para trazê-los de volta ao pé dos altares, bastaria relegá-los para o meio dos ateus. Oh, gana de distinguir-se, de que não sois capaz?

É um grande mal o abuso do tempo. Outros males, ainda piores, acompanham as letras e as artes. Assim é o luxo, como elas nascido da ociosidade e da vaidade dos homens. O luxo raramente vive sem as ciências e as

artes, e estas jamais vivem sem ele. Sei que a nossa filosofia, sempre fecunda em máximas singulares, pretende, contra a experiência de todos os séculos, que o luxo ocasiona o esplendor dos Estados; mas, após haver esquecido a necessidade das leis suntuárias, ousará ela negar também que os bons costumes sejam essenciais para a duração dos impérios e que o luxo seja diametralmente oposto aos bons costumes? O luxo pode ser um sinal certo de riquezas, pode até mesmo servir, caso se queira, para multiplicá-las; mas que se deverá concluir desse paradoxo tão digno de haver nascido em nossos dias? E o que será da virtude, quando for preciso enriquecer a qualquer preço? Os antigos políticos falavam incessantemente de costumes e de virtude; os nossos só falam de comércio e de dinheiro. Um vos dirá que em tal região um homem vale a soma pela qual o venderiam em Argel; outro, seguindo esse cálculo, encontrará países em que um homem nada vale e outros em que ele vale menos do que nada. Avaliam os homens como rebanhos de gado. Segundo eles, um homem vale para o Estado apenas o consumo que nele efetua. Assim, um sibarita valeria bem trinta lacedemônios. Adivinhe-se, portanto, qual dessas duas repúblicas, a de Esparta ou a de Síbaris, foi subjugada por um punhado de camponeses e qual fez tremer a Ásia.

A monarquia de Ciro foi conquistada com trinta mil homens por um príncipe mais pobre do que o menor dos sátrapas da Pérsia; e os citas, o mais miserável de todos os povos, resistiram aos mais poderosos monarcas do universo. Duas famosas repúblicas disputaram entre si o império do mundo; uma era muito rica, a outra nada tinha, e foi esta que destruiu a outra. O império romano,

por sua vez, depois de haver tragado todas as riquezas do universo, tornou-se a presa de homens que nem sequer sabiam o que era a riqueza. Os francos conquistaram a Gália, os saxões a Inglaterra, sem outros tesouros além de sua bravura e de sua pobreza. Um bando de pobres montanheses, cuja avidez toda se limitava a algumas peles de carneiros, depois de haver domado a arrogância austríaca, esmagou a opulenta e temível Casa de Borgonha, que fazia tremer os potentados da Europa. Enfim, todo o poderio e toda a sabedoria do herdeiro de Carlos V, sustentados por todos os tesouros das Índias, vieram despedaçar-se contra um punhado de pescadores de arenque. Que nossos políticos se dignem suspender seus cálculos para refletir nesses exemplos e que aprendam de uma vez por todas que com o dinheiro se tem tudo, exceto costumes e cidadãos.

De que se trata então, precisamente, nessa questão do luxo? De saber o que mais importa aos impérios, serem brilhantes e momentâneos, ou virtuosos e duradouros. Digo brilhantes, mas com que esplendor? O gosto do fausto não se associa muito nas mesmas almas ao da honestidade. Não, não é possível que espíritos degradados por uma profusão de cuidados fúteis elevem-se jamais a algo grandioso; e, ainda que tivessem força para tanto, faltar-lhes-ia coragem.

Todo artista quer ser aplaudido. Os elogios de seus contemporâneos são a parte mais preciosa de sua recompensa. O que não fará ele então para obtê-los, se teve a infelicidade de ter nascido entre um povo e numa época em que os sábios da moda prepararam uma juventude frívola para dar o tom; em que os homens sacrificaram seu gosto aos tiranos de sua liberdade[7]; em que, não ousando

um dos sexos aprovar o que é proporcional à pusilanimidade do outro, não se faz caso de obras-primas de poesia dramática e se rejeitam prodígios de harmonia? O que fará ele, senhores? Rebaixará seu gênio ao nível de seu século, e preferirá compor obras comuns, que serão admiradas durante sua vida, a maravilhas que só seriam admiradas muito tempo depois de sua morte. Dizei-nos, célebre Arouet*, quantas belezas másculas e fortes sacrificastes à nossa falsa delicadeza e quanto o espírito de galanteria, tão fértil em pequenas coisas, vos custou em grandes.

É assim que a dissolução dos costumes, conseqüência inevitável do luxo, acarreta por sua vez a corrupção do gosto. Se porventura houver, entre os homens extraordinários por seus talentos, algum que tenha firmeza de alma e se recuse a acomodar-se à índole de seu século e a aviltar-se com produções pueris, ai dele! Morrerá na indigência e no esquecimento. Não se trata de um prognóstico que faço, mas de uma experiência que relato! Carle, Pierre**, chegou o momento em que esse pincel, destinado a aumentar a majestade de nossos templos com imagens sublimes e santas, cairá de vossas mãos, ou será prostituído em ornar de pinturas lascivas os painéis de uma carruagem. E tu, rival de Praxíteles e dos Fídias, tu, cujo cinzel os antigos teriam empregado para fazer deuses capazes de desculpar aos nossos olhos a sua idolatria; inimitável Pigalle***, tua

* Até 1750, muitas obras de Voltaire eram publicadas com o nome de "Monsieur Arouet de Voltaire". (N. da T.)

** Trata-se de Charles-André, ou Charle, Van Loo (1705-1765), pintor, e de Jean-Baptiste-Marie Pierre (1813-1789), pintor e gravador. Ambos, célebres na época, pintaram várias obras sacras. (N. da T.)

*** Jean-Baptiste Pigalle (1714-1785), escultor francês, distinguiu-se tanto por obras monumentais como por bustos, entre eles o de Diderot. (N. da T.)

mão se resolverá a desbastar o ventre de um boneco, ou terá de ficar ociosa.

Não se pode refletir sobre os costumes sem se comprazer em recordar a imagem da simplicidade dos primeiros tempos. É uma bela praia, ornamentada apenas pelas mãos da natureza, para a qual se voltam incessantemente os olhos e da qual todos sentem afastar-se com tristeza. Quando os homens inocentes e virtuosos gostavam de ter os deuses como testemunhas de suas ações, eles moravam juntos nas mesmas cabanas; mas, logo que se tornaram maus, cansaram-se desses incômodos espectadores e relegaram-nos a seus templos magníficos. Expulsaram-nos afinal para neles se estabelecerem eles mesmos, ou, pelo menos, os templos dos deuses já não mais se distinguiram das casas dos cidadãos. Atingiu-se então o auge da depravação, e os vícios nunca foram levados mais longe do que quando foram vistos, por assim dizer, mantidos à entrada dos palácios dos grandes em colunas de mármore e gravados sobre capitéis coríntios.

Enquanto se multiplicam as comodidades da vida, aperfeiçoam-se as artes e alastra-se o luxo, a verdadeira coragem se debilita, as virtudes militares se esvaem; e é ainda a obra das ciências e de todas essas artes exercidas na sombra dos gabinetes. Quando os godos devastaram a Grécia, todas as bibliotecas só foram salvas do fogo por causa da opinião, espalhada por um deles, de que se devia deixar aos inimigos móveis tão apropriados para desviá-los do exercício militar e para distraí-los com ocupações ociosas e sedentárias. Carlos VIII viu-se senhor da Toscana e do reino de Nápoles quase sem ter desembainhado a espada, e toda a sua corte atribuiu essa facilidade inesperada ao fato de que os príncipes e a nobre-

za da Itália se divertiam mais em se tornar engenhosos e sábios do que em se exercitar para se tornarem vigorosos e guerreiros. Com efeito, diz o homem de senso que relata esses dois fatos, todos os exemplos nos ensinam que, nessa polícia marcial e em todas as que lhe são semelhantes, o estudo das ciências é muito mais apropriado para entibiar e efeminar as coragens do que para fortalecê-las e animá-las.

Os romanos confessaram que a virtude militar se extinguira entre eles à medida que começaram a entender de quadros, de gravuras, de vasos de ourivesaria, e a cultivar as belas-artes; e, como se essa terra famosa fosse destinada a servir continuamente de exemplo aos outros povos, a elevação dos Médicis e o restabelecimento das letras fizeram cair outra vez, e talvez para sempre, a reputação guerreira que a Itália parecia haver recobrado há alguns séculos.

As antigas repúblicas da Grécia, com aquela sabedoria que brilhava na maioria de suas instituições, haviam proibido aos seus cidadãos todos esses ofícios tranqüilos e sedentários que, enfraquecendo e corrompendo o corpo, logo debilitam o vigor da alma. De fato, com que olhos se pensa que poderão encarar a fome, a sede, as fadigas, os perigos e a morte, homens que a menor necessidade abate e que a menor dificuldade desalenta? Com que coragem suportarão os soldados trabalhos excessivos a que não estão habituados? Com que ardor farão marchas forçadas, comandados por oficiais que não têm força sequer de viajar a cavalo? Que não me objetem com o celebrado valor de todos esses modernos guerreiros tão habilmente disciplinados. Elogiam-me realmente sua bravura num dia de batalha, mas não me dizem como

eles suportam o excesso do trabalho, como resistem ao rigor das estações e às intempéries do clima. Basta apenas um pouco de sol ou de neve, basta apenas a privação de algumas superfluidades para abater e destruir em poucos dias o melhor dos nossos exércitos. Intrépidos guerreiros, aceitai uma vez a verdade que vos é tão raro ouvir. Sois bravos, eu o sei; teríeis triunfado com Aníbal em Canas e em Trasimeno; César convosco teria atravessado o Rubicão e subjugado seu país; mas não seria convosco que o primeiro teria atravessado os Alpes e o outro teria vencido vossos ancestrais.

Os combates nem sempre ocasionam o sucesso da guerra e há para os generais uma arte superior àquela de ganhar batalhas. O que corre para o fogo com intrepidez não deixa de ser um péssimo oficial; no próprio soldado, um pouco mais de força e de vigor talvez fosse mais necessário do que tanta bravura, que não o resguarda da morte. E que importa ao Estado que suas tropas pereçam de febre e de frio, ou pela espada do inimigo?

Se a cultura das ciências é nociva às qualidades guerreiras, ainda o é mais às qualidades morais. É logo nos primeiros anos que uma educação insensata nos orna o espírito e nos corrompe o juízo. Vejo em todos os lugares estabelecimentos imensos nos quais, com grandes despesas, se educa a juventude, para ensinar-lhe todas as coisas, exceto os seus deveres. Vossos filhos ignorarão a própria língua, mas falarão outras que não são usadas em parte alguma; saberão compor versos que mal conseguirão compreender; sem saber distinguir o erro da verdade, possuirão a arte de torná-los, mediante argumentos especiosos, irreconhecíveis aos outros; mas as palavras magnanimidade, eqüidade, temperança, humani-

dade, coragem, eles não saberão o que são; a doce palavra pátria nunca lhes atingirá os ouvidos; e se ouvirem falar de Deus será menos para reverenciá-lo do que para temê-lo[8]. Gostaria tanto, dizia um sábio, que meu aluno tivesse passado o tempo num jogo de péla, pelo menos seu corpo estaria mais disposto. Sei que é preciso dar ocupação às crianças e que a ociosidade é o perigo que mais se deve recear para elas. O que então deverão aprender? Aí está por certo uma bela pergunta! Que aprendam o que devem fazer quando homens[9], e não o que devem esquecer.

Nossos jardins são ornados de estátuas e nossas galerias de quadros. Em vossa opinião, o que representam essas obras-primas da arte expostas à admiração pública? Os defensores da pátria? Ou esses homens maiores ainda que a enriqueceram com suas virtudes? Não. São imagens de todos os desvarios do coração e da razão, tiradas cuidadosamente da mitologia antiga e apresentadas prematuramente à curiosidade dos nossos filhos, decerto para que tenham diante dos olhos modelos de más ações, antes mesmo de saberem ler.

De onde nascem todos esses abusos senão da funesta desigualdade, introduzida entre os homens pela distinção dos talentos e pelo aviltamento das virtudes? Eis o efeito mais evidente de todos os nossos estudos e a mais perigosa de todas as suas conseqüências. Já não se pergunta sobre um homem se ele tem probidade, mas se tem talentos; nem sobre um livro se é útil, mas se é bem escrito. As recompensas são prodigalizadas à erudição amável e fica sem honrarias a virtude. Há milhares de prêmios para os belos discursos, nenhum para as belas ações. Que me digam, porém, se a glória atribuída ao melhor dos discursos que serão laureados nesta Academia é comparável ao mérito de haver instituído o prêmio.

O sábio não corre atrás da fortuna, mas não é insensível à glória; e quando a vê tão mal distribuída sua virtude, que um pouco de emulação teria animado e tornado proveitosa para a sociedade, cai no langor e se extingue na miséria e no esquecimento. Eis o que, com o tempo, deve produzir em toda a parte a preferência dos talentos agradáveis aos talentos úteis e o que a experiência vem confirmando largamente desde o renascimento das ciências e das artes. Temos físicos, geômetras, químicos, astrônomos, poetas, músicos, pintores; não temos mais cidadãos, ou, se ainda nos restam alguns, dispersos pelos nossos campos abandonados, lá perecem indigentes e menosprezados. Este é o estado a que estão reduzidos, estes são os sentimentos que obtêm de nós aqueles que nos dão o pão e que dão o leite aos nossos filhos.

Confesso, entretanto, o mal não é tão grande quanto poderia ter-se tornado. A previdência eterna, colocando plantas medicinais salutares ao lado de diversas plantas nocivas e na substância de vários animais daninhos o remédio para seus ferimentos, ensinou aos soberanos, que são seus ministros, a imitar-lhe a sabedoria. Foi seguindo seu exemplo que, do próprio seio das ciências e das artes, fontes de mil desregramentos, esse grande monarca, cuja glória não cessará de adquirir esplendor maior com o passar das épocas, tirou essas sociedades célebres encarregadas a um só tempo da perigosa custódia dos conhecimentos humanos e da custódia sagrada dos costumes, pelo zelo que elas têm em manter em si toda a pureza deles e em exigi-la nos membros que recebem.

Essas sábias instituições, consolidadas por seu augusto sucessor e imitadas por todos os reis da Europa, servirão pelo menos de freio para os homens de letras que, aspirando todos à honra de serem admitidos nas academias, velarão por si mesmos e tratarão de tornar-se dignos delas mediante obras úteis e costumes irrepreensíveis. Aquelas dentre essas companhias que, para os prêmios com que homenageiam o mérito literário, fizerem uma escolha de temas apropriados para reanimar o amor à virtude nos corações dos cidadãos mostrarão que esse amor reina entre elas e darão aos povos o prazer tão raro e doce de ver sociedades eruditas devotarem-se a verter sobre o gênero humano não só luzes agradáveis, mas também instruções salutares.

Que não me oponham, portanto, uma objeção que para mim não passa de uma nova prova. Tantos cuidados só deixam mais do que clara a necessidade de tomá-los, e não se procuram remédios para males que não existem. Por que terão estes de trazer ainda, pela sua insuficiência, o caráter de remédios comuns? Tantas demonstrações feitas em favor dos sábios só servem para iludir a respeito dos objetos das ciências e para orientar os espíritos para a sua cultura. Parece, pelas precauções que se tomam, haver lavradores de sobejo e temer-se a falta de filósofos. Não quero arriscar aqui uma comparação entre a agricultura e a filosofia: não a tolerariam. Perguntarei apenas: o que é a filosofia? O que contêm os escritos dos filósofos mais conhecidos? Quais são as lições desses amigos da sabedoria? Ouvindo-os, não os tomaríamos por um bando de charlatões apregoando, cada qual de seu lado, numa praça pública: "Vinde a mim, sou o único que não engano"? Um pretende que não há

corpo e que tudo é uma representação dele. O outro, que não há outra substância além da matéria, nem outro deus além do mundo. Este afirma que não há virtudes nem vícios e que o bem e o mal moral são quimeras. Aquele, que os homens são lobos e podem devorar-se entre si com a consciência tranqüila. Oh, grandes filósofos! Por que não reservais para vossos amigos e filhos essas lições proveitosas? Receberíeis logo a recompensa delas, e não temeríamos encontrar entre os nossos algum de vossos sectários.

Eis, portanto, os homens maravilhosos a quem foi prodigalizada a estima de seus contemporâneos durante a sua vida e reservada a imortalidade depois de seu trespasse! Eis as sábias máximas que deles recebemos e transmitimos de geração em geração aos nossos descendentes. O paganismo, entregue a todos os desvarios da razão humana, deixou à posteridade algo que possamos comparar com os vergonhosos monumentos que lhe preparou a imprensa sob o reinado do Evangelho? Os escritos ímpios dos Leucipos e dos Diágoras pereceram com eles. Ainda não se havia inventado a arte de eternizar as extravagâncias do espírito humano. Mas, graças aos caracteres tipográficos[10] e ao uso que fazemos deles, os perigosos devaneios dos Hobbes e dos Spinozas permanecerão para sempre. Ide, célebres escritos, dos quais a ignorância e a rusticidade de nossos pais não teriam sido capazes; acompanhai entre nossos descendentes essas obras mais perigosas ainda das quais exala a corrupção dos costumes do nosso século e levai junto aos séculos vindouros uma história fiel do progresso e das vantagens das nossas ciências e das nossas artes. Se eles vos lerem, não lhes deixareis nenhuma incerteza sobre a

questão que hoje ventilamos; e, a menos que sejam mais insensatos do que nós, eles erguerão as mãos ao céu e dirão com o coração amargurado: "Deus todo-poderoso, tu, que tens nas mãos os espíritos, livra-nos das luzes e das funestas artes de nossos pais e devolve-nos a ignorância, a inocência e a pobreza, os únicos bens que podem fazer nossa felicidade e são preciosos perante ti."

Porém, se o progresso das ciências e das artes nada acrescentou à nossa verdadeira felicidade, se corrompeu nossos costumes e se a corrupção dos costumes trouxe prejuízos à pureza do gosto, o que pensaremos nós dessa multidão de autores elementares que afastou do templo das Musas as dificuldades que lhe barravam o acesso, e que a natureza aí espalhara como uma prova das forças de quem ficasse tentado a saber? O que pensaremos nós desses compiladores de obras que indiscretamente rebentaram a porta das ciências e introduziram em seu santuário um populacho indigno de aproximar-se delas? Ao contrário, seria de desejar que todos aqueles que não pudessem ir muito longe na carreira das letras fossem repelidos logo à entrada e se lançassem nas artes úteis à sociedade. Alguém que será a vida toda um mau versificador, um geômetra subalterno, talvez viesse a ser um grande fabricante de tecidos. Não precisaram de mestres aqueles que a natureza destinava a fazer discípulos. Os Bacons, os Descartes e os Newtons, esses preceptores do gênero humano, não tiveram outros mestres além de si mesmos, e que guias os teriam conduzido até onde os levou seu imenso gênio? Mestres comuns só poderiam ter encolhido seu entendimento comprimindo-o na estreita capacidade do deles. Foi com seus primeiros obstáculos que aprenderam a fazer esforços e

se exercitaram para transpor o espaço imenso que trilharam. Se é preciso permitir a alguns homens dedicarem-se ao estudo das ciências e das artes, isso só será concedido àqueles que sentirem a força de caminhar sozinhos por seus próprios passos e de ultrapassá-los. A esse pequeno número é que compete erguer monumentos à glória do espírito humano. Mas, se quisermos que nada esteja acima de seu gênio, cumpre que nada esteja acima de suas esperanças. Eis o único encorajamento de que necessitam. A alma se proporciona insensivelmente com os objetos que a ocupam, e são as grandes ocasiões que fazem os grandes homens. O príncipe da eloqüência* foi cônsul de Roma, e o maior, talvez, dos filósofos**, chanceler da Inglaterra. Acreditar-se-ia que se um não tivesse ocupado senão uma cátedra em alguma universidade, e que o outro não tivesse obtido senão uma módica pensão acadêmica, acreditar-se-ia, pergunto eu, que suas obras não se ressentiriam de sua condição? Que os reis não desdenhem, portanto, de admitir em seus conselhos as pessoas mais capazes de bem aconselhá-los; que renunciem a esse velho preconceito inventado pelo orgulho dos grandes, segundo o qual a arte de conduzir os povos é mais difícil do que a de os esclarecer, como se fosse mais fácil motivar os homens a agir com acerto por sua própria vontade do que coagi-los a tanto pela força. Que os sábios de primeira ordem encontrem em suas cortes honrados asilos. Que nelas obtenham a única recompensa digna deles: a de contribuir com sua reputação para a felicidade dos povos a quem terão ensinado

* Cícero. (N. da T.)
** Francis Bacon. (N. da T.)

a sabedoria. Somente então é que se verá quanto podem a virtude, a ciência e a autoridade animadas de uma nobre emulação e trabalhando em comum para a felicidade do gênero humano. Mas, enquanto o poder estiver sozinho de um lado, as luzes e a sabedoria sozinhas do outro, os sábios raramente pensarão grandes coisas, os príncipes mais raramente farão coisas belas, e os povos continuarão a ser vis, corruptos e infelizes.

Quanto a nós, homens comuns, que o céu não aquinhoou com talentos tão grandes e que não destina a tanta glória, fiquemos em nossa obscuridade. Não corramos atrás de uma reputação que nos escaparia e que, no estado atual das coisas, jamais nos renderia o que nos terá custado, mesmo que tivéssemos todos os títulos para obtê-la. Para que procurar nossa felicidade na opinião alheia, se podemos encontrá-la em nós mesmos? Deixemos a outros o cuidado de instruir os povos sobre os seus deveres e limitemo-nos a bem cumprir os nossos; não temos necessidade de saber mais nada.

Oh, virtude! Ciência sublime das almas simples, serão necessários tantas labutas e tanto aparato para conhecer-te? Teus princípios não estão gravados em todos os corações? E não basta, para aprender tuas leis, voltar-se para si mesmo e escutar a voz da consciência no silêncio das paixões? Eis a verdadeira filosofia, saibamos contentar-nos com ela; e, sem invejar a glória desses homens célebres que se imortalizam na república das letras, tratemos de instituir entre eles e nós essa gloriosa distinção que outrora se observava entre dois grandes povos: um sabia dizer bem, e o outro, bem fazer.

Carta de J.-J. Rousseau

sobre a refutação de seu Discurso pelo Sr. Gautier, professor de Matemática e de História e membro da Academia Real de Letras de Nancy

Devolvo-vos, senhor*, o *Mercure*** de outubro que tivestes a bondade de emprestar-me. Nele li, com muito prazer, a refutação de meu Discurso[11] que o Sr. Gautier se deu ao trabalho de fazer, mas não creio ter, como pretendeis, a obrigação de responder-lhe. Eis as minhas objeções:

1. Não consigo persuadir-me de que, por ter razão, seja-se indispensavelmente obrigado a ser o último a falar.

2. Quanto mais releio a refutação, mais convencido fico de que não tenho necessidade de dar ao Sr. Gautier outra réplica além do próprio Discurso a que ele respondeu. Lede, peço-vos, num e noutro escrito, os artigos sobre o luxo, a guerra, as academias, a educação; lede a prosopopéia de Luís, o Grande, e a de Fabrício; enfim, lede a conclusão do Sr. Gautier e a minha, e compreendereis o que estou querendo dizer.

3. Penso em tudo de um modo tão diferente do Sr. Gautier que, se eu precisasse assinalar todos os lugares

* Esta carta dirige-se ao escritor e crítico alemão Frederico Melchior Grimm (1723-1807) e foi publicada em novembro de 1851. (N. da T.)

** O *Mercure de France*, jornal semanal fundado em 1672. (N. da T.)

em que não temos a mesma opinião, ver-me-ia obrigado a combatê-lo, mesmo nas coisas que teria dito como ele, e isso me daria um ar contraditor que gostaria muito de poder evitar. Por exemplo, ao falar da polidez, ele dá a entender muito claramente que, para tornar-se homem de bem, é bom começar por ser hipócrita e que a falsidade é um caminho seguro para chegar à virtude. Diz ainda que os vícios ornados com a polidez não são contagiosos como o seriam caso se apresentassem abertamente com rusticidade; que a arte de penetrar os homens fez o mesmo progresso que a de dissimular-se; que estamos convencidos de que não devemos contar com eles, a não ser que lhes agrademos ou lhes sejamos úteis; que sabemos avaliar os oferecimentos especiosos da polidez, ou seja, decerto, que quando dois homens se elogiam, e um diz ao outro no fundo do coração: *Trato-vos como um tolo, e zombo de vós,* o outro lhe responde do fundo do seu: *Sei que mentis descaradamente, mas faço o possível para vos dar o troco.* Se acaso eu quisesse empregar a mais amarga ironia, poderia dizer quase o mesmo.

4. Vê-se a cada página da refutação que o autor não entende, ou não quer entender, a obra que refuta, o que lhe é certamente muito cômodo, porque, respondendo continuamente ao seu pensamento e jamais ao meu, tem a melhor oportunidade do mundo para dizer tudo o que lhe apraz. Por outro lado, se com isso minha réplica se torna mais difícil, torna-se também menos necessária, pois nunca se ouviu dizer que um pintor, que expõe um quadro ao público, é obrigado a visitar os olhos dos espectadores e a fornecer óculos a todos os que deles necessitam.

Aliás, não é muito certo que me faça entender mesmo ao replicar; por exemplo, sei, diria eu ao Sr. Gautier,

que nossos soldados não são Réaumurs nem Fontenelles*, o que é pior para eles, para nós, e sobretudo para os inimigos. Sei que eles nada sabem, são brutais e grosseiros, e todavia disse, e repito-o ainda, que são debilitados pelas ciências que menosprezam e pelas belas-artes que ignoram. Um dos grandes inconvenientes da cultura das letras é que, para alguns homens que esclarecem, corrompem em pura perda uma nação inteira. Ora, bem vedes, senhor, que isso não passaria de outro paradoxo inexplicável para o Sr. Gautier; para esse Sr. Gautier que me pergunta com arrogância o que as tropas têm em comum com as academias; se os soldados terão mais bravura por estarem mal vestidos e mal nutridos; o que quero dizer ao afirmar, que à força de reverenciar os talentos, negligenciam-se as virtudes, e outras perguntas semelhantes, que demonstram todas que é impossível responder-lhes de modo inteligível na opinião de quem as faz. Creio que concordaríeis que não vale a pena explicar-me uma segunda vez para não ser mais bem entendido do que na primeira.

5. Se eu quisesse responder à primeira parte da refutação, essa seria a maneira de jamais terminar. O Sr. Gautier julga oportuno prescrever-me os autores que posso citar, e os que devo rejeitar. Sua seleção é inteiramente natural, recusa a autoridade dos que depõem em meu favor e quer que me refira aos que ele crê serem-me con-

* René-Antoine Ferchault de Réaumur, físico e naturalista francês (1683-1757), além de vários trabalhos em diferentes áreas científicas, inventou o termômetro que tem seu nome. Bernard le Bovier de Fontenelle (1657-1757), escritor francês, é célebre por sua obra *Colóquios sobre a pluralidade dos mundos,* em que explica o sistema de Copérnico numa linguagem acessível. (N. da T.)

trários. Debalde gostaria de fazer-lhe entender que um único testemunho em meu favor é decisivo, ao passo que cem testemunhos nada provam contra minha opinião, porque as testemunhas são partes no processo; debalde pedir-lhe-ia que distinguisse entre os exemplos que alega; debalde observar-lhe-ia que ser bárbaro ou criminoso são duas coisas totalmente diferentes, e que os povos verdadeiramente corrompidos não são tanto aqueles que têm más leis quanto aqueles que menosprezam as leis. Sua réplica é fácil de prever: "Como é possível dar crédito a escritores escandalosos, que se atrevem a elogiar bárbaros que não sabem ler nem escrever! Como será possível supor-se pudor em homens que vivem inteiramente nus e virtude nos que comem carne crua?" Logo, cumprirá discutir. Eis portanto Heródoto, Estrabão, Pompônio Mela às voltas com Xenofonte, Justino, Quinto Cúrcio, Tácito. Eis-nos envolvidos nas pesquisas de críticos, nos textos antigos, na erudição. As brochuras se transformam em volumes, os livros se multiplicam, e a questão é esquecida: o forte das discussões de literatura é que, depois dos infólios de esclarecimentos, acaba-se sempre por já não se saber em que ponto se está. Não vale a pena começar.

Se eu quisesse replicar à segunda parte, num instante o faria, mas não ensinaria nada a ninguém. O Sr. Gautier nela se contenta, para me refutar, em dizer sim em todo lugar em que eu disse não, e não em todo lugar em que eu disse sim; logo, eu só teria de continuar a dizer não em todo lugar em que dissera não, sim em todo lugar em que dissera sim e suprimir as provas, teria respondido com toda a exatidão. Portanto, segundo o método do Sr. Gautier, não posso responder às duas partes

da refutação sem estender-me demasiado e sem me explicar bem: ora, gostaria muito de não fazer uma coisa nem outra.

6. Poderia seguir outro método, e examinar separadamente os raciocínios do Sr. Gautier e o estilo da refutação.

Se examinasse seus raciocínios, ser-me-ia fácil mostrar que todos eles não tinham fundamento, que o autor não entendeu o espírito da questão e não me compreendeu.

Por exemplo, o Sr. Gautier se dá ao trabalho de informar-me que há povos viciosos que não são eruditos, e eu bem que já imaginava que os calmucos, os beduínos, os cafres não eram prodígios de virtude nem de erudição. Se o Sr. Gautier houvesse tido os mesmos cuidados para mostrar-me algum povo erudito que não fosse vicioso, ter-me-ia surpreendido mais. Em toda parte faz-me raciocinar como se eu houvesse dito que a ciência é a única fonte de corrupção entre os homens. Se julgou isso de boa-fé, admiro a bondade que teve de responder-me.

Diz que basta o trato com o mundo para adquirir essa polidez de que se vangloria um homem distinto; daí conclui que não há razão para imputar isso às ciências. Mas ao que então nos permitirá ele imputar tal fato? Desde que os homens vivem em sociedade, houve povos polidos, e outros que não o eram. O Sr. Gautier esqueceu de explicar-nos o motivo dessa diferença.

O Sr. Gautier admira em toda a parte a pureza de nossos costumes atuais. Essa boa opinião que tem deles assegura muita honra aos seus, mas não denota grande experiência. Dir-se-ia pelo tom em que fala que estudou os homens como os peripatéticos estudavam a física,

sem sair de seu gabinete. Quanto a mim, fechei os livros e, depois de ouvir os homens falarem, olhei-os agir. Não é de espantar que, tendo seguido métodos tão diferentes, tenhamos tão pouca semelhança em nossos juízos. Vejo que não se poderia empregar uma linguagem mais correta do que a do nosso século, sendo isso que impressiona o Sr. Gautier. Mas vejo também que não se poderiam ter costumes mais corrompidos, sendo isso que me escandaliza. Pensamos então ter-nos tornado pessoas de bem, porque, à força de dar nomes decentes aos nossos vícios, aprendemos a não mais nos envergonhar deles?

Diz ainda que, mesmo que se pudesse provar com fatos que a dissolução dos costumes sempre reinou com as ciências, daí não se seguiria que a sorte da probidade dependesse dos progressos delas. Depois de ter empregado a primeira parte de meu Discurso para provar que essas coisas sempre andaram juntas, destinei a segunda a mostrar que, de fato, uma dependia da outra. A quem então posso imaginar que o Sr. Gautier quer responder aqui?

Ele me parece sobretudo muito escandalizado com o modo com que falei da educação dos colégios. Informa-me que neles ensinam aos jovens sei lá quantas coisas belas que podem ser de muita utilidade para seu divertimento quando forem grandes, mas confesso que não vejo qual a relação delas com os deveres dos cidadãos, pelos quais deve começar sua instrução. "Costumamos nos indagar, saberá ele grego e latim? Escreverá em verso ou em prosa? Tornou-se ele, porém, melhor ou mais informado, era o principal, e é isso que fica para trás. Exclamai de um passante ao nosso povo: *oh, homem douto!*

E de outro: *oh, bom homem!* Não será preciso desviar os olhos e o respeito dele para o primeiro. Seria preciso uma terceira exclamação: *Oh, cabeças estúpidas!*"

Disse eu que a natureza quis proteger-nos da ciência, como a mãe arranca uma arma perigosa das mãos do filho, e que a dificuldade que encontramos em nos instruir não é o menor de seus benefícios. O Sr. Gautier preferiria que eu houvesse dito: "Povos, sabei pois, de uma vez por todas, que a natureza não quer que vos alimenteis com as produções da terra; a dificuldade que ela associou à sua cultura é uma advertência para a deixardes inculta." O Sr. Gautier não pensou que, com um pouco de trabalho, está-se certo de fazer o pão, mas que, com muito estudo, é muito duvidoso que se consiga fazer um homem sensato. Não pensou também que isso não passa, precisamente, de mais uma observação em meu favor; pois, por que a natureza nos impôs trabalhos necessários senão para nos afastar das ocupações inúteis? Porém, no desprezo que ele mostra pela agricultura, vê-se facilmente que, se dependesse apenas dele, todos os lavradores desertariam logo dos campos para irem argumentar nas escolas, ocupação essa, segundo o Sr. Gautier, e, creio eu, segundo muitos professores, muito importante para a felicidade do Estado.

Raciocinando sobre uma passagem de Platão, eu presumira que talvez os antigos egípcios não dessem às ciências toda a importância que poderíamos acreditar. O autor da refutação me pergunta como é possível conciliar essa opinião com a inscrição que Osimandias* puse-

* Forma corrompida do prenome de Ramsés II, em torno da qual se agrupou um ciclo de lendas recolhidas no tempo dos Ptolomeus por Hecateu

ra em sua Biblioteca. Essa dificuldade poderia ser válida enquanto esse príncipe era vivo. Agora que está morto, pergunto por minha vez qual é a necessidade de conciliar a opinião do rei Osimandias com a dos sábios do Egito. Se ele tivesse contado, e sobretudo pesado os votos, quem me responderá se a palavra *venenos* não teria substituído a palavra *remédios*? Deixemos de lado, porém, essa faustosa inscrição. Tais remédios são excelentes, concordo, e já o repeti muitas vezes. Mas será esta uma razão para administrá-los levianamente, e sem levar em conta os temperamentos dos doentes? Há alimentos muito bons em si, que num estômago enfermo só provocam indigestões e humores nefastos. O que se diria de um médico que, depois de elogiar algumas carnes suculentas, concluísse que todos os doentes deveriam fartar-se delas?

Demonstrei que as ciências e as artes debilitam a coragem. O Sr. Gautier chama a isso uma maneira singular de raciocinar e não vê a ligação existente entre a coragem e a virtude. Isso não é, porém, ao que me parece, algo tão difícil de compreender. Aquele que se acostumou, de uma vez por todas, a preferir sua vida ao seu dever não tardará muito a preferir também as coisas que tornam a vida fácil e agradável.

Eu disse que a ciência convém a alguns grandes gênios, mas que é sempre nociva aos povos que a cultivam. O Sr. Gautier diz que Sócrates e Catão, que clamavam contra a ciência, eram entretanto, por sua vez, homens muito sábios; e chama isso ter-me refutado.

.....

de Abdera, do qual passaram para Diodoro de Sicília. A inscrição era: "Tesouro dos remédios da alma." (N. da T.)

Eu disse que Sócrates era o mais sábio dos atenienses, sendo daí que tiro a autoridade de seu testemunho. Tudo isso não impede o Sr. Gautier de ensinar-me que Sócrates era sábio.

Critica-me por haver afirmado que Catão menosprezava os filósofos gregos, fundamentando-se no fato de Carnéades sentir prazer em estabelecer e derrubar as mesmas proposições; o que predispõe infundadamente Catão contra a literatura dos gregos. O Sr. Gautier bem deveria dizer-nos qual era o país e a profissão desse Carnéades.

Decerto Carnéades é o único filósofo, ou o único sábio, que se empenhou em sustentar o pró e o contra, senão tudo quanto disse aqui o Sr. Gautier não significaria absolutamente nada. Confio, nesse ponto, em sua erudição.

Se a refutação não é abundante em bons raciocínios, em compensação o é muito em belas declamações. O autor substitui em toda parte a solidez das provas, que prometia ao começar, pelos ornamentos da arte; e é prodigalizando a pompa oratória numa refutação que censura a mim tê-la empregado num Discurso acadêmico.

Ao que tendem então, diz o Sr. Gautier, *as eloqüentes declamações do Sr. Rousseau?* A abolir, se possível fosse, as vãs declamações dos colégios. *Quem não ficaria indignado ao ouvi-lo assegurar que temos as aparências de todas as virtudes sem ter nenhuma delas.* Confesso que há uma certa lisonja em dizer que temos as aparências de todas as virtudes, mas o Sr. Gautier deveria, mais que ninguém, perdoar-me isso. *Ah! Por que não temos mais virtudes? É porque cultivamos as belas-letras, as ciências e as artes.* Precisamente por isso. *Se fôssemos*

descorteses, rústicos, ignorantes, godos, hunos ou vândalos, seríamos dignos dos elogios do Sr. Rousseau. Por que não? Haverá algum desses termos que exclua a virtude? *Não se cansará de invectivar os homens?* Não se cansarão eles de serem maldosos? *Crer-se-á sempre torná-los mais virtuosos, dizendo-lhes que não têm virtude?* Crer-se-á torná-los melhores, persuadindo-os de que são bons o bastante? *Com o pretexto de aprimorar os costumes, será permitido derrubar-lhes os apoios?* Com o pretexto de esclarecer os espíritos, será preciso perverter as almas? *Oh, doces laços da sociedade! Encanto dos verdadeiros filósofos, amáveis virtudes! É por vossos próprios atrativos que reinais nos corações; não deveis vosso império nem à aspereza estóica nem aos clamores bárbaros, nem aos conselhos de uma orgulhosa rusticidade.*

Observarei em primeiro lugar um fato bastante divertido: é que de todas as seitas dos antigos filósofos que ataquei como inúteis à virtude, os estóicos são os únicos que o Sr. Gautier me lega, e que parece mesmo querer pôr de meu lado. Tem razão, não ficarei muito mais orgulhoso por isso.

Vejamos um pouco, porém, se eu poderia expressar exatamente em outros termos o sentido desta exclamação: *Oh, amáveis virtudes! É por vossos próprios atrativos que reinais nas almas. Não tendes necessidade de todo esse grande aparato de ignorância e de rusticidade. Sabeis alcançar o coração por caminhos mais simples e mais naturais. Basta saber a retórica, a lógica, a física, a metafísica e as matemáticas para adquirir o direito de vos possuir.*

Outro exemplo do estilo do Sr. Gautier.

Sabeis que as ciências que ministramos aos jovens filósofos nas universidades são a lógica, a metafísica, a

moral, a física, as matemáticas elementares. Se já o soube, havia esquecido, como fazemos todos ao tornarmo-nos sensatos. *Tratam-se pois, segundo vós, de estéreis especulações!* Estéreis segundo a opinião comum, mas, na minha, muito férteis em coisas más. *As universidades vos devem uma grande obrigação por lhes terdes ensinado que a verdade das ciências retirou-se ao fundo de um poço.* Não creio ter ensinado isso a ninguém. Tal sentença não é de minha lavra, é tão antiga quanto a filosofia. De resto, sei que as universidades não me devem ser reconhecidas e não ignorava, tomando da pena, que não podia fazer a corte aos homens e prestar homenagem à verdade a um só tempo. *Os grandes filósofos que as possuem num grau eminente sem dúvida estão muito surpresos de saber que nada sabem.* Com efeito, creio que esses grandes filósofos que possuem todas essas grandes ciências num grau eminente ficariam muito surpresos de saber que nada sabem. Mas eu mesmo ficaria muito mais surpreso se esses homens que sabem tantas coisas soubessem porventura esta.

Noto que o Sr. Gautier, que me trata sempre com a maior polidez, não perde nenhuma oportunidade de suscitar-me inimigos; desdobra seus cuidados a esse respeito desde os professores de colégio até o poder soberano. O Sr. Gautier faz muito bem de justificar os hábitos da sociedade; vê-se que estes não lhe são estranhos. Mas voltemos à refutação.

Todas essas maneiras de escrever e de raciocinar, que não combinam com um homem de tanto espírito como o Sr. Gautier parece ter, me levaram a fazer uma conjetura que achareis ousada, e que creio sensata. Acusa-me ele, com toda a certeza sem acreditar nisso, de não estar persuadido da opinião que sustento. Quanto a mim, descon-

fio, com mais fundamentos, que secretamente ele é de minha opinião. Os cargos que ocupa, as circunstâncias em que se encontra o terão deixado numa espécie de necessidade de tomar partido contra mim. O decoro de nosso século é bom para muitas coisas; logo, ele me terá refutado por decoro, mas terá tomado todos os tipos de precauções e empregado todo o engenho possível para fazê-lo de modo que não persuadisse ninguém.

É com essa finalidade que começa por declarar, muito fora de propósito, que a causa que defende interessa à felicidade do público perante o qual fala e à glória do grande príncipe sob cujas leis tem a satisfação de viver. É precisamente como se dissesse: "Não podeis, senhores, sem ingratidão para com o vosso respeitável protetor, eximir-vos de dar-me razão; e, ademais, é vossa própria causa que advogo hoje perante vós; assim, de qualquer ângulo que considereis minhas provas, tenho o direito de contar com que não vos tornareis exigentes quanto à solidez delas." Digo que todo homem que fala assim está mais atento em fechar a boca das pessoas do que deseja convencê-las.

Se lerdes atentamente a refutação, nela não encontrareis quase uma linha que pareça estar lá para esperar e indicar sua resposta. Um único exemplo bastará para explicar-me.

As vitórias que os atenienses obtiveram sobre os persas e mesmo sobre os lacedemônios nos mostram que as artes podem associar-se à virtude militar. Pergunto se aí não se trata de uma artimanha para lembrar o que eu disse da derrota de Xerxes e para fazer-me pensar no desfecho da guerra do Peloponeso. *Seu governo, que se tornou venal sob Péricles, assume novo aspecto; o amor*

pelo prazer sufoca-lhes a bravura, as mais dignas funções são aviltadas, a impunidade multiplica os maus cidadãos, os fundos destinados à guerra são destinados a alimentar a indolência e a ociosidade; que relação terão todas essas causas de corrupção com as ciências?

O que faz aqui o Sr. Gautier, senão lembrar toda a segunda parte de meu Discurso onde mostrei essa relação? Observai o engenho com que ele nos apresenta como causas os efeitos da corrupção, a fim de motivar qualquer homem de bom senso a remontar por si só à primeira causa dessas pretensas causas. Observai também como, para deixar o leitor fazer a reflexão, finge ignorar o que não se pode supor que ignore de fato, e o que todos os historiadores dizem unanimemente, que a depravação dos costumes e do governo dos atenienses foram obra dos oradores. Não há dúvida, pois, que atacar-me dessa maneira é indicar-me com toda a clareza as respostas que devo dar.

Isso, porém, não é mais que uma conjetura que não pretendo garantir. O Sr. Gautier não aprovaria talvez que eu quisesse justificar seu saber à custa de sua boa-fé; mas, se ele realmente falou com sinceridade ao refutar meu Discurso, como o Sr. Gautier, professor de História, professor de Matemática, membro da Academia de Nancy, não teve certa desconfiança de todos os títulos que tem?

Portanto, não replicarei ao Sr. Gautier, é um ponto resolvido. Jamais poderia responder seriamente e acompanhar a refutação passo a passo; entendeis a razão disso; e seria reconhecer mal os elogios com que o Sr. Gautier me honra empregar o *ridiculum acri*, a ironia e o gracejo acerbo. Já receio que ele tenha muito do que se queixar do tom desta carta; ao menos ele não ignorava,

ao escrever sua refutação, que atacava um homem que não dá tanta importância à polidez para querer aprendê-la a fim de disfarçar seu sentimento.

Ainda assim, estou pronto para fazer ao Sr. Gautier toda a justiça que lhe é devida. Sua obra me pareceu a de um homem culto que tem muitos conhecimentos. Outros talvez encontrem nela a filosofia. Quanto a mim, encontro muita erudição.

Sou de todo o meu coração, senhor, etc.

P.S. Acabo de ler na *Gazette d'Utrecht* de 22 de outubro uma pomposa explanação sobre a obra do Sr. Gautier, e essa explanação parece feita de propósito para confirmar minhas suspeitas. Um autor que tem certa confiança em sua obra deixa aos outros o cuidado de elogiá-la e atém-se a fazer-lhe um bom resumo. O da refutação foi composto com tanta habilidade que, embora critique somente ninharias que eu só utilizara para servir de transição, não há uma única sobre a qual um leitor judicioso possa ser da mesma opinião do Sr. Gautier.

Não é verdade, segundo ele, que seja dos vícios dos homens que a História obtém seu principal interesse.

Eu poderia deixar de lado as provas de raciocínio e, para colocar o Sr. Gautier em seu terreno, citar-lhe autoridades.

Felizes os povos cujos reis deram pouco o que falar na História.

Se um dia os homens se tornarem sensatos, sua história não será muito interessante.

O Sr. Gautier diz com razão que uma sociedade, ainda que composta inteiramente de homens justos, não poderia subsistir sem leis; e daí conclui que não é verdade

que, sem as injustiças dos homens, a jurisprudência seria inútil. Um autor tão erudito confundiria a jurisprudência e as leis?

Eu poderia ainda deixar de lado as provas de raciocínio e, para colocar o Sr. Gautier em seu terreno, citar-lhe fatos.

Os lacedemônios não tinham jurisconsultos nem advogados, suas leis nem sequer eram escritas, contudo tinham leis. Confio na erudição do Sr. Gautier para saber se as leis eram menos observadas na Lacedemônia do que nos países onde pululam os jurisconsultos.

Não me deterei em todas as minúcias que servem de texto ao Sr. Gautier e que ele exibe na *Gazette*; mas terminarei com a seguinte observação, que submeto ao vosso exame.

Podemos dar razão em tudo ao Sr. Gautier e cortar de meu Discurso todas as coisas que ataca, minhas provas quase nada terão perdido de sua força. Eliminemos do texto do Sr. Gautier tudo o que não toca o fundo da questão, dele não restará absolutamente nada.

Continuo a concluir que não cumpre responder ao Sr. Gautier.

Paris, 1º de novembro de 1751.

RESPOSTA
AO REI DA POLÔNIA,
DUQUE DE LORENA

Observações de J.-J. Rousseau, de Genebra,

sobre a resposta que foi dada ao seu* Discurso

Eu deveria antes um agradecimento do que uma réplica ao autor anônimo[12] que acaba de honrar meu Discurso com uma resposta. Mas o que devo ao reconhecimento não me fará esquecer o que devo à verdade; tampouco esquecerei que, todas as vezes que se trata da razão, os homens voltam ao direito da natureza e recobram sua primitiva igualdade.

O Discurso a que devo replicar está repleto de coisas muito verazes e muito bem provadas, para as quais não vejo nenhuma resposta, pois, conquanto nele eu seja qualificado de doutor, ficaria muito aborrecido de ser incluído entre aqueles que têm resposta para tudo.

Nem por isso minha defesa deixará de ser fácil. Limitar-se-á a comparar com minha opinião as verdades

* A *Resposta ao Discurso que recebeu o prêmio da Academia de Dijon* foi publicada no *Mercure de France* de setembro de 1751. O rei Estanislau I Leszczynski (1677-1766), autor da resposta, foi eleito rei da Polônia em 1704 e deposto poucos anos depois. Em 1725 casou a filha Maria com Luís XV e, apoiado pela França, recebeu pelo tratado de Viena (1735) o ducado de Lorena e de Bar em troca de seu reino. Muito culto, governou sabiamente a Lorena durante 28 anos, onde fundou a Academia de Nancy e inúmeros colégios, hospitais e entidades filantrópicas. (N. da T.)

que me objetam, pois, se eu provar que estas não a denigrem, já será, creio eu, tê-la muito bem defendido.

Posso reduzir a dois pontos principais todas as proposições estabelecidas por meu adversário: um encerra o elogio das ciências, o outro trata de seus abusos. Examiná-los-ei separadamente.

Parece, pelo tom da resposta, que ficariam muito satisfeitos se eu tivesse dito das ciências muito mais mal do que de fato disse. Supõe-se que seu elogio, que se encontra no início do meu Discurso, deva ter-me custado muito; é, segundo o autor, uma confissão arrancada à verdade e que não tardei em retratar.

Se tal confissão é um elogio arrancado pela verdade, cumpre portanto crer que eu pensava das ciências o bem que delas disse; o bem que o próprio autor da resposta diz delas não é, pois, contrário à minha opinião. Essa confissão, dizem, é arrancada à força; tanto melhor para a minha causa, pois isso mostra que em mim a verdade é mais forte do que a predisposição. Mas com que base pode-se julgar que esse elogio é forçado? Seria por estar mal feito? Seria intentar um processo bem terrível à sinceridade dos autores julgá-los com base nesse novo princípio. Seria por ser demasiado curto? Parece-me que eu poderia facilmente ter dito menos coisas em mais páginas. É, dizem, porque me retratei. Ignoro em que lugar cometi esse erro, e tudo quanto posso responder é que essa não foi a minha intenção.

A ciência é muito boa em si, isso é evidente, e seria preciso renunciar ao bom senso para dizer o contrário. O autor de todas as coisas é a fonte da verdade; tudo conhecer é um dos seus atributos divinos. Logo, adquirir conhecimentos e estender as luzes próprias é participar

de alguma maneira da inteligência suprema. Nesse sentido louvei o saber, e nesse sentido é que louvo meu adversário. Ele estende-se ainda sobre os diversos gêneros de utilidade que o homem pode retirar das artes e das ciências, e de bom grado eu teria dito o mesmo, se isso pertencesse a meu assunto. Assim estamos perfeitamente de acordo nesse ponto.

Mas como pode ser possível que as ciências, cuja fonte é tão pura e a finalidade tão louvável, engendrem tantas impiedades, tantas heresias, tantos erros, tantos sistemas absurdos, tantas contradições, tantas inépcias, tantas sátiras amargas, tantos romances insignificantes, tantos versos licenciosos, tantos livros obscenos; e, naqueles que as cultivam, tanto orgulho, tanta avareza, tanta maldade, tantas cabalas, tantas invejas, tantas mentiras, tantas perfídias, tantas calúnias, tantas adulações covardes e vergonhosas? Eu dizia que é porque a ciência, por mais bela e sublime que seja, não é feita para o homem; que ele tem o espírito tacanho demais para fazer grandes progressos nela, e paixões demais no coração para deixar de fazer mau uso dela; que lhe basta estudar bem seus deveres, e que cada qual recebeu todas as luzes necessárias para esse estudo. Meu adversário confessa, por sua vez, que as ciências se tornam prejudiciais quando delas se abusa, e que muitos realmente abusam delas. Nisso, creio que não dizemos coisas muito diferentes; acrescento, é verdade, que delas se abusa muito, e que delas se abusa sempre, e não me parece que se sustente o contrário na resposta.

Portanto, posso assegurar que nossos princípios, e por conseguinte todas as proposições que deles se podem deduzir, nada têm de opostos, sendo isso o que eu

tinha de provar. Entretanto, quando concluímos, as nossas duas conclusões mostram-se contrárias. A minha era que, já que as ciências fazem mais mal aos costumes do que bem à sociedade, seria desejável que os homens se dedicassem a elas com menos ardor. A de meu adversário é que, conquanto as ciências produzam muito mal, não se deve deixar de cultivá-las por causa do bem que trazem. Confio, não no público, mas no pequeno número dos verdadeiros filósofos, para saber qual das duas conclusões deve ser preferida.

Resta-me fazer algumas breves observações sobre alguns trechos dessa resposta, que me pareceram um tanto falhos na justeza que admiro de bom grado nos outros, e que por isso puderam contribuir para o erro da conseqüência que o autor lhes tira.

A obra começa com algumas mordacidades que só salientarei na medida em que contribuírem para resolver a questão. O autor me honra com vários elogios e, sem dúvida, isso é abrir-me uma bela carreira. Mas há muito pouca proporção entre essas coisas; um silêncio respeitoso sobre os objetos de nossa admiração é, em geral, mais conveniente do que louvores indiscretos[13].

Meu Discurso, dizem, tem com que surpreender[14]. Parece-me que isso exigiria um esclarecimento. Ainda estão surpresos de vê-lo laureado; porém não é um prodígio ver laurear-se obras medíocres. Num sentido totalmente diferente, essa surpresa seria tão honrosa para a Academia de Dijon quanto injuriosa para a integridade das academias em geral, sendo fácil perceber quanto proveito eu tiraria disso para a minha causa.

Acusam-me, com frases bem agradavelmente dispostas, de contradição entre meu procedimento e minha

doutrina; censuram-me ter eu próprio cultivado os estudos que condeno[15]. Uma vez que a ciência e a virtude são incompatíveis, como pretendem que eu me esforço por prová-lo, perguntam-me num tom assaz imperativo como ouso empregar uma declarando-me em favor da outra.

Há muita habilidade em envolverem-me assim pessoalmente na questão; essa mordacidade não pode deixar de causar embaraço em minha resposta, ou melhor, em minhas respostas, pois infelizmente tenho de dar mais de uma. Tentemos pelo menos que nelas a exatidão remedie a falta de atrativo.

1. Que o cultivo das ciências corrompe os costumes de uma nação é o que ousei sustentar, é o que ouso acreditar haver provado. Mas como poderia eu ter dito que em cada homem em particular a ciência e a virtude são incompatíveis, eu que exortei os príncipes a chamarem para sua corte os verdadeiros sábios e a conceder-lhes sua confiança, a fim de que se veja de uma vez por todas o que podem a ciência e a virtude reunidas fazer para a felicidade do gênero humano? Esses verdadeiros sábios são poucos, confesso, pois para fazer bom uso da ciência cumpre reunir grandes talentos e grandes virtudes. Ora, isso é o que podemos esperar apenas de algumas almas privilegiadas, mas que não devemos esperar de um povo inteiro. Portanto, não se poderia concluir de meus princípios que um homem não possa ser sábio e virtuoso ao mesmo tempo.

2. Ainda que essa pretensa contradição realmente existisse, menos ainda poderiam pressionar-me pessoalmente por sua causa. Adoro a virtude, meu coração mo testemunha; dizem-me também claramente quão grande é a distância entre esse amor e a prática que torna o ho-

mem virtuoso. Aliás, estou bem longe de possuir a ciência, e mais ainda de afetar possuí-la. Acreditava que a confissão ingênua que fiz no começo de meu Discurso me resguardaria dessa imputação, temia bem mais que me acusassem de julgar coisas que não conhecia. É fácil perceber como me era impossível evitar a um só tempo essas duas censuras. Quem sabe se não chegariam até a reuni-las, se eu me apressasse em dar a mão à palmatória nesse ponto, por pouco merecido que tal possa ser?

3. Poderia contar, a esse respeito, o que diziam os Padres da Igreja sobre as ciências mundanas que desprezavam e às quais todavia recorriam para combater os filósofos pagãos. Poderia citar a comparação que faziam delas com os vasos dos egípcios roubados pelos israelitas. Mas irei me contentar, como derradeira resposta, em formular esta pergunta: se alguém viesse para matar-me e eu tivesse a felicidade de apoderar-me da sua arma, ser-me-ia proibido, antes de jogá-la fora, utilizá-la para escorraçá-lo de minha casa?

Se a contradição que me reprovam não existe, é desnecessário supor que quis apenas divertir-me com um frívolo paradoxo, e isso me parece ainda mais desnecessário porque o tom que usei, por pior que possa ser, pelo menos não é aquele empregado nos ditos espirituosos.

Está na hora de terminar de falar sobre o que me diz respeito; jamais se ganha nada falando de si mesmo, sendo essa uma indiscrição que o público dificilmente perdoa, mesmo quando se é forçado a tanto. A verdade é tão independente daqueles que a atacam e daqueles que a defendem, que os autores que discutem a seu respeito bem deveriam esquecer-se reciprocamente; isso pouparia muito papel e tinta. Mas essa regra que me é

tão fácil praticar não o é para o meu adversário, e esta é uma diferença que não beneficia a minha réplica.

O autor, observando que ataco as ciências e as artes em razão de seus efeitos sobre os costumes, utiliza, para me responder, a enumeração das utilidades que se lhes retiram em todos os Estados. É como se, para justificar um acusado, se contentassem em provar que ele está bem de saúde, tem muita habilidade ou é muito rico. Contanto que convenham comigo que as artes e as ciências nos tornam pessoas indignas, não discordarei que estas nos sejam aliás muito cômodas; é uma conformidade a mais que terão com a maioria dos vícios.

O autor vai mais longe, e pretende ainda que o estudo nos é necessário para admirar as belezas do universo, e que o próprio espetáculo da natureza, exposto, ao que parece, aos olhos de todos para a instrução dos simples, requer muita instrução nos observadores para ser percebido. Confesso que tal proposição me surpreende. Será que se ordenou a todos os homens serem filósofos, ou ordenou-se apenas aos filósofos crerem em Deus? Em milhares de passagens, a Escritura nos exorta a adorar a grandeza e a bondade de Deus nas maravilhas de suas obras; não penso que em nenhum passo nos tenha prescrevido estudar a física, nem que o autor da natureza não seja tão adorado por mim que nada sei como por aquele que conhece o cedro e o hissopo, a tromba da mosca e a do elefante. *Non enim nos Deus ista scire, sed tantum modo uti voluit.*

Acredita-se sempre dizer o que as ciências fazem quando se diz o que deveriam fazer. No entanto, isso me parece bem diferente. O estudo do universo deveria elevar o homem ao seu criador, bem o sei, mas só eleva a

vaidade humana. O filósofo, que se vangloria de penetrar nos segredos de Deus, ousa associar sua pretensa sabedoria à sabedoria eterna: aprova, censura, corrige, prescreve leis à natureza e limites à divindade; e, enquanto, ocupado com seus vãos sistemas, tem um trabalho imenso para arranjar a máquina do mundo, o lavrador que vê a chuva e o sol fertilizarem alternadamente seu campo, admira, louva e bendiz a mão que lhe propicia essas graças, sem se preocupar com a maneira pela qual estas lhe chegam. Não procura justificar sua ignorância ou seus vícios por sua incredulidade. Não censura as obras de Deus e não se declara contra seu senhor para fazer brilhar sua presunção. Jamais o dito ímpio de Alfonso X irá parar no espírito de um homem comum; era a uma boca erudita que tal blasfêmia estava reservada.

A curiosidade natural ao homem, continuam, *inspira-lhe a vontade de aprender.* Ele deveria então trabalhar para contê-la, como a todas as suas inclinações naturais. *Suas carências fazem-no sentir a sua necessidade.* Em muitos aspectos os conhecimentos são úteis, no entanto os selvagens são homens e não sentem essa necessidade. *Suas utilizações impõem-lhe essa obrigação.* Impõem-lhe, com muito mais freqüência, a de renunciar ao estudo para aplicar-se aos seus deveres[16]. *Seus progressos fazem-no sentir o prazer deles.* É por isso mesmo que deveria desconfiar deles. *Suas primeiras descobertas aumentam a avidez que tem de saber.* Com efeito, isso acontece aos que têm talento. *Quanto mais ele conhece, mais sente que tem conhecimentos por adquirir.* Ou seja, a única serventia de todo o tempo que perde é estimulá-lo a perder mais ainda; mas não há muito mais que um pequeno número de homens de talento em quem a noção

de sua ignorância se desenvolve ao aprender, e somente para eles é que o estudo pode ser bom. Os espíritos tacanhos, mal aprendem alguma coisa, crêem tudo saber, não havendo espécie de tolice que essa persuasão não os faça dizer e fazer. *Quanto mais conhecimentos adquire o homem, mais facilidade tem para proceder bem.* Vê-se que, falando assim, o autor consultou bem mais seu coração do que observou os homens.

Ele afirma ainda que é bom conhecer o mal para aprender a fugir dele, e dá a entender que só se pode ter certeza da virtude própria depois de tê-la posto à prova. Essas máximas são pelo menos duvidosas e sujeitas a muitas discussões. Não é certo que, para aprender a proceder com acerto, seja-se obrigado a saber de quantas maneiras se pode fazer o mal. Temos um guia interior bem mais infalível do que todos os livros e que nunca nos abandona no momento de necessidade. Bastaria ele para nos conduzir inocentemente, se quiséssemos sempre escutá-lo. E como seríamos obrigados a experimentar nossas forças para nos assegurar de nossa virtude se um dos exercícios da virtude é fugir das ocasiões do vício?

O homem sábio está continuamente alerta e sempre desconfia das próprias forças, reserva toda a sua coragem para quando for necessário e nunca se expõe indevidamente. O fanfarrão é aquele que se vangloria incessantemente de mais do que pode fazer e que, depois de ter ameaçado e insultado todo o mundo, apanha na primeira refrega. Pergunto qual dos dois retratos se parece mais com um filósofo às voltas com suas paixões.

Criticam-me de ter pretendido tomar os meus exemplos de virtude aos antigos. É bem provável que teria

encontrado ainda mais se pudesse ter remontado a mais longe no tempo. Citei também um povo moderno, e não tenho culpa de ter encontrado apenas um. Criticam-me ainda, numa máxima geral, de paralelos odiosos, nos quais entram, dizem, menos zelo e eqüidade do que inveja de meus compatriotas e irritação contra meus contemporâneos. Contudo, ninguém, talvez, ame tanto quanto eu seu país e seus compatriotas. Além do mais, só tenho uma palavra de resposta. Expus minhas razões e são elas que se devem pesar. Quanto às minhas intenções, deve-se deixar o seu julgamento somente a quem ele compete.

Aqui não posso deixar passar em silêncio uma objeção considerável que já me foi feita por um filósofo[17]: *Não será*, dizem-me a esse respeito, *ao temperamento, à falta de ocasião, à míngua de objeto, à economia do governo, aos costumes, às leis, a qualquer outra causa que não às ciências que se deve atribuir essa diferença que por vezes se observa nos costumes em diferentes países e em diferentes épocas?*

Essa questão encerra grandes concepções e exigiria esclarecimentos extensos demais para convirem a este escrito. Aliás, tratar-se-ia de examinar as relações muito ocultas, mas muito reais, que se encontram entre a natureza do governo e a índole, os costumes e os conhecimentos dos cidadãos, e isso me lançaria em discussões delicadas, que poderiam levar-me longe demais. Ademais, ser-me-ia bem difícil falar de governo sem dar ótimos trunfos ao meu adversário, e, tudo bem pesado, estas são pesquisas adequadas para se fazer em Genebra e em outras circunstâncias.

Passo a uma acusação muito mais grave do que a objeção anterior. Vou transcrevê-la em seus próprios ter-

mos, pois é importante apresentá-la fielmente aos olhos do leitor.

Quanto mais o cristão examina a autenticidade de seus títulos, mais se tranqüiliza na posse de sua crença; quanto mais estuda a revelação, mais se fortalece na fé. É nas divinas Escrituras que descobre sua origem e excelência; é nas doutas obras dos Padres da Igreja que segue, de século em século, seu desenvolvimento; é nos livros de moral e nos anais santos que encontra seus exemplos e tira sua aplicação.

Como? A ignorância arrebatará da religião e da virtude apoios tão poderosos? E ensinará abertamente um doutor de Genebra que é a ela que se deve a irregularidade dos costumes? Ficaríamos mais espantados ainda de ouvir tão estranho paradoxo se não soubéssemos que a singularidade de um sistema, por mais perigoso que seja, é apenas uma razão a mais para quem só tem como regra o espírito particular.

Atrevo-me a perguntar ao autor: Como pôde dar semelhante interpretação aos princípios que estabeleci? Como pôde acusar-me de censurar o estudo da religião, eu que censuro sobretudo o estudo de nossas vãs ciências, porque ele nos desvia do estudo de nossos deveres? E o que é o estudo dos deveres do cristão, senão o de sua própria religião?

Decerto eu deveria ter censurado expressamente todas essas sutilidades pueris da escolástica, com as quais, com o pretexto de esclarecer os princípios da religião, aniquila-se-lhe o espírito ao substituir a humildade cristã pelo orgulho científico. Deveria ter me levantado com mais força contra esses ministros indiscretos que foram os primeiros a ousar levar as mãos à arca, para apoiar

com seu fraco saber um edifício sustentado pela mão de Deus. Deveria ter-me indignado contra esses homens frívolos que, com suas míseras questiúnculas, aviltaram a sublime simplicidade do Evangelho e reduziram a silogismos a doutrina de Jesus Cristo. Mas trata-se, hoje, de defender-me e não de atacar.

Vejo que é pela história e pelos fatos que deverá terminar esta discussão. Se eu soubesse expor com poucas palavras o que as ciências e a religião têm em comum desde o começo, talvez isso servisse para decidir a questão sobre esse ponto.

O povo que Deus escolhera para si nunca cultivou as ciências e nunca lhe foi aconselhado seu estudo; entretanto, se esse estudo fosse útil para alguma coisa, teria sido mais necessário para ele do que qualquer outro. Ao contrário, seus chefes sempre fizeram esforços para mantê-lo, tanto quanto possível, separado das nações idólatras e sábias que o circundavam. Precaução menos necessária no que diz respeito a um vizinho do que ao outro, pois esse povo fraco e grosseiro era bem mais fácil de seduzir pelos embustes dos sacerdotes de Baal do que pelos sofismas dos filósofos.

Depois das dispersões freqüentes entre os egípcios e os gregos, a ciência teve ainda mil dificuldades para germinar nas cabeças dos hebreus. Josefo e Filão, que em qualquer outro lugar não teriam passado de dois homens medíocres, foram prodígios entre eles. Os saduceus, reconhecíveis por sua irreligião, foram os filósofos de Jerusalém; os fariseus, grandes hipócritas, foram seus doutores[18]. Estes, conquanto restringissem quase que toda a sua ciência ao estudo da Lei, faziam tal estudo com todo o fausto e toda a suficiência dogmática. Observavam tam-

bém com imenso cuidado todas as práticas da religião, mas o Evangelho nos ensina o espírito dessa exatidão, e a importância que se lhe deve dar. Em suma, tinham todos eles muito pouca ciência e muito orgulho, não sendo nisso que mais diferiam de nossos doutores de hoje.

No estabelecimento da nova fé, não foi a sábios que Jesus Cristo quis confiar sua doutrina e seu ministério. Seguiu em sua escolha a predileção que demonstrou em todas as ocasiões pelos pequenos e simples. E nas instruções que dava aos seus discípulos não se vê uma palavra de estudo nem de ciência, a não ser para assinalar o desprezo que tinha por tudo isso.

Depois da morte de Jesus Cristo, doze pobres pescadores e artesãos empreenderam instruir e converter o mundo. Seu método era simples; pregavam sem arte, mas com o coração convicto, e, de todos os milagres com que Deus honrava sua fé, o mais impressionante era a santidade da vida deles; seus discípulos seguiram esse exemplo e o sucesso foi prodigioso. Os sacerdotes pagãos, alarmados, deram a entender aos príncipes que o Estado estava perdido porque diminuíam as oferendas. Surgiram as perseguições, e os perseguidores limitaram-se a acelerar os progressos dessa religião que queriam sufocar. Todos os cristãos corriam para o martírio, todos os povos corriam para o batismo; a história desses primeiros tempos é um prodígio contínuo.

Os sacerdotes dos ídolos, porém, não contentes em perseguir os cristãos, puseram-se a caluniá-los; os filósofos, que não levavam proveito numa religião que prega a humildade, juntaram-se aos sacerdotes. Os simples se tornavam cristãos, é verdade, mas os sábios zombavam deles, e sabe-se com que desprezo o próprio São Paulo

foi recebido pelos atenienses. Choviam de todos os lados os motejos e as injúrias sobre a nova seita. Foi preciso tomar da pena para se defender. São Justino, o Mártir[19], escreveu a primeira apologia da sua fé. Atacaram-se os pagãos por sua vez; atacá-los era vencê-los. Os primeiros sucessos encorajaram outros escritores; com o pretexto de expor a torpeza do paganismo, lançaram-se na mitologia e na erudição[20]; quiseram mostrar ciência e cultura, os livros apareceram em profusão, e os costumes começaram a relaxar-se.

Logo não mais se contentaram com a simplicidade do Evangelho e da fé dos apóstolos; impunha-se ter cada vez mais espírito do que seus antecessores. Discorreram com sutileza sobre todos os dogmas; cada qual quis sustentar sua opinião, ninguém quis ceder. Surgiu a ambição de ser chefe de seita, em toda parte pulularam as heresias.

A exaltação e a violência não tardaram a juntar-se à disputa. Aqueles cristãos tão doces, que só sabiam estender a garganta aos cutelos, tornaram-se entre si perseguidores furiosos, piores do que os idólatras; todos mergulharam nos mesmos excessos, e o partido da verdade não foi sustentado com mais moderação do que o do erro.

Outro mal, ainda mais perigoso, nasceu da mesma fonte. Foi a introdução da antiga filosofia na doutrina cristã. À força de estudar os filósofos gregos, acreditaram ver neles relações com o cristianismo. Ousaram acreditar que assim a religião ficaria mais respeitável, revestida da autoridade da filosofia. Houve um tempo em que cumpria ser platônico para ser ortodoxo, e pouco faltou para que, primeiro Platão, e depois Aristóteles, fossem colocados no altar ao lado de Jesus Cristo.

A Igreja, mais de uma vez, ergueu-se contra tais abusos. Seus mais ilustres defensores os deploraram com freqüência em termos cheios de força e de energia; com freqüência tentaram banir dela toda essa ciência mundana, que lhe maculava a pureza. Um dos papas mais ilustres chegou mesmo ao excesso de zelo de sustentar que era algo vergonhoso sujeitar a palavra de Deus às regras da gramática.

Clamaram, porém, em vão; arrastados pela torrente, foram eles mesmos obrigados a conformar-se com a prática que condenavam, sendo de uma maneira muito erudita que a maior parte deles invectivou contra o progresso das ciências.

Depois de longas agitações, as coisas adquiriram uma situação mais estável. Por volta do século X, a chama das ciências deixou de iluminar a terra; o clero permaneceu imerso numa ignorância que não quero justificar, já que esta abrangia tanto as coisas que ele deve saber quanto aquelas que lhe são inúteis, mas na qual a Igreja ganhou pelo menos um pouco mais de tranqüilidade do que até então experimentara.

Depois do renascimento das letras, não tardaram a recomeçar as divisões, mais terríveis do que nunca. Homens sábios desencadearam a discussão, homens sábios a sustentaram, e os mais capazes mostraram-se sempre os mais obstinados. Foi em vão que se organizaram conferências entre os doutores dos diferentes partidos; nenhum deles lhes levava o amor da reconciliação, nem talvez o da verdade; todos eles lhes levavam apenas o desejo de brilhar à custa do adversário, cada qual queria vencer, ninguém queria instruir-se, o mais forte impunha silêncio ao mais fraco; a discussão terminava sempre por

injúrias e a perseguição sempre foi o seu fruto. Só Deus sabe quando findarão todos esses males.

As ciências estão florescentes hoje, a literatura e as artes brilham entre nós. Que proveito tirou disso a religião? Perguntemo-lo a essa multidão de filósofos que se vangloriam de não a ter. Nossas bibliotecas regurgitam de livros de teologia, e os casuístas formigam entre nós. Outrora tínhamos santos e não casuístas. A ciência se expande e a fé se extingue. Todo o mundo quer ensinar a bem proceder, e ninguém quer aprendê-lo; tornamo-nos todos doutores, e deixamos de ser cristãos.

Não, não foi com tanta arte e aparato que o Evangelho se espraiou por todo o universo e que sua beleza arrebatadora penetrou nos corações. Esse livro divino, o único necessário a um cristão, e o mais útil de todos, mesmo para quem não o for, só precisa ser meditado para levar à alma o amor de seu autor e a vontade de cumprir os seus preceitos. Jamais a virtude falou tão doce linguagem; jamais a mais profunda sabedoria se expressou com tanta energia e simplicidade. Não se larga sua leitura sem se sentir melhor do que antes. Oh! vós, ministros da Lei que nele me é anunciada, empenhai-vos menos em instruir-me em tantas coisas inúteis. Deixai de lado todos esses livros eruditos, que não podem convencer-me, nem me tocar. Prosternai-vos aos pés desse Deus de misericórdia que vos encarregastes de fazer-me conhecer e amar; pedi-lhe para vós essa humildade profunda que deveis pregar-me. Não ostentai aos meus olhos essa ciência orgulhosa, nem esse fausto indecente que vos desonram e me revoltam; sede vós mesmos tocados se quiserdes que eu o seja, e, sobretudo, mostrai-me em vossa conduta a prática dessa lei em que pretendeis instruir-

me. Não tendes necessidade de conhecê-la, nem de ensiná-la a mim, e vosso ministério está concluído. Em tudo isso não se trata de literatura, nem de filosofia. É assim que convém seguir e pregar o Evangelho, e foi assim que seus primeiros defensores o fizeram triunfar sobre todas as nações, *non aristotelico more*, diziam os Padres da Igreja, *sed piscatorio*[21].

Percebo que estou sendo interminável, mas acreditei não poder dispensar-me de estender-me um pouco sobre um ponto da importância deste. Ademais, os leitores impacientes devem refletir quão cômoda é a crítica, pois, onde se ataca com uma palavra, são necessárias páginas para se defender.

Passo à segunda parte da resposta, na qual me empenharei em ser mais breve, conquanto nela não encontre muito menos observações para fazer.

Não é das ciências, dizem-me, *é do seio das riquezas que em todos os tempos nasceram a indolência e o luxo.* Eu não disse tampouco que o luxo tinha nascido das ciências, mas que nasceram junto e quase nunca um vive sem o outro. Eis como ordenaria essa genealogia. A primeira fonte do mal é a desigualdade; da desigualdade vieram as riquezas, pois as palavras pobre e rico são relativas e, em toda parte em que os homens forem iguais, não haverá ricos nem pobres. Das riquezas nasceram o luxo e a ociosidade; do luxo vieram as belas-artes e, da ociosidade, as ciências. *Em tempo algum as riquezas foram o apanágio dos sábios.* É nisso mesmo que reside o mal maior; os ricos e os sábios só servem para corromper-se mutuamente. Se os ricos fossem mais sábios, ou se os sábios fossem mais ricos, uns não seriam tão covardes aduladores, os outros não gostariam tanto da abjeta

adulação, e com isso todos valeriam mais. É isso que se pode ver pelo pequeno número dos que têm a felicidade de ser sábios e ricos ao mesmo tempo. *Para um Platão na opulência, para um Aristipo com crédito na corte, quantos filósofos reduzidos ao manto e ao alforje, envolvidos em sua própria virtude e ignorados em sua solidão?* Não discordo de que haja grande número de filósofos muito pobres e certamente muito aborrecidos de o serem; não duvido tampouco que seja somente à sua pobreza que a maioria deles deve sua filosofia; porém, mesmo que eu admitisse supô-los virtuosos, seria baseado em seus costumes, que o povo não vê, que este aprenderia a reformar os seus? *Os sábios não têm nem o gosto, nem o tempo de amealhar grandes bens.* Consinto em crer que não têm tempo para tanto. *Amam o estudo.* Aquele que não amasse o seu ofício seria um homem muito louco, ou então muito miserável. *Vivem na mediocridade.* Cumpre estar extremamente inclinado em favor deles para conceder-lhes mérito por isso. *Uma vida laboriosa e moderada, passada no silêncio da solidão, ocupada pela leitura e pelo trabalho, certamente não é uma vida voluptuosa e criminosa.* Não, pelo menos aos olhos dos homens; tudo depende do íntimo. Um homem pode ser obrigado a levar uma vida assim e ter, no entanto, a alma muito corrompida. Aliás, o que importa que ele próprio seja virtuoso e modesto, se os trabalhos com que se ocupa alimentam a ociosidade e degeneram o espírito de seus concidadãos? *As comodidades da vida, ainda que amiúde sejam o fruto das artes, nem por isso são o quinhão dos artistas.* Não me parece muito que eles sejam pessoas que as rejeitem, mormente aqueles que, ocupando-se com artes totalmente inúteis e, por conseguinte, muito lucrativas, têm mais condições de conseguir tudo quanto desejam. *Trabalham apenas para os ricos.* No rumo que tomam as coisas, não ficaria espantado de ver um dia os ricos trabalharem para eles. *E são os ricos ociosos que se aproveitam e abusam dos frutos de seu engenho.* Mais uma vez, não creio que nossos artistas sejam pessoas tão simples e tão modestas. O luxo não poderia reinar numa classe de cidadãos sem logo introduzir-se em todas as outras, com diferentes modificações, e em todas elas faz a mesma devastação.

O luxo tudo corrompe, tanto o rico que o desfruta como o miserável que o cobiça. Não se poderia dizer que seja um mal em si usar punhos de renda, um traje bordado e uma caixa de rapé esmaltada. Mas é um grande mal dar importância a essas ninharias, julgar feliz o povo que as usa e consagrar o tempo e os cuidados, que todo homem deve a objetivos mais nobres, a preparar-se para adquirir semelhantes. Não tenho necessidade de saber qual é o ofício de quem se ocupa com tais idéias para saber o juízo que devo fazer dele.

Apresentei o belo retrato que nos fazem aqui dos sábios e creio poder converter em mérito meu essa complacência. Meu adversário é menos indulgente, não só não me concede nada que possa me recusar, mas em vez de dar a mão à palmatória no que toca ao mal que penso de nossa vã e falsa polidez prefere desculpar a hipocrisia. Pergunta-me se eu gostaria que o vício se mostrasse a descoberto. Claro que eu gostaria. A confiança e a estima renasceriam entre os bons, aprenderíamos a desconfiar dos maus e com isso a sociedade ficaria mais segura. Prefiro que meu inimigo me ataque de armas na mão a que venha traiçoeiramente ferir-me por trás. Como! Cum-

priria juntar o escândalo ao crime? Não sei, mas bem gostaria que não lhe juntassem a falsidade. São muito cômodas para os corruptos todas essas máximas que nos impingem há muito tempo sobre o escândalo; se as quiséssemos seguir rigorosamente, seria preciso deixar-se pilhar, trair, matar impunemente e jamais punir ninguém, pois é um objeto muito escandaloso um celerado sofrendo o suplício da roda. Mas será a hipocrisia uma homenagem que o vício presta à virtude? Sim, como aquela dos assassinos de César, que se prosternavam aos seus pés para degolá-lo com mais precisão. Por mais brilhante que seja esse pensamento, por mais autoridade que lhe dê o nome de seu autor[22], nem por isso é mais justo. Acaso dir-se-á de um larápio, que veste a libré de uma casa para dar seu golpe com mais comodidade, que presta homenagem ao dono da casa que rouba? Não, cobrir sua maldade com o perigoso manto da hipocrisia não é honrar a virtude, é ultrajá-la profanando-lhe as insígnias; é acrescentar a covardia e a trapaça a todos os outros vícios, é impedir em definitivo a si próprio qualquer volta à probidade. Há temperamentos elevados que mantêm até no crime algo de altivo e de generoso, que ainda deixa ver no íntimo uma centelha desse fogo celeste feito para animar as belas almas. Mas a alma vil e rastejante do hipócrita é semelhante a um cadáver, em que já não se encontra nem fogo, nem calor, nem possibilidade de vida. Recorro à experiência. Viram-se grandes celerados recolher-se em si mesmos, terminar santamente* sua carreira e morrer como predestinados. Mas o que ninguém jamais viu foi um hipócrita tornar-se homem de bem. Poder-se-ia, sensatamente, ter-se tentado a conversão de Cartouche*, jamais um homem prudente teria empreendido a de Cromwell.

* Algumas edições trazem "saudavelmente" em vez de santamente. (N. da T.)

Atribuí ao estabelecimento das letras e das artes a elegância e a polidez que reinam em nossas maneiras. O autor da resposta mo contradiz, o que me espanta, pois, uma vez que ele dá tanta importância à polidez e dá tanta importância às ciências, não percebo em que vantagem reverterá privar uma dessas coisas da honra de haver produzido a outra. Mas examinemos as suas provas, que se reduzem ao seguinte: *Não se nota que os sábios sejam mais polidos do que os outros homens; ao contrário, amiúde o são muito menos; logo, nossa polidez não é obra das ciências.*

Observarei, primeiramente, que nesse caso se trata menos de ciências do que de literatura, de belas-artes e de obras de gosto; e nossos letrados, por menos sábios que sejam, mas tão polidos, tão conhecidos, tão brilhantes, tão pernósticos, dificilmente se reconhecerão no ar rabugento e pedantesco que o autor da resposta quer atribuir-lhes. Concedamos-lhe, porém, esse antecedente, concordemos, se preciso for, que os eruditos, os poetas e os letrados são todos igualmente ridículos; que os senhores da Academia de Belas-Letras, os senhores da Academia de Ciências, os senhores da Academia Francesa são homens grosseiros, que não conhecem as boas maneiras nem os costumes da sociedade, e são excluí-

* Louis-Dominique Bourguignon, célebre bandido francês (1693-1721), a quem se atribuíam aventuras de toda espécie. Morreu no suplício da roda. (N. da T.)

dos por sua profissão da sociedade de escol. O autor pouco ganhará com esse fato, e nem por isso terá mais direito de negar que a polidez e a urbanidade reinantes entre nós sejam a conseqüência do bom gosto, a princípio extraído dos antigos e difundido entre os povos da Europa pelos livros agradáveis que se publicam em toda a parte[23]. Como os melhores professores de dança nem sempre são as pessoas que melhor se apresentam, é possível dar ótimas lições de polidez sem querer ou poder ser em pessoa muito polido. Esses enfadonhos comentadores que, dizem-nos, conheciam tudo dos antigos, afora a graça e a delicadeza, não deixaram, com suas obras úteis, embora menosprezadas, de nos ensinar a perceber essas belezas que não percebiam. Ocorre o mesmo com esse encanto do trato e com essa elegância dos costumes que se substituem à sua pureza e que se fizeram notar em todos os povos entre os quais as letras eram admiradas; em Atenas, em Roma, na China, em todos os lugares viu-se a polidez, da linguagem e das maneiras, acompanhar sempre, não os sábios e os artistas, mas as ciências e as belas-artes.

O autor ataca em seguida os elogios que fiz à ignorância e, censurando-me por ter falado mais como orador do que como filósofo, descreve por sua vez a ignorância; e bem se pode desconfiar que não lhe atribui belas cores.

Não nego que tenha razão, mas não creio estar errado. Basta uma distinção muito justa e verdadeira para que entremos em acordo.

Há uma ignorância feroz[24] e brutal que nasce de um mau coração e de um espírito falso; uma ignorância criminosa que se estende aos deveres da humanidade, que

multiplica os vícios, que degrada a razão, avilta a alma e torna os homens semelhantes aos animais: é essa a ignorância que o autor ataca e da qual pinta um retrato muito odioso e muito parecido. Há outra espécie de ignorância razoável, que consiste em limitar sua curiosidade à extensão das faculdades que se recebeu; uma ignorância modesta, que nasce de um vivo amor pela virtude e só inspira indiferença por todas as coisas que não são dignas de encher o coração do homem e não contribuem para torná-lo melhor; uma doce e preciosa ignorância, tesouro de uma alma pura e contente consigo mesma, que põe toda a sua felicidade em ensimesmar-se, em testemunhar sua inocência e que não tem necessidade de buscar uma falsa e vã felicidade na opinião que os outros poderiam ter de suas luzes. Eis a ignorância que elogiei e a que peço ao céu como punição do escândalo que causei aos doutos com meu desprezo declarado pelas ciências humanas.

Que se comparem, diz o autor, *com aqueles tempos de ignorância e de barbárie estes séculos felizes em que as ciências difundiram por toda a parte o espírito de ordem e de justiça.* Estes séculos felizes serão difíceis de encontrar; porém encontraremos com mais facilidade outros em que, graças às ciências, *ordem e justiça* não serão mais do que palavras vãs, feitas para ludibriar o povo, e em que a aparência delas terá sido conservada com cuidado para destruí-las de fato mais impunemente. *Vemos em nossos dias guerras menos freqüentes, porém mais justas.* Em qualquer tempo que seja, como poderá a guerra ser mais justa num dos partidos, sem ser injusta no outro? Eu não poderia conceber isso! *Ações menos surpreendentes, porém mais heróicas.* Decerto ninguém

negará ao meu adversário o direito de julgar o heroísmo, mas pensará ele que o que não é surpreendente para ele o seja para nós? *Vitórias menos sangrentas, porém mais gloriosas; conquistas menos rápidas, porém mais seguras; guerreiros menos violentos, porém mais temíveis, que sabem vencer com moderação, tratar os vencidos com humanidade; a honra é seu guia, a glória sua recompensa.* Não nego ao autor que haja grandes homens entre nós, ser-lhe-ia muito fácil fornecer a prova; o que não impede que os povos sejam muito corrompidos. De mais a mais, essas coisas são tão vagas que se poderiam dizer de quase todas as épocas, sendo impossível responder a elas, porque seria preciso folhear bibliotecas e fazer infólios para estabelecer provas pró ou contra.

Quando Sócrates criticou as ciências, não poderia, ao que me parece, ter em vista nem o orgulho dos estóicos, nem a indolência dos epicuristas, nem o absurdo jargão dos pirrônicos, porque nenhuma dessas pessoas existia em seu tempo. Mas esse leve anacronismo não é desdouro para meu adversário; ele encontrou melhor emprego para a sua vida do que verificar datas, e não é mais obrigado a saber de cor seu Diógenes Laércio do que eu a ter visto de perto o que sucede nos combates.

Convenho, pois, que Sócrates só pensou em enfatizar os vícios dos filósofos de seu tempo; mas não sei o que concluir daí, senão que desde aquele tempo os vícios pululavam com os filósofos. Respondem-me que isso provém do abuso da filosofia, e não penso ter dito o contrário. Como! Cumprirá então suprimir todas as coisas de que se abusa? Sim, sem dúvida, responderei eu sem hesitar; todas aquelas que são inúteis; todas aquelas cujo abuso traz mais mal do que o bem que traz o seu uso.

Detenhamo-nos um instante nesta última conseqüência, e evitemos a concluir daí que hoje seja preciso queimar todas as bibliotecas e destruir as universidades e as academias. Apenas tornaríamos a mergulhar a Europa na barbárie e os costumes nada ganhariam com isso[25]. É com pesar que vou pronunciar uma grande e fatal verdade. Não há mais do que um passo do saber à ignorância, e a alternância de um para a outra é freqüente entre as nações; mas nunca se viu um povo, uma vez corrompido, voltar à virtude. Em vão pretendereis destruir as fontes do mal; em vão suprimiríeis os alimentos da vaidade, da ociosidade e do luxo; em vão, também, traríeis os homens de volta a essa primeira igualdade, conservadora da inocência e fonte de todas as virtudes: seus corações, uma vez estragados, assim permanecerão; não há mais remédio, a não ser uma grande revolução quase tão temível como o mal que poderia curar, e que é condenável desejar e impossível prever.

Deixemos, portanto, as ciências e as artes amenizarem de algum modo a ferocidade dos homens que elas corromperam; tentemos fazer delas um derivativo sensato, empenhemo-nos em mudar o objeto de suas paixões. Ofereçamos alguns alimentos a esses tigres, a fim de que não devorem nossos filhos. As luzes do mau são também menos temíveis do que a sua brutal estupidez; pelo menos elas o tornam mais cauteloso quanto ao mal que poderia fazer por conhecer aquele que ele próprio receberia.

Elogiei as academias e seus ilustres fundadores, e de bom grado repetirei o elogio. Quando o mal é incurável, o médico aplica paliativos e proporciona os remédios menos conforme as necessidades do que conforme o tem-

peramento do doente. Cabe aos sábios legisladores lhe imitarem a prudência e, não mais podendo adaptar aos povos doentes a melhor das polícias, dar-lhes ao menos, como Sólon, a melhor que possam suportar.

Há na Europa um grande príncipe e, o que importa muito mais, um virtuoso cidadão que, na pátria que adotou e faz feliz, acaba de fundar várias instituições em prol das letras. Fez com isso algo muito digno de sua sabedoria e de sua virtude. Quando se trata de estabelecimentos políticos, são o tempo e o lugar que tudo decidem. Urge, em seus próprios interesses, que os príncipes sempre favoreçam as ciências e as artes; já disse a razão disso e, no estado atual de coisas, urge também que hoje as favoreçam para o próprio interesse dos povos. Se houvesse atualmente entre nós algum monarca tacanho o bastante para pensar e agir de outro modo, seus súditos permaneceriam pobres e ignorantes, e nem por isso seriam menos corruptos. Meu adversário descuidou de tirar vantagem de um exemplo tão convincente e, aparentemente, tão favorável à sua causa; talvez seja o único que o ignora, ou que nele não tenha pensado. Que permita, pois, que lho lembre; que não recuse às grandes coisas os elogios que lhes são devidos; que as admire, assim como nós, e não se obstine mais contra as verdades que ataca.

ÚLTIMA RESPOSTA DE J.-J. ROUSSEAU

Ne, dum tacemus, non verecundiae
*sed diffidentiae causa tacere videamur**

Cypriano, contra Demet.

* "Para que não se pense que a causa de nosso silêncio seja o temor, mas a desconfiança." São Cipriano, um dos mais ilustres padres da Igreja latina, foi bispo de Cartago no século III d.C. (N. da T.)

Última resposta de J.-J. Rousseau, de Genebra*[26]

É com extrema repugnância que entretenho com meus debates leitores ociosos que se preocupam muito pouco com a verdade; porém, a maneira pela qual acabam de atacá-la força-me a tomar sua defesa mais uma vez, a fim de que meu silêncio não seja considerado pelo vulgo como uma confissão, nem pelos filósofos como um desdém.

Cumpre repetir-me, bem o reconheço, e o público não mo perdoará. Os sábios, porém, dirão: Este homem não carece de procurar incessantemente novas razões, é uma prova da solidez das suas[27].

Como aqueles que me atacam nunca deixam de desviar-se da questão e de suprimir as distinções essenciais que nela coloquei, cumpre sempre começar por trazê-los de volta a ela. Eis portanto um sumário das proposições que sustentei e sustentarei por todo o tempo em que não consultar outro interesse senão o da verdade.

.....

* Publicada em abril de 1752, esta resposta se refere ao *Discurso sobre as vantagens das ciências e das artes*, pronunciado em 22 de junho de 1751 por Charles Borde (e não Bordes, como escrevia Rousseau) diante da Academia de Lyon. Poeta e literato, Charles Borde (1711-1781), antigo amigo de Rousseau, passa a combatê-lo de um modo irreverente e sarcástico. (N. da T.)

As ciências são a obra-prima do gênio e da razão. O espírito de imitação produziu as belas-artes, e a experiência as aperfeiçoou. Devemos às artes mecânicas grande número de invenções úteis que contribuíram para os encantos e as comodidades da vida. Estas são verdades com as quais concordo seguramente de bom grado. Mas consideremos agora todos esses conhecimentos com relação aos costumes[28].

Se inteligências celestiais cultivassem as ciências, disso só resultaria o bem; digo o mesmo dos grandes homens, que são feitos para guiar os demais. Sócrates, sábio e virtuoso, foi uma honra para a humanidade, mas os vícios dos homens comuns envenenam os conhecimentos mais sublimes e os tornam perniciosos às nações; os maus tiram deles muitas coisas nocivas; os bons pouco proveito tiram. Se ninguém mais além de Sócrates tivesse pretensões filosóficas em Atenas, o sangue de um justo não teria clamado vingança contra a pátria das ciências e das artes[29].

É uma questão para ser examinada, se seria proveitoso aos homens possuírem a ciência, supondo-se que aquilo que chamam por esse nome o merecesse de fato; mas é uma loucura pretender que as quimeras da filosofia, os erros e as mentiras dos filósofos possam um dia ter alguma serventia. Seremos nós sempre logrados pelas palavras? E compreenderemos um dia que estudos, conhecimentos, saber e filosofia não passam de vãos simulacros erguidos pelo orgulho humano, e muito indignos dos pomposos nomes que ele lhes dá?

À medida que o gosto dessas parvoíces se difunde numa nação, esta perde o gosto das virtudes sólidas, pois custa menos distinguir-se pela tagarelice do que pelos

bons costumes, desde que se é dispensado de ser homem de bem contanto que se seja um homem agradável.

Quanto mais o interior se corrompe, mais compostura adquire o exterior[30]; é assim que a cultura das letras engendra insensivelmente a polidez. O gosto também nasce da mesma fonte. Sendo a aprovação pública o primeiro prêmio dos trabalhos literários, é natural que os que deles se ocupam reflitam sobre os meios de agradar; e são essas reflexões que com o tempo formam o estilo, aprimoram o gosto e espalham por toda parte a gentileza e a urbanidade. Todas essas coisas serão, se preferirem, o suplemento da virtude, mas jamais se poderá dizer que sejam a virtude, e raramente se associarão a ela. Haverá sempre esta diferença: aquele que se torna útil trabalha para os outros, e aquele que só pensa em tornar-se agradável trabalha apenas para si. O adulador, por exemplo, não poupa nenhum cuidado para agradar e, no entanto, só faz o mal.

A vaidade e a ociosidade, que engendraram nossas ciências, também engendraram o luxo. O gosto do luxo sempre acompanha o das letras, e o gosto das letras acompanha amiúde o do luxo[31]. Todas essas coisas fazem assaz fiel companhia umas às outras, porque são obra dos mesmos vícios.

Se a experiência não se adaptasse a essas proposições demonstradas, seria preciso procurar as causas particulares dessa contradição. Mas a primeira idéia dessas proposições nasceu, ela mesma, de uma longa meditação sobre a experiência, e, para se ver a que ponto as confirma, basta abrir os anais do mundo.

Os primeiros homens foram muito ignorantes. Como se ousaria dizer que eram corrompidos nos tempos em que as fontes da corrupção ainda não estavam abertas?

Através da obscuridade dos antigos tempos e da rusticidade dos antigos povos, percebem-se em vários deles imensas virtudes, sobretudo uma severidade de costumes que é um sinal infalível de sua pureza, a boa-fé, a hospitalidade, a justiça e, o que é muito importante, um grande horror pela devassidão[32], mãe fecunda de todos os outros vícios. Logo, a virtude não é incompatível com a ignorância.

Tampouco é sempre sua companheira, pois vários povos muito ignorantes eram muito depravados. A ignorância não é um obstáculo nem para o bem nem para o mal, é somente o estado natural do homem[33].

Não se poderá dizer o mesmo da ciência. Todos os povos sábios foram corrompidos, o que já é um terrível juízo antecipado contra ela. Mas, como são difíceis as comparações de um povo com outro povo, como nelas é preciso incluir um número muito grande de objetos, e como sempre lhes falta exatidão em todos os aspectos, fica-se muito mais seguro do que se faz seguindo a história de um mesmo povo e comparando os progressos de seus conhecimentos com as revoluções de seus costumes. Ora, o resultado desse exame é que a grande época, a época da virtude de cada povo, foi a de sua ignorância e que, à medida que se foi tornando sábio, artista e filósofo, perdeu seus costumes e sua probidade; tornou a descer, a esse respeito, à categoria das nações ignorantes e corruptas que são a vergonha da humanidade. Se quiserem teimar em procurar diferenças, posso reconhecer uma: é que todos os povos bárbaros, mesmo aqueles que não têm virtude, sempre reverenciam entretanto a virtude, ao passo que, à força de progredirem, os povos sábios e filósofos chegam enfim a ridicularizá-la e a desprezá-la. É quando uma nação atingiu por fim este ponto que se pode dizer que a corrupção está no auge e já não se devem esperar remédios.

Tal é o sumário das coisas que afirmei e cujas provas creio ter apresentado. Vejamos agora o da doutrina que me opõem.

"Os homens são naturalmente maus; assim o foram antes da formação das sociedades e, em todos os lugares aos quais as ciências não levaram sua chama, os povos, abandonados apenas às *faculdades do instinto*, reduzidos, com os leões e os ursos, a uma vida puramente animal, ficaram mergulhados na barbárie e na miséria.

Apenas a Grécia, nos tempos antigos, pensou e *elevou-se pelo espírito* a tudo quanto pode tornar um povo recomendável. Filósofos formaram seus costumes e deram-lhe leis.

Esparta, é verdade, foi pobre e ignorante por instituição e por escolha, mas suas leis tinham grandes defeitos, seus cidadãos uma grande propensão para se deixar corromper; sua glória foi pouco sólida, e logo ela perdeu suas instituições, suas leis e seus costumes.

Atenas e Roma também degeneraram. Uma cedeu à fortuna da Macedônia, a outra sucumbiu à sua própria grandeza, porque as leis de uma pequena cidade não eram apropriadas para governar o mundo. Se algumas vezes a glória dos grandes impérios não perdurou tanto tempo junto com a das letras, tal aconteceu por ela estar no auge quando as letras neles foram cultivadas e por ser o forte das coisas humanas não perdurar muito tempo no mesmo estado. Admitindo-se, pois, que a alteração das leis e dos costumes tenha influído sobre esses grandes acontecimentos, não se será forçado a convir que as

ciências e as artes tenham contribuído para isso; e pode-se observar, pelo contrário, que o progresso e a decadência das letras são sempre proporcionais à fortuna e ao declínio dos impérios.

Essa verdade é confirmada pela experiência dos últimos tempos, nos quais se vêem, numa monarquia vasta e poderosa, a prosperidade do Estado, a cultura das ciências e das artes e a virtude guerreira concorrerem conjuntamente para a glória e a grandeza do império.

Nossos costumes são os melhores que se possam ter; vários vícios foram proscritos de nosso meio; aqueles que nos restam pertencem à humanidade, e as ciências para nada disso contribuem.

Também o luxo nada tem em comum com elas; assim, as desordens que ele pode causar não lhes devem ser atribuídas. Aliás, o luxo é necessário nos grandes Estados, aos quais traz mais bem do que mal; é útil para ocupar os cidadãos ociosos e para dar pão aos pobres.

A polidez deve ser incluída antes no número das virtudes do que no número dos vícios, pois impede os homens de mostrarem-se tais como são; precaução muito necessária para torná-los suportáveis uns aos outros.

As ciências raramente atingiram o objetivo que se propõem, mas pelo menos visam a ele. Avança-se com passos lentos no conhecimento da verdade, o que não impede que se faça algum progresso nessa direção.

Enfim, mesmo que fosse verdade que as ciências e as artes enfraquecem a coragem, ainda não seriam preferíveis os bens infinitos que nos proporcionam a essa virtude bárbara e selvagem que faz estremecer a humanidade?" Deixo de lado o inútil e pomposo exame desses bens e, para começar, a respeito desse último ponto,

com uma declaração adequada para prevenir muito palavreado, afirmo de uma vez por todas que, se algo pode compensar a ruína dos costumes, estou pronto para convir que as ciências trazem mais bem do que mal. Voltemos agora ao restante.

Eu poderia sem muito risco supor tudo isso provado, uma vez que, de tantas asserções tão afoitamente aventadas, há muito poucas que atinjam o âmago da questão, menos ainda outras das quais se possa tirar alguma conclusão válida contra a minha opinião, e que a maioria delas, se minha causa disso necessitasse, até forneceriam novos argumentos em meu favor.

De fato: 1. Se os homens são maus por natureza, pode acontecer, caso se queira, que as ciências produzam algum bem em suas mãos; mas é muito certo que causarão muito mais mal, pois não se devem dar armas a furiosos.

2. Se as ciências raramente atingem seu objetivo, sempre haverá mais tempo perdido do que tempo bem empregado. E, ainda que fosse verdade que tivéssemos encontrado os melhores métodos, a maioria dos nossos trabalhos ainda seriam tão ridículos como os de um homem que, muito certo de seguir exatamente o fio de prumo, quisesse levar um poço até o centro da terra.

3. Não devemos ter tanto medo da vida puramente animal, nem a considerar como o pior estado em que pudéssemos cair, pois ainda seria melhor parecer com uma ovelha do que com um anjo mau.

4. A Grécia deveu seus costumes e suas leis a filósofos e legisladores. Concordo. Já disse cem vezes que é bom haver filósofos, contanto que o povo não se meta a sê-lo.

5. Não ousando afirmar que Esparta não tinha boas leis, condenam as leis de Esparta por ter tido grandes defeitos, de sorte que, para retorquir às censuras que faço aos povos sábios de sempre terem sido corrompidos, censuram aos povos ignorantes não terem atingido a perfeição.

6. O progresso das letras é sempre proporcional à grandeza dos impérios. Seja. Vejo que sempre me falam de fortuna e de grandeza. Quanto a mim, falava de costumes e de virtude.

7. Nossos costumes são os melhores que homens maus, como nós, podem ter. Pode ser. Proscrevemos vários vícios, não discordo. Não acuso os homens deste século de terem todos os vícios; eles só têm aqueles das almas covardes, são apenas velhacos e tratantes. Quanto aos vícios que pressupõem coragem e firmeza, considero-os incapazes deles.

8. O luxo pode ser necessário para dar pão aos pobres, mas, se não houvesse luxo, não haveria pobres[34]. Ele ocupa os cidadãos ociosos. E por que há cidadãos ociosos? Quando a agricultura era admirada, não havia miséria nem ociosidade e havia muito menos vícios.

9. Vejo que se empenham muito pela causa do luxo, a qual fingem, porém, querer separar da causa das ciências e das artes. Concordarei, portanto, já que o querem tanto, que o luxo serve para a sustentação dos Estados, como as cariátides servem para sustentar os palácios que decoram; ou melhor, como as vigas com as quais se escoram construções deterioradas e que amiúde acabam por derrubá-las. Homens sábios e prudentes, saí de qualquer casa que esteja escorada.

Isso pode mostrar quão fácil me seria virar em meu favor a maioria das coisas que pretendem opor-me. Porém, para falar com franqueza, não as acho suficientemente provadas para ter a coragem de prevalecer-me delas.

Afirmam que os primeiros homens foram maus, daí se segue que o homem é naturalmente mau[35]. Esta não é uma asserção de pouca importância; parece-me que merecia ter sido provada. Os anais de todos os povos que ousam citar-me como prova são muito mais favoráveis à suposição contrária e seriam necessários muitos testemunhos para obrigar-me a crer num absurdo. Antes que as horríveis palavras *teu* e *meu* fossem inventadas, antes que houvesse essa espécie de homens cruéis e brutais chamados senhores e essa outra espécie de homens velhacos e mentirosos chamados escravos, antes que houvesse homens bastante abomináveis para ousar ter o supérfluo enquanto outros homens morrem de fome, antes que uma dependência mútua os houvesse forçado a todos tornarem-se hipócritas, invejosos e traidores, eu gostaria muito que me explicassem em que podiam consistir esses vícios, esses crimes que lhes condenam com tanta ênfase. Asseguram-me que há muito tempo se desiludiram da quimera da idade de ouro. Por que não acrescentam também que há muito tempo se desiludiram da quimera da virtude?

Eu disse que os primeiros gregos foram virtuosos antes que a ciência os houvesse corrompido e não quero retratar-me acerca desse ponto, conquanto, examinando-os mais de perto, não deixo de desconfiar da solidez das virtudes de um povo tão tagarela, nem da justiça dos elogios que tanto gostava de se prodigalizar e que não vejo confirmados por nenhum outro depoimento. O que me opõem a isso? Que os primeiros gregos, cuja virtude

louvei, eram esclarecidos e sábios, porquanto foram filósofos que lhes formaram os costumes e lhes deram leis. Mas, com essa maneira de raciocinar, quem me impedirá de dizer o mesmo de todas as outras nações? Os persas não tiveram seus magos, os assírios seus caldeus, os hindus seus ginosofistas, os celtas seus druidas? Oco* não brilhou entre os fenícios, Atlas entre os líbios, Zoroastro entre os persas, Zámolxis** entre os trácios? E muitos até não pretenderam que a filosofia havia nascido entre os bárbaros? Será que todos esses povos seriam sábios por esse motivo? *Ao lado dos Milcíades e dos Temístocles, encontravam-se*, dizem-me, *os Aristides e os Sócrates*. Ao lado, se preferirem, pois o que importa? Entretanto, Milcíades, Aristides, Temístocles, que eram heróis, viveram numa época, Sócrates e Platão, que eram filósofos, viveram noutra; e quando se começaram a abrir escolas públicas de filosofia a Grécia, aviltada e degenerada, já havia renunciado à sua virtude e vendido a sua liberdade.

A soberba Ásia viu suas forças inumeráveis quebrantadas por um punhado de homens que a filosofia conduzia à glória. É verdade, a filosofia da alma conduz à verdadeira glória, mas ela não se aprende nos livros. *Tal é o efeito infalível dos conhecimentos do espírito.* Peço ao leitor ficar atento a esta conclusão. *Os costumes e as leis são a única fonte do verdadeiro heroísmo.* As ciências não têm, portanto, o que fazer aí. *Em suma, a Grécia deveu tudo às ciências, e o resto do mundo deveu tudo à Grécia.* Assim, nem a Grécia nem o mundo deveram nada às

* Cognome de Artaxerxes III e Dario II, reis da Pérsia. (N. da T.)

** Legislador mítico das tribos géticas da Trácia às quais, segundo Heródoto, ele teria ensinado o dogma da imortalidade da alma. (N. da T.)

leis e aos costumes. Peço perdão aos meus adversários, mas não há meio de admitir esses seus sofismas.

Examinemos ainda um momento essa preferência que se pretende dar à Grécia sobre todos os outros povos e da qual parece que se fez um ponto capital. *Admirarei, se quiserem, povos que passam a vida na guerra ou nos bosques, que dormem deitados na terra e vivem de legumes.* Tal admiração é, de fato, muito digna de um verdadeiro filósofo; só a um povo cego e estúpido cabe admirar pessoas que passam a vida, não defendendo sua liberdade, mas roubando-se e traindo-se mutuamente para satisfazer sua indolência ou sua ambição e que ousam alimentar sua ociosidade com o suor, o sangue e os trabalhos de um milhão de infelizes. *Mas será entre esses homens grosseiros que se irá procurar a felicidade?* Com muito mais razão seria ela procurada entre eles do que a virtude entre os outros. *Que espetáculo nos apresentaria o gênero humano, composto unicamente de lavradores, de soldados, de caçadores e de pastores?* Um espetáculo infinitamente mais bonito do que o do gênero humano composto de cozinheiros, de poetas, de impressores, de ourives, de pintores e de músicos. Do primeiro quadro só se deve excluir a palavra *soldado*. A guerra por vezes é um dever, não sendo feita para ser um ofício. Todo homem deve ser soldado para a defesa de sua liberdade, nenhum deve sê-lo para invadir a liberdade alheia, e morrer servindo à pátria é um encargo belo demais para ser confiado a mercenários. *Será preciso então, para ser digno do nome de homem, viver como os leões e os ursos?* Se acaso tenho a felicidade de encontrar um único leitor imparcial e amigo da verdade, peço-lhe que lance um olhar à sociedade atual, e observe quem são os que con-

vivem como os leões e os ursos, como os tigres e os crocodilos. *Erigir-se-á em virtude as faculdades do instinto para alimentar-se, perpetuar-se e defender-se?* São virtudes, disso não tenhamos dúvidas, quando guiadas pela razão e sabiamente dirigidas; e são, sobretudo, virtudes quando empregadas na assistência aos nossos semelhantes. *Não vejo nisso senão virtudes animais, pouco conformes à dignidade do nosso ser. O corpo é exercitado, mas a alma escrava apenas rasteja e fenece.* Diria de bom grado, ao percorrer as pomposas investigações de todas as nossas academias: "Não vejo aí senão engenhosas sutilezas, pouco conformes à dignidade do nosso ser. O espírito é exercitado, mas a alma escrava só rasteja e fenece." *Retirai as artes do mundo,* dizem-nos noutro trecho, *o que restará? Os exercícios do corpo e as paixões.* Vede, peço-vos, como a razão e a virtude sempre são esquecidas! *As artes deram origem aos prazeres da alma, os únicos que são dignos de nós.* Quer dizer que puseram outros no lugar daquele de bem proceder, muito mais digno ainda de nós. Acompanhando-se o espírito de tudo isso, ver-se-á, como nos raciocínios da maioria dos meus adversários, um entusiasmo tão acentuado pelas maravilhas do entendimento que aquela outra faculdade, infinitamente mais sublime e mais capaz de elevar e enobrecer a alma, nunca é levada em conta. Eis o efeito sempre certo da cultura das letras. Tenho certeza de que atualmente não há um sábio que não estime muito mais a eloqüência de Cícero do que seu zelo e que não preferisse ter composto as *Catilinárias* a ter salvado seu país.

Fica visível o embaraço de meus adversários todas as vezes que é preciso falar de Esparta. O que não daria eles para que essa fatal Esparta nunca houvesse existido! E eles, que pretendem que as grandes ações servem apenas para ser celebradas, a que preço não gostariam que as dela nunca o tivessem sido! É algo terrível que, no meio da famosa Grécia que não devia, dizem, sua virtude senão à filosofia, o Estado onde a virtude foi mais pura e perdurou mais tempo tenha sido precisamente aquele onde não havia filósofos. Os costumes de Esparta sempre foram propostos como exemplo a toda a Grécia; a Grécia inteira estava corrompida, e ainda havia virtude em Esparta; a Grécia inteira era escrava, somente Esparta ainda era livre; é desolador. Mas, por fim, a altiva Esparta perdeu seus costumes e sua liberdade, como os havia perdido a sábia Atenas; Esparta acabou. O que posso responder a isso?

Ainda duas observações sobre Esparta e passo para outro assunto. Eis a primeira: *Depois de ter estado várias vezes a ponto de vencer, Atenas foi vencida, é verdade e é surpreendente que não o tenha sido mais cedo, pois a Ática era um país totalmente aberto e só podia defender-se pela superioridade ocasional.* Atenas deveria ter vencido por todas as espécies de razão. Era maior e muito mais povoada do que a Lacedemônia; tinha grandes rendas e vários povos eram seus tributários. Esparta nada tinha de tudo isso. Atenas, sobretudo por sua posição, tinha uma vantagem, de que Esparta carecia, que a deixava em condições de devastar várias vezes o Peloponeso e que sozinha lhe deveria assegurar o império da Grécia. Era um porto vasto e cômodo, era uma marinha formidável que ela devia à previdência do rústico Temístocles, que não sabia tocar flauta. Logo, poder-se-ia ficar surpreso de que Atenas, com tantas vantagens, tenha afinal

sucumbido. Mas, se bem que a guerra do Peloponeso, que arruinou a Grécia, não tenha trazido honra a nenhuma das duas repúblicas, e tenha sido, sobretudo por parte dos lacedemônios, uma infração das máximas de seu sábio legislador, não é de espantar que com o tempo a verdadeira coragem tenha prevalecido sobre os recursos, nem sequer que a reputação de Esparta lhe tenha dado vários que lhe facilitaram a vitória. Na verdade, envergonho-me de saber essas coisas e de ser forçado a dizê-las.

A outra observação não será menos importante. Eis o texto, que creio dever apresentar ao leitor.

Supondo-se que todos os Estados que compunham a Grécia houvessem seguido as mesmas leis de Esparta, o que nos restaria dessa terra tão célebre? Apenas seu nome teria chegado até nós. Ela teria desdenhado formar historiadores para transmitir sua glória à posteridade; o espetáculo de suas exacerbadas virtudes estaria perdido para nós; por conseguinte, ser-nos-ia indiferente que houvessem existido ou não. Os numerosos sistemas de filosofia que esgotaram todas as combinações possíveis de nossas idéias e que, se não ampliaram muito os limites de nosso espírito, pelo menos nos ensinaram onde eles estavam fixados; essas obras-primas de eloqüência e de poesia que nos ensinaram todos os caminhos do coração; as artes úteis ou agradáveis que conservam ou embelezam a vida; enfim, a inestimável tradição dos pensamentos e das ações de todos os grandes homens, que fizeram a glória ou a felicidade de seus semelhantes: todas essas preciosas riquezas do espírito estariam perdidas para sempre. Os séculos se teriam acumulado, as gerações dos homens se teriam sucedido como as dos animais, sem fruto algum para a posteridade, e só teriam deixado atrás de si uma

lembrança confusa de sua existência; o mundo teria envelhecido e os homens teriam permanecido numa infância eterna.

Suponhamos, por nossa vez, que um lacedemônio, impregnado da força dessas razões, quisesse expô-las aos seus compatriotas; e tentemos imaginar o discurso que poderia fazer na praça pública de Esparta.

"Cidadãos, abri os olhos e saí de vossa cegueira. Vejo com dor que só trabalhais para adquirir virtude, para exercitar vossa coragem e manter vossa liberdade e, entretanto, esqueceis o dever mais importante de divertir os ociosos das raças futuras. Dizei-me: para que serve a virtude, senão para dar o que falar no mundo? O que vos terá valido serdes pessoas de bem, quando ninguém falará de vós? O que importará aos séculos vindouros que vos tenhais devotado à morte nas Termópilas* para a salvação dos atenienses, se não deixais, como eles, nem sistemas de filosofia, nem versos, nem comédias, nem estátuas[36]? Apressai-vos, pois, em abandonar leis que só servem para vos tornar felizes; pensai apenas em fazer falar muito de vós quando não mais existirdes; e jamais esqueçais que, se não se celebrassem os grandes homens, inútil seria sê-lo."

Aí está, penso eu, aproximadamente o que poderia ter dito esse homem, se os éforos o houvessem deixado terminar.

Não é somente nesse trecho que nos advertem que a virtude só serve para fazer falar de si mesmo. Noutra

* Alusão à batalha das Termópilas, desfiladeiro da Tessália, quando o rei Leônidas (século V a.C.), com mais trezentos espartanos, morreu heroicamente para tentar impedir a invasão dos persas. (N. da T.)

passagem elogiam-nos ainda os pensamentos do filósofo, por serem eles imortais e consagrados à admiração de todos os séculos; *enquanto os outros vêem desaparecer suas idéias junto com o dia, com a circunstância e o momento que as viu nascer. Para três quartos dos homens, o dia seguinte apaga a véspera, sem que dela fique o menor vestígio.* Ah! fica-lhe ao menos um vestígio no testemunho de uma boa consciência, nos infelizes que se consolaram, nas boas ações que se praticaram, e na memória desse Deus benfazejo que se terá servido em silêncio. *Morto ou vivo,* dizia o bom Sócrates, *o homem de bem nunca é esquecido pelos deuses.* Responder-me-ão, talvez, que não foi dessas espécies de pensamento que quiseram falar, e digo eu que não vale a pena falar de todas as outras.

É fácil perceber que, fazendo tão pouco caso de Esparta, não mostram muito maior estima pelos antigos romanos. *Admite-se acreditar que eram grandes homens, conquanto fizessem apenas pequenas coisas.* Assim sendo, confesso que há muito tempo já não se fazem senão grandes coisas. Censuram sua temperança e sua coragem de não terem sido verdadeiras virtudes, mas sim qualidades forçadas[37]. Contudo, algumas páginas depois, confessam que Fabrício desprezava o ouro de Pirro, e é impossível ignorar que a história romana está repleta de exemplos da facilidade de enriquecer que tinham esses magistrados, esses guerreiros veneráveis que faziam tanto caso de sua pobreza[38]. Quanto à coragem, não se sabe que a covardia não poderia ser razoável? E que um poltrão não deixa de fugir, embora certo de ser morto ao fugir? *Querer obrigar um homem forte e robusto a balbuciar num berço é,* dizem, *o mesmo que querer fazer os*

grandes Estados voltarem às pequenas virtudes das pequenas repúblicas. Esta é uma frase que não deve ser nova nas cortes. Teria sido muito digna de Tibério ou de Catarina de Médicis, e não duvido que ambos tenham amiúde empregado semelhantes.

Seria difícil imaginar a necessidade de medir a moral com um instrumento de agrimensor. No entanto, não se poderia dizer que a extensão dos Estados seja totalmente indiferente aos costumes dos cidadãos. Há, sem dúvida, certa proporção entre essas coisas, mas não sei se essa proporção não seria inversa[39]. Eis uma questão importante para ser meditada; e creio que pode ser olhada como ainda indecisa, apesar do tom mais desdenhoso do que filosófico com que aqui é resolvida em poucas palavras.

Era esta, continuam, *a loucura de Catão: com o humor e os preconceitos hereditários em sua família, discursou a vida inteira, combateu e morreu sem nada de útil ter feito para a sua pátria.* Não sei se nada fez para a sua pátria, mas sei que muito fez para o gênero humano, oferecendo-lhe o espetáculo e o modelo da virtude mais pura que jamais existiu. Ensinou aos que amam sinceramente a verdadeira honra a saber resistir aos vícios de seu século e a detestar a horrível máxima das pessoas da moda de *que é preciso proceder como os outros*; máxima com a qual decerto iriam longe, se tivessem a infelicidade de cair em algum bando de salteadores. Nossos descendentes ficarão sabendo um dia que, neste século de sábios e de filósofos, o mais virtuoso dos homens foi ridicularizado e tratado de louco por não ter querido macular sua alma com crimes de seus contemporâneos, por não ter querido ser um celerado como César e os outros bandidos de sua época.

Acabamos de ver como os nossos filósofos falam de Catão. Vamos ver como falavam dele os antigos filósofos. *Ecce spectaculum dignum ad quod respiciat, intentus operi suo, Deus. Ecce par Deo dignum, vir fortis cum mala fortuna compositus. Non video, inquam, quid habeat in terris Jupiter pulchrius, si convertere animum velit, quam ut spectet Catonem, jam partibus non semel fractis, nihilominus inter ruinas publicas erectum.* [Sêneca, *Da Providência.*]

Eis o que nos dizem, noutra passagem, dos primeiros romanos. *Admiro os Brutos, os Décios, as Lucrécias, os Virgínios e os Cévolas.* Já é alguma coisa, no século em que estamos. *Mas admirarei ainda mais um Estado poderoso e bem governado.* Um Estado poderoso e bem governado! Eu também, realmente. *Em que os cidadãos não estarão condenados a virtudes tão cruéis.* Entendo; é mais cômodo viver numa constituição de coisas em que cada qual esteja dispensado de ser homem de bem. Porém, se os cidadãos desse Estado que se admira se vissem obrigados por qualquer infelicidade a renunciar à virtude, ou a praticar essas virtudes cruéis, e tivessem a força de cumprir seu dever, seria esta uma razão para admirá-los menos?

Tomemos o exemplo que mais revolta o nosso século, e examinemos a conduta de Bruto*, magistrado soberano, ao mandar matar seus filhos que haviam conspirado contra o Estado num momento crítico, em que não faltava quase nada para derrubá-lo. É certo que, se lhes houvesse concedido o perdão, seu colega infalivelmente

* Segundo a tradição, Lúcio Júnio Bruto, um dos primeiros cônsules romanos, executou os próprios filhos por traição. (N. da T.)

teria salvado todos os outros cúmplices, e a república estaria perdida. O que importa? dir-me-ão. Uma vez que isso é tão indiferente, suponhamos então que ela houvesse subsistido e que, tendo Bruto condenado à morte algum malfeitor, o culpado lhe falasse assim: "Cônsul, por que me fazes morrer? Fiz algo pior do que trair minha pátria? E não sou também teu filho?" Gostaria muito que tivessem a bondade de dizer-me o que Bruto teria respondido.

Bruto, dir-me-ão ainda, devia antes abdicar do consulado do que fazer os filhos perecerem. Quanto a mim, digo que todo magistrado que, numa circunstância tão periclitante, abandona o cuidado da pátria e abdica da magistratura, é um traidor que merece a morte.

Não há meio-termo; impunha-se que Bruto fosse um infame ou que as cabeças de Tito e de Tiberiano tombassem por sua ordem sob o machado dos lictores. Nem por isso digo que muita gente teria feito a mesma escolha que ele.

Embora não se decidam abertamente pelos últimos tempos de Roma, dão a entender claramente que os preferem aos primeiros e têm tanta dificuldade para distinguir os grandes homens através da simplicidade destes quanto eu mesmo o tenho para distinguir pessoas de bem através da pompa dos outros. Opõem Tito a Fabrício, mas omitem a diferença de que no tempo de Pirro todos os romanos eram Fabrícios, ao passo que, sob o reinado de Tito, ele era o único homem de bem[40]. Esquecerei, se quiserem, os atos heróicos dos primeiros romanos e os crimes do últimos, mas o que não poderia esquecer é que a virtude era reverenciada por uns e desprezada pelos outros, e que, quando havia coroas para

os vencedores do circo, já não as havia para aquele que salvava a vida de um cidadão. Não se julgue, todavia, que essa atitude seja peculiar a Roma. Houve um tempo em que a república de Atenas era rica o suficiente para gastar somas imensas com seus espetáculos e para pagar muitíssimo bem os autores, os comediantes e até os espectadores; foi nesse mesmo tempo que não se encontrou dinheiro para defender o Estado contra os ataques de Filipe.

Chegam afinal aos povos modernos e não tenciono seguir os raciocínios que julgam cabível fazer a esse respeito. Observarei somente que é pouco honrosa a vantagem que se obtém não refutando as razões do adversário, mas impedindo-o de expressá-las.

Também não seguirei todas as reflexões que se dão ao trabalho de fazer sobre o luxo, sobre a polidez, sobre a admirável educação de nossas crianças[41], sobre os melhores métodos para ampliar nossos conhecimentos, sobre a utilidade das ciências e o deleite das belas-artes e sobre outros pontos, dos quais vários não me dizem respeito, alguns se refutam por si sós e outros já foram refutados. Contentar-me-ei em citar ainda alguns trechos tomados ao acaso e que me pareceram necessitar de esclarecimento. Tenho de limitar-me a frases, na impossibilidade de seguir raciocínios cujo fio não consegui apreender.

Pretendem que as nações ignorantes que tiveram *idéias da glória e da virtude são exceções singulares que não podem produzir nenhum preconceito contra as ciências.* Muito bem; mas todas as nações sábias, com suas belas idéias de glória e de virtude, sempre perderam o amor por elas e a prática delas. Isso não tem exceções; passemos à prova. *Para nos convencer disso, lancemos*

os olhos ao imenso continente da África, no qual nenhum mortal é bastante ousado para penetrar, ou bastante feliz para tê-lo tentado impunemente. Assim, por não termos podido penetrar no continente da África, por ignorarmos o que lá se passa, fazem-nos concluir que seus povos são cheios de vícios; se houvéssemos encontrado o meio de levar os nossos para lá é que deveríamos tirar tal conclusão. Se eu fosse chefe de algum dos povos da Nigrícia, declaro que mandaria levantar na fronteira do país um patíbulo onde mandaria enforcar sem perdão o primeiro europeu que se atrevesse a penetrar nele e o primeiro cidadão que dele tentasse sair[42]. *A América não nos oferece espetáculos menos vergonhosos para a espécie humana.* Sobretudo depois que os europeus lá estão. *Encontraremos cem povos bárbaros ou selvagens para um único virtuoso.* Está certo; encontraremos pelo menos um, mas povo virtuoso e cultor das ciências nunca se viu. *A terra deixada inculta não é ociosa; produz peixes, alimenta monstros.* Eis o que ela começa a fazer nos lugares em que o gosto das artes frívolas fez abandonar o gosto da agricultura. *Nossa alma,* pode-se dizer também, *não fica ociosa quando a virtude a abandona. Produz ficções, romances, sátiras e versos; alimenta vícios.*

Se alguns bárbaros fizeram conquistas, é porque eram muito injustos. O que éramos nós então, ora essa, quando fizemos essa conquista da América que tanto se admira? Mas quantos meios para que pessoas que têm canhões, cartas marítimas e bússolas, possam cometer injustiças! Dir-me-ão que o acontecimento indica o valor dos conquistadores? Indica somente sua astúcia e habilidade; indica que um homem esperto e sutil pode dever

à sua engenhosidade os sucessos que um homem de bem só espera de seu valor. Falemos sem parcialidade. Quem julgaríamos mais corajoso, o odioso Cortés subjugando o México à força de pólvora, de perfídia e de traições, ou o desafortunado Guatimozín, deitado sobre carvões ardentes por honestos europeus que queriam seus tesouros, repreendendo um de seus oficiais de quem o mesmo tratamento arrancava algumas queixas, e dizendo-lhe altivamente: "E eu, estou sobre rosas?"

Dizer que as ciências nasceram da ociosidade é abusar visivelmente dos termos; elas nascem do lazer, mas resguardam da ociosidade. Assim, um homem que, à beira de uma estrada, se divertisse em atirar nos passantes poderia dizer que emprega seu lazer resguardando-se da ociosidade? Não entendo essa distinção entre ociosidade e lazer. Mas sei com toda a certeza que nenhum homem de bem jamais pode vangloriar-se de ter lazer enquanto houver algum bem para praticar, uma pátria para servir, infelizes para confortar; e desafio que me mostrem em meus princípios algum sentido honesto que possa ser aplicado à palavra *lazer. O cidadão preso ao arado por suas necessidades não está mais ocupado do que o geômetra ou o anatomista.* Tampouco do que a criança que constrói um castelo de cartas, porém mais utilmente. *A pretexto de ser o pão necessário, cumprirá que todos se ponham a lavrar a terra?* Por que não? Que comecem até, se preciso for. Prefiro ver os homens pastarem a relva a se entredevorarem nas cidades. É verdade que, tais como os quero, se pareceriam muito com os animais e, tais como são, se parecem muito com os homens.

O estado de ignorância é um estado de temor e de necessidade. Tudo é então perigo para nossa fragilidade.

A morte ruge sobre nossas cabeças, está oculta na relva que pisamos. Quando se teme tudo e se tem necessidade de tudo, que disposição mais sensata do que a de querer tudo conhecer? Basta considerar as contínuas inquietações dos médicos e dos anatomistas com a vida e a saúde deles, para saber se os conhecimentos servem para nos tranqüilizar acerca de nossos perigos. Como eles nos revelam muito mais perigos do que meios para nos resguardar deles, não é de admirar que apenas aumentem nossos alarmas e nos tornem pusilânimes. Nesse ponto, os animais vivem numa profunda segurança e não se sentem pior por isso. Uma novilha não precisa estudar botânica para aprender a selecionar seu feno, e o lobo devora a presa sem pensar em indigestão. Para responder a isso, ousarão tomar o partido do instinto contra a razão? É precisamente isso que pergunto.

Parece, dizem-nos, *que temos muitos lavradores e que tememos carecer de filósofos. Perguntarei, por minha vez, se temem que as profissões lucrativas careçam de indivíduos para exercê-las. Pensar assim é conhecer mal o império da cupidez. Tudo, desde a nossa infância, nos impele a condições úteis. E que preconceitos não se há de vencer, que coragem não se há de ter, para ousar não ser mais que um Descartes, um Newton, um Locke?*

Leibniz e Newton morreram bafejados de bens e de honras e mereceriam muitos mais ainda. Diremos que é por moderação que não se elevaram até o arado? Conheço bastante o império da cupidez para saber que tudo nos leva às profissões lucrativas, sendo por isso que digo que tudo nos afasta das profissões úteis. Um Hebert, um Lafrenaye, um Dulac, um Martin ganham mais dinheiro

num dia do que todos os lavradores de uma província poderiam ganhar em um mês. Poderia propor um problema bastante singular sobre a passagem de que agora me ocupo. Seria o caso, eliminando-se as duas primeiras linhas e lendo-a isolada, de adivinhar se foi tirada de meus escritos ou dos de meus adversários.

Os bons livros são a única defesa dos espíritos fracos, ou seja, de três quartos dos homens, contra o contágio do exemplo. Em primeiro lugar, os sábios jamais escreverão tantos bons livros quantos maus exemplos dão. Em segundo, haverá sempre mais livros ruins do que bons. Em terceiro lugar, os melhores guias que as pessoas honestas podem ter são a razão e a consciência: *Paucis est opus litteris ad mentem bonam.* Quanto àqueles que têm o espírito ambíguo ou a consciência empedernida, a leitura nunca lhes pode servir para nada. Enfim, para qualquer homem que seja, não há livros necessários além dos da religião, os únicos que jamais condenei.

Pretendem fazer-nos ter saudades da educação dos persas. Notai que é Platão que pretende isso. Acreditei salvaguardar-me com a autoridade desse filósofo, mas vejo que nada pode proteger-me da animosidade de meus adversários: *Tros Rutulusve fuat.* Eles preferem ferir-se uns aos outros a dar-me a menor trégua, e prejudicam mais a si mesmos do que a mim[43]. *Essa educação era,* dizem, *fundamentada em princípios bárbaros; porque se dava um professor para o exercício de cada virtude, embora a virtude seja indivisível; porque se trata de inspirá-la, e não de a ensinar, de fazer amar-lhe a prática, e não de lhe demonstrar a teoria.* Quantas coisas não teria eu para responder! Porém não se deve fazer ao leitor a injúria de tudo lhe dizer. Contentar-me-ei com duas observa-

ções. A primeira: quem quer educar uma criança não começa por lhe dizer que se deve praticar a virtude, pois não seria ouvido; mas ensina-a primeiramente a ser verdadeira, depois a ser moderada, depois corajosa, etc. e, por fim, ensina-lhe que o conjunto de todas essas coisas chama-se virtude. A segunda: somos nós que nos contentamos em demonstrar a teoria, mas os persas ensinavam a prática. Vede meu Discurso [p. 246, nota 9].

Todas as críticas que se fazem à filosofia atacam o espírito humano. Concordo. *Ou melhor, o autor da natureza, que nos fez tais como somos.* Se ele nos fez filósofos, para que tanto trabalho para tornarmo-nos tal? *Os filósofos eram homens, enganaram-se; devemos espantar-nos com isso?* Quando não se enganarem é que devemos espantar-nos. *Deploremo-los, aproveitemos seus erros e corrijamo-nos.* Sim, corrijamo-nos, e não filosofemos mais... *Mil caminhos conduzem ao erro, apenas um leva à verdade!* Era precisamente isso que eu dizia. *É de surpreender que se tenham enganado tão amiúde a respeito dela e que ela tenha sido descoberta tão tarde?* Ah! então finalmente a encontramos!

Opõem-nos um *juízo de Sócrates que versa, não sobre os sábios, mas sobre os sofistas, não sobre as ciências, mas sobre o abuso que se pode fazer dela.* O que mais pode pedir aquele que sustenta que todas as nossas ciências não passam de abusos e todos os nossos sábios de verdadeiros sofistas? *Sócrates era chefe de uma seita que ensinava a duvidar.* Diminuiria bem minha veneração por Sócrates se eu acreditasse que teve a tola vaidade de querer ser chefe de seita. *E ele censurava com justiça o orgulho daqueles que pretendiam tudo saber.* Ou seja, o orgulho de todos os sábios. *A verdadeira ciência*

está bem distante dessa pretensão. É verdade. Mas é da nossa que falo. *Sócrates nesse ponto testemunha contra si mesmo.* Isso parece-me difícil de entender. *O mais sábio dos gregos não se ruborizava de sua ignorância.* O mais sábio dos gregos nada sabia, como o confessa; tirai a conclusão acerca dos outros. *As ciências não têm, portanto, origem em nossos vícios.* Portanto, nossas ciências têm origem em nossos vícios. *Nem todas elas nasceram do orgulho humano.* Já dei minha opinião a esse respeito. *Declamação vã, que só pode iludir espíritos predispostos.* Não sei responder a isso.

Ao falar dos limites do luxo, pretendem que não se deve raciocinar sobre esse assunto vindo do passado ao presente. *Quando os homens andavam completamente nus, aquele que primeiro atinou em calçar tamancos passou por voluptuoso; de século a século, não se cessou de bradar contra a corrupção, sem compreender o que se queria dizer.*

É verdade que até esta época o luxo, embora freqüentemente em voga, foi ao menos considerado em todos os tempos como a funesta fonte de uma infinidade de males. Estava reservado ao Sr. Melon* publicar pela primeira vez essa doutrina envenenada, cuja novidade, mais do que a solidez de suas razões, lhe granjeou sectários. Não temo ser o único de meu século a combater essas máximas odiosas que só tendem a destruir e aviltar a virtude e a fazer ricos e miseráveis, isto é, sempre pessoas más.

Crêem embaraçar-me muito perguntando-me até que ponto deve-se limitar o luxo. Minha opinião é que não

* Jean-François Melon, economista francês, autor de *Ensaio político sobre o comércio.* (N. da T.)

se precisa nem um pouco dele. Tudo que ultrapassa a necessidade física é fonte do mal. A natureza já nos dá necessidades demais, sendo, no mínimo, uma imensa imprudência multiplicá-las sem precisão, colocando assim a alma numa maior dependência. Não é sem razão que Sócrates, olhando as mercadorias de uma loja, felicitava-se de não ter nada que fazer com tudo aquilo. Pode-se apostar cem contra um que o primeiro a usar tamancos era um homem merecedor de punição, a menos que sentisse dor nos pés. Quanto a nós, somos mais do que obrigados a usar sapatos para não sermos dispensados de ter virtude.

Já disse em outra parte que não me propunha a subverter a sociedade atual, a queimar bibliotecas e todos os livros, a destruir os colégios e as academias; e devo acrescentar aqui que tampouco me proponho a forçar os homens a contentarem-se com o meramente necessário. Bem sei que não se deve conceber o quimérico projeto de transformá-los em pessoas de bem, mas julguei-me obrigado a dizer francamente a verdade que me pediram. Vi o mal e tratei de encontrar as suas causas. Outros, mais ousados ou mais insensatos, poderão procurar o remédio.

Estou cansado e largo a pena para não mais a retomar nessa discussão demasiado longa. Soube que um número muito grande de autores[44] se aplicaram a refutar-me. Estou muito aborrecido por não poder responder a todos, mas creio ter mostrado, por aqueles que escolhi[45] para tanto, que não é o receio que me detém com relação aos outros.

Empenhei-me em erguer um monumento que não devesse à arte sua força e sua solidez; apenas a verdade,

a quem o consagrei, tem o direito de torná-lo inabalável. E se rebato mais uma vez os golpes que lhe desferem é mais para honrar a mim mesmo ao defendê-la do que para prestar-lhe um socorro de que ela não precisa.

Que me seja permitido, ao terminar, protestar que apenas o amor pela humanidade e pela virtude fez-me romper o silêncio; e que o amargor de minhas invectivas contra os vícios dos quais sou testemunha só nasce da dor que eles me inspiram e do ardente desejo que tenho de ver os homens mais felizes e, sobretudo, mais dignos de sê-lo.

Carta ao abade Raynal,*

autor do Mercure de France

Devo, senhor, agradecer àqueles que vos passaram as observações que tivestes a bondade de me comunicar, e que me empenharei em aproveitar. Confessar-vos-ei, porém, que acho meus censores um tanto severos com minha lógica e desconfio que se teriam mostrado menos escrupulosos se eu tivesse a opinião deles. Parece-me, pelo menos, que se eles mesmos tivessem um pouco dessa rigorosa exatidão que exigem de mim eu não teria nenhuma necessidade dos esclarecimentos que lhes vou pedir.

O autor parece, dizem eles, *preferir a situação em que estava a Europa antes do renascimento das ciências; estado pior do que a ignorância, dado o falso saber ou o jargão que estava em voga.* O autor dessa observação parece fazer-me dizer que o falso saber, ou o jargão escolástico, seja preferível à ciência, quando eu mesmo disse

* Esta resposta de Rousseau foi publicada no *Mercure de France* de junho de 1751, juntamente com as *Observações sobre o Discurso laureado em Dijon*, provavelmente uma síntese, escrita por Raynal, das críticas enviadas por leitores. O abade Raynal (1713-1796), historiador e filósofo, era redator do *Mercure de France* e já escrevera um resumo do *Discurso* no número de novembro de 1750. (N. da T.)

que era pior do que a ignorância. Mas que entende ele pela palavra *situação*? Aplica-a às luzes ou aos costumes, ou confunde essas coisas que tanto cuidado tive para distinguir? De mais a mais, como esse ponto é o âmago da questão, confesso que é muita inabilidade minha limitar-me a parecer que tomava partido a esse respeito.

Acrescentam que *o autor prefere a rusticidade à polidez.*

É verdade que o autor prefere a rusticidade à orgulhosa e falsa polidez do nosso século, e disse a razão disso. *E que arrasa todos os sábios e artistas.* Está certo, já que querem assim, consinto em suprimir todas as distinções que havia colocado.

Ele deveria, dizem ainda, *ter assinalado o ponto de que parte para designar a época da decadência.* Fiz mais, tornei minha proposição geral; situei esse primeiro grau da decadência dos costumes no primeiro momento da cultura das letras em todos os países do mundo, e verifiquei que o progresso desses dois fatos sempre é proporcional. *E, remontando a essa primeira época, comparar os costumes daquele tempo com os nossos.* É o que teria feito com mais vagar ao longo de um volume *in-quarto.*

Sem isso não vemos a que época seria preciso remontar, a menos que seja ao tempo dos apóstolos. Quanto a mim, não vejo que inconveniente haveria nisso, se o fato fosse verdadeiro. Mas peço justiça ao censor: gostaria ele que eu dissesse que o tempo da mais profunda ignorância era o dos apóstolos?

Dizem também, acerca do luxo, que, em boa política, sabe-se que ele deve ser proibido nos pequenos Estados, mas que o caso de um reino como a França, por exemplo, é totalmente diferente. As razões disso são conhecidas. Não terei, ainda aqui, motivo para me queixar? Essas razões são as que me esforcei por responder. Bem ou mal, respondi. Ora, é quase impossível dar a um autor um maior sinal de desprezo do que lhe replicando com os mesmos argumentos que ele refutou. Mas será preciso indicar-lhes a dificuldade que têm para resolver? *Ei-la: o que será da virtude quando for preciso enriquecer a qualquer preço*[46]*?* Eis o que lhes perguntei e que lhes pergunto ainda.

Quanto às duas seguintes observações, das quais a primeira começa com estas palavras: *Enfim, eis o que se objeta*, e a outra com estas: *mas o que toca de mais perto*; suplico ao leitor poupar-me o trabalho de transcrevê-las. A academia havia me perguntado se o restabelecimento das ciências e das artes havia contribuído para aprimorar os costumes. Tal era a questão que eu tinha de resolver; no entanto, eis que me acusam de não haver resolvido outra. Certamente essa crítica é no mínimo muito singular. Entretanto, tenho quase de pedir perdão ao leitor por tê-la previsto, pois é o que poderia acreditar ao ler as cinco ou seis últimas páginas de meu discurso.

Ademais, se meus censores se obstinam em desejar também conclusões práticas, prometo-lhes algumas claramente enunciadas em minha primeira resposta.

Sobre a inutilidade das leis suntuárias para desenraizar o luxo já estabelecido, dizem que *o autor não ignora o que há para dizer a esse respeito.* Realmente, não. Não ignoro que, quando um homem está morto, não é preciso chamar médicos.

Não se deveria expor com demasiada clareza verdades que contrariam tanto o gosto geral, e importa eliminar qualquer ocasião da chicana. Não é bem essa a

minha opinião e creio que se devem deixar alguns brinquedos para as crianças.

Há também muitos leitores que as apreciarão mais num estilo bem simples do que com esse traje de cerimônia que exigem os discursos acadêmicos. Tenho o mesmo gosto desses leitores. Logo, este é um ponto em que posso conformar-me à opinião de meus censores, como faço desde já.

Ignoro quem é o adversário com que me ameaçam no *post scriptum*. Seja ele quem for, eu não poderia resolver-me a responder a uma obra antes de tê-la lido, nem a me considerar vencido antes de ter sido atacado.

Quanto ao mais, quer eu responda às críticas que me são anunciadas, quer me contente em publicar a obra aumentada que me pedem, aviso meus censores que é bem possível que nela não encontrem as modificações que esperam. Prevejo que, quando se tratar de defender-me, seguirei sem escrúpulos todas as conseqüências de meus princípios.

Sei de antemão com que grandiosas palavras me atacarão. Luzes, conhecimentos, leis, moral, razão, decoro, consideração, doçura, amenidade, polidez, educação, etc. A tudo isso só responderei com duas outras palavras, que soam ainda mais forte em meus ouvidos. Virtude, verdade! exclamarei sem cessar; verdade, virtude! Se alguém não perceber aí senão palavras, nada mais tenho a lhe dizer.

Carta de J.-J. Rousseau, de Genebra,

sobre uma nova refutação de seu Discurso *por um acadêmico de Dijon**

Acabo de ver, senhor, uma brochura intitulada *Discurso que ganhou o prêmio da Academia de Dijon em 1750, acompanhado da refutação desse Discurso, escrita por um acadêmico de Dijon que lhe recusou seu voto*, e pensava, percorrendo esse escrito, que, em vez de rebaixar-se a ser o editor de meu Discurso, o acadêmico que lhe recusou seu voto bem que deveria ter publicado a obra à qual o havia concedido; seria uma ótima maneira de refutar o meu.

Eis, portanto, um de meus juízes que não desdenha tornar-se um de meus adversários, e acha muito ruim que seus colegas me tenham honrado com o prêmio. Confesso que eu mesmo fiquei muito espantado de recebê-lo; esforcei-me por merecê-lo, mas nada fizera para obtê-lo. Aliás, conquanto soubesse que as academias não adotam as opiniões dos autores que laureiam e que o prêmio é concedido não àquele que se acredita ter sustentado a melhor causa, mas àquele que melhor se ex-

* Trata-se de Claude-Nicolas Le Cat (1700-1768), cirurgião célebre, fundador e secretário perpétuo da Academia de Ciências de Rouen, que se fazia passar, em sua refutação, por um acadêmico de Dijon. (N. da T.)

pressou, mesmo supondo-me nesse caso, estava bem longe de esperar de uma academia essa imparcialidade, que os sábios absolutamente não professam todas as vezes em que se trata de seus interesses.

Mas, se fiquei surpreso com a eqüidade de meus juízes, confesso que não o fico menos com a indiscrição de meus adversários. Como ousam eles manifestar tão de público seu mau humor para com a honra que recebi? Como não percebem o prejuízo irreparável que com isso fazem à sua própria causa? Que não se iludam que alguém se deixe enganar sobre o motivo de sua mágoa; não é por meu Discurso ser mal feito que estão aborrecidos de vê-lo laureado, pois todos os dias laureiam-se outros tão maus quanto ele, e eles não dizem uma palavra; é por outra razão que atinge mais de perto a profissão deles, e que não é difícil de perceber. Bem sabia que as ciências corrompiam os costumes, tornavam os homens injustos e invejosos e faziam-nos sacrificar tudo ao seu interesse e à sua glória vã; acreditei, porém, perceber que isso se fazia com um pouco mais de decência e habilidade; via que os letrados falavam sem cessar de eqüidade, de moderação, de virtude, e que era sob a salvaguarda sagrada dessas belas palavras que se entregavam impunemente às suas paixões e aos seus vícios. Mas jamais teria acreditado que tivessem o atrevimento de censurar publicamente a imparcialidade de seus confrades. Em todos os outros lugares, a glória dos juízes está em se pronunciarem de acordo com a eqüidade, contra seu próprio interesse; cabe apenas às ciências converter, naqueles que as cultivam, a integridade em um crime: este é realmente um belo privilégio que elas têm.

Ouso dizer que, em fazendo muito pela minha glória, a Academia de Dijon muito fez pela sua; um dia virá em que os adversários de minha causa tirarão proveito desse julgamento para provar que a cultura das letras pode associar-se à eqüidade e ao desinteresse. Então os partidários da verdade lhes responderão: eis um exemplo peculiar que parece depor contra vós; mas lembrai-vos do escândalo que esse julgamento causou na época entre a multidão dos letrados e da maneira pela qual o deploraram, e tirai daí uma conseqüência exata de suas máximas.

Não é, em minha opinião, pequena imprudência deplorar que a Academia tenha proposto seu tema como problema; deixo de lado a pouca probabilidade que havia de que, no entusiasmo universal hoje reinante, alguém tivesse a coragem de renunciar voluntariamente ao prêmio, declarando-se pela negativa; mas não sei como alguns filósofos ousam achar ruim que se lhes ofereçam vias de discussão: belo amor à verdade, que estremece ao se examinarem o pró e o contra! Nas investigações de filosofia, o melhor meio de tornar uma opinião suspeita é excluir a opinião contrária: qualquer um que assim procede dá a impressão de um homem de má-fé, que desconfia da excelência de sua causa. A França inteira está na expectativa da peça que receberá este ano o prêmio da Academia Francesa; não só ela certamente fará esquecer meu Discurso, o que não será muito difícil, mas não se poderia mesmo duvidar de que será uma obra-prima. Entretanto, o que contribuirá isso para a solução da questão? Absolutamente nada, pois cada qual dirá, depois de lê-la: *Este discurso é belíssimo, mas se o autor tivesse tomado a liberdade de seguir a opinião contrária talvez tivesse feito um mais belo ainda.*

Percorri a nova refutação, pois trata-se de mais uma, e não sei por que fatalidade os escritos de meus adversários, que trazem esse título tão decisivo, são sempre aqueles em que sou mais mal refutado. Percorri portanto essa refutação, sem ter o menor arrependimento da resolução que tomei de não responder a mais ninguém; contentar-me-ei em citar uma única passagem, pela qual o leitor poderá julgar se tenho ou não razão. Aqui está:

Convirei que se pode ser homem de bem sem talentos, mas será nosso compromisso com a sociedade ser apenas um homem de bem? E o que será um homem de bem ignorante e sem talentos? Um fardo inútil, uma carga mesmo para a terra, etc. Não responderei, por certo, a um autor capaz de escrever dessa maneira, mas creio que ele pode agradecer-me por isso.

Tampouco haveria muitos meios, a menos que se quisesse ser tão difuso como o autor, de responder à numerosa coleção de passagens latinas, dos versos de La Fontaine, de Boileau, de Molière, de Voiture, de Regnard, de Gresset, nem à história de Nemrod, nem àquela dos camponeses picardos, pois o que se poderá dizer a um filósofo que nos assegura querer mal aos ignorantes porque seu meeiro da Picardia, que não é um doutor, paga-o na verdade exatamente, mas não lhe dá dinheiro suficiente por sua terra? O autor está tão ocupado com suas terras, que até me fala da minha. Uma terra minha! A terra de Jean-Jacques Rousseau! Realmente, aconselho-o a caluniar-me[47] com mais habilidade.

Se eu tivesse de responder a alguma parte da refutação, seria às mordacidades que abundam nessa crítica; mas, como elas nada têm a ver com a questão, não me afastarei da máxima constante que sempre segui, de en-

cerrar-me no assunto de que trato, sem nele introduzir nada de pessoal: o verdadeiro respeito que se deve ao público está em poupar-lhe, não tristes verdades que lhe podem ser úteis, mas sim todas as mesquinhas pendengas entre autores[48], com as quais se enchem os escritos polêmicos e que só servem para satisfazer uma vergonhosa animosidade. Querem que eu tenha tomado a Clénard[49] um dito de Cícero, seja; que tenha cometido solecismos, muito bem; que cultivo as belas-letras e a música, apesar do mal que penso delas; concordarei com isso caso queiram, devo suportar numa idade mais sensata o castigo dos divertimentos de minha juventude. Mas, afinal, que importa tudo isso, tanto ao público como à causa das ciências? Rousseau pode falar mal o francês e nem por isso a gramática será mais útil à virtude. Jean-Jacques pode ter má conduta, e a dos sábios não será melhor. Eis toda a resposta que darei e, creio, toda a que devo dar a essa nova refutação.

Terminarei esta carta, e o que tenho a dizer sobre um assunto debatido por tanto tempo, com um conselho aos meus adversários, que sem dúvida o desprezarão, o qual seria porém mais vantajoso do que pensam ao partido que querem defender: é de não escutar tanto seu zelo a ponto de esquecer de consultar suas forças e *quid valeant humeri*. Dir-me-ão decerto que eu deveria ter adotado esse conselho para mim mesmo, e isso pode ser verdade; mas, pelo menos, há a diferença de que eu era o único de meu partido, ao passo que, sendo o deles o da multidão, os recém-chegados pareciam dispensados de entrar em suas fileiras, ou obrigados a fazer melhor que os outros.

Temendo que essa opinião pareça temerária ou presunçosa, junto aqui uma amostra dos raciocínios de meus

adversários, pela qual se poderá julgar a exatidão e a força de suas críticas. *Os povos da Europa*, disse eu, *viviam há alguns séculos num estado pior do que a ignorância; não sei que jargão científico, ainda mais desprezível do que ela, havia usurpado o nome do saber e opunha à sua volta um obstáculo quase invencível. Era preciso uma revolução para trazer os homens de volta ao senso comum.* Os povos haviam perdido o senso comum não por serem ignorantes, mas por fazerem a tolice de acreditar saber algo com os grandes ditos de Aristóteles e a impertinente doutrina de Raimundo Lúlio; era preciso uma revolução para lhes ensinar que nada sabiam, e teríamos grande necessidade de outra para nos ensinar a mesma verdade. Eis o argumento de meus adversários a esse respeito: *Essa revolução deve-se às letras; elas trouxeram de volta o senso comum, conforme a declaração do autor; mas também, segundo ele, corromperam os costumes; logo, o povo deve renunciar ao senso comum para ter bons costumes.* Três escritores, um atrás do outro, repetiram esse belo raciocínio; pergunto-lhes agora o que preferem que eu acuse, seu espírito, por não ter conseguido penetrar o sentido claríssimo desta passagem, ou sua má-fé, por ter fingido não a entender? São letrados, assim sua escolha não será duvidosa. O que diremos nós, porém, das divertidas interpretações que este último adversário se compraz em dar à figura do frontispício de meu livro? Acreditaria ofender meus leitores, e tratá-los como crianças, ao interpretar-lhes uma alegoria tão clara, ao dizer-lhes que o archote de Prometeu é o das ciências, feito para animar os grandes gênios; que o sátiro que, vendo o fogo pela primeira vez, corre a ele e quer abraçá-lo representa os homens vulgares que, seduzidos pelo brilho das letras, entregam-se sem discernimento ao

estudo; que o Prometeu, que grita e os adverte do perigo, é o cidadão de Genebra. Tal alegoria é justa, bela, ouso achá-la sublime. O que se deve pensar de um escritor que a meditou e não conseguiu entendê-la? Pode-se crer que esse homem não teria sido um grande doutor entre os seus amigos egípcios.

Tomo, pois, a liberdade de propor aos meus adversários, sobretudo ao último, esta sábia lição de um filósofo sobre outro assunto: sabei que não há objeções que possam ser tão prejudiciais ao vosso partido como as más respostas; sabei que, se não tiverdes dito nada que valha, aviltarão vossa causa ao dar-vos a honra de crer que não havia nada de melhor para dizer.

Sou, etc.

Prefácio de uma Segunda carta a Bordes*

Forçado por novos ataques a romper o silêncio que me impusera nesta longa discussão, retomo sem escrúpulo a pena que largara. Se posso, na opinião dos sábios, lançar novas luzes sobre as importantes máximas que estabeleci, pouco me importa que o público se entedie em ver debater tanto tempo a mesma questão, pois, ainda que a culpa não coubesse aos agressores, não estou disposto a sacrificar meu zelo pela verdade ao cuidado de minha reputação, e não vejo por que temeria tanto entediar leitores a quem tão pouco temo desagradar.

Creio ter descoberto grandes coisas e as expus com uma franqueza bastante perigosa, sem que haja muito mérito nisso, pois minha independência causou toda a minha coragem e longas meditações me serviram de gênio. Um solitário que se compraz em viver ensimesmado adquire naturalmente o gosto da reflexão, e um homem que se interessa vivamente pela felicidade dos outros, sem necessitar deles para fazer a sua, está dispensado de

* Em setembro de 1753, é publicada uma resposta de Bordes à resposta de Rousseau, que tenciona uma *Segunda carta a Bordes*, da qual só escreveu o prefácio. (N. da T.)

poupar-lhes a falsa delicadeza no que tem de útil para dizer-lhes. Sendo essa uma situação tão rara, e tendo a felicidade de nela me encontrar, creio-me obrigado a aproveitá-la em prol da verdade e a expressá-la sem escrúpulo todas as vezes que ela me parecer interessar à inocência ou à felicidade dos homens. Se cometi um erro ao assumir inoportunamente o compromisso de silenciar-me, não devo cometer outro maior ao pretender manter minha palavra contra o meu dever, sendo para permanecer constante em meus princípios que quero estar pronto a abandonar meus erros assim que os percebo.

Vou portanto retomar o fio de minhas idéias e continuar a escrever do mesmo modo que sempre fiz, como um ser isolado que não deseja e não teme nada de ninguém, que fala para os outros e não para si mesmo, como um homem que preza muito seus irmãos para não odiar seus vícios, e que gostaria que aprendessem de uma vez por todas a verem-se tão maus quanto são, para desejarem ao menos tornarem-se tão bons quanto poderiam ser.

Sei muito bem que o trabalho a que me dou é inútil e não tenho, em minhas exortações, o quimérico prazer de esperar a reforma dos homens. Sei que zombarão de mim, porque os amo, e de minhas máximas, porque são proveitosas. Sei que não deixarão de ser menos ávidos de glória e de dinheiro quando eu os tiver convencido que essas duas paixões são a origem de todos os seus males, e que são maus por uma e infelizes pela outra. Tenho toda a certeza de que considerarão extravagância meu desdém por esses objetos de sua admiração e de seus trabalhos, mas prefiro suportar suas zombarias a partilhar seus defeitos, e, seja qual for o dever deles, o meu

é dizer-lhes a verdade ou o que tomo por verdade; compete a uma voz mais possante fazer com que a amem.

Suportei pacientemente as invectivas de uma multidão de autores a quem não fiz outro mal senão exortá-los a tornarem-se gente de bem. Divertiram-se muito à vontade à minha custa; tornaram-me tão ridículo quanto quiseram; depreciaram publicamente os meus escritos e mesmo a minha pessoa, sem que jamais eu tenha tentado repelir seus ultrajes a não ser com minha conduta. Se eu os mereci, só poderia ter-me vingado procurando lhos devolver e, muito longe de comprazer-me nessa odiosa guerra, quanto mais verdades tivesse encontrado para dizer-lhes, mais meu coração se teria entristecido. Se não mereço suas injúrias, foi só a eles que as disseram; talvez até a sua animosidade dificilmente tenha no público o efeito que eles esperavam, com o qual não me preocupo muito. A paixão extremada em geral é inábil e aconselha a dela desconfiar-se. Talvez, com base em seus próprios escritos, irão avaliar-me melhor do que o sou realmente, quando virem que, com tanta vontade de me difamar, o maior crime que encontraram para censurar-me foi ter admitido que um artista ilustre fizesse meu retrato.

Falta muito para que eu seja capaz do mesmo sangue-frio para com aqueles que, deixando minha pessoa de lado, atacam com certa habilidade as verdades que estabeleci. Esse triste e grande sistema, fruto de um exame sincero da natureza do homem, de suas faculdades e de sua destinação, é-me caro, embora me humilhe, pois sinto quanto nos importa que o orgulho não nos faça iludirmo-nos a respeito do que produz nossa verdadeira grandeza, e quanto se deve temer que à força de querer-

mos elevar-nos acima de nossa natureza não decaiamos abaixo dela. De qualquer modo, é útil aos homens, se não conhecerem a verdade, pelo menos não ficarem no erro, e um dos mais perigosos de todos é temer menos o erro do que a ignorância e preferir, numa alternativa forçada, ser depravados e miseráveis a pobres e grosseiros.

Minha opinião foi combatida com ardor, como eu previra, por uma multidão de escritores. Respondi até agora a todos os que me pareceram valer a pena e estou bem determinado a proceder do mesmo modo no futuro, não para a minha própria glória, pois não é a J.-J. Rousseau que quero defender, pois ele deve ter-se enganado muitas vezes; todas as vezes que ele me parecer nessa situação, vou abandoná-lo sem escrúpulo e sem pena, mesmo quando tiver razão, contanto que se trate apenas dele. Assim, enquanto se ativerem a censurar-me por ter publicado obras ruins, ou por saber raciocinar mal ou cometer erros de linguagem, ou erros de história, ou de escrever mal ou ter mau humor, pouco me irritarei com todas essas censuras, não me surpreenderei e nunca lhes responderei. Mas, quanto ao sistema que sustentei, vou denfendê-lo com toda a minha força por todo o tempo em que estiver convencido de que é o da verdade e da virtude e que é por tê-lo abandonado intempestivamente que a maioria dos homens, degenerados de sua bondade primitiva, caíram em todos os erros que os cegam e em todas as misérias que os acabrunham.

Tendo tantos interesses para combater, tantos preconceitos para vencer e tantas coisas duras para anunciar, acreditei dever, para o próprio interesse de meus leitores, poupar de certo modo sua pusilanimidade e não lhes deixar perceber senão sucessivamente o que eu tinha para lhes dizer. Se apenas o Discurso de Dijon excitou tantos murmúrios e causou escândalo, o que teria acontecido se eu houvesse desenvolvido desde o primeiro momento toda a extensão de um sistema verdadeiro mas doloroso, do qual a questão tratada nesse Discurso não passa de um corolário? Inimigo declarado da violência dos maldosos, eu seria no mínimo considerado inimigo da tranqüilidade pública, e se os zelosos seguidores do partido contrário não se houvessem empenhado caridosamente em perder-me, para a grande glória da filosofia, não se pode duvidar pelo menos que, tendo à frente um homem desconhecido, houvessem conseguido facilmente ridicularizar a obra e o autor e que, começando por zombar de meu sistema, esse meio, posto em voga por tantas experiências, tê-los-ia dispensado do incômodo cuidado de examinar minhas provas.

Assim, foram-me necessárias algumas precauções iniciais, e foi para poder dar a conhecer tudo que não quis dizer tudo. Apenas sucessivamente e sempre para poucos leitores é que desenvolvi minhas idéias. Não foi a mim que poupei, mas à verdade, a fim de transmiti-la com mais segurança e de torná-la útil. Muitas vezes tive muito trabalho para procurar encerrar numa frase, numa linha, numa palavra lançada como que ao acaso, o resultado de uma longa seqüência de reflexões. Freqüentemente a maioria de meus leitores deve ter achado meus discursos mal coordenados e quase inteiramente desconexos, por não perceber o tronco do qual só lhe mostrava os ramos. Mas era o bastante para os que sabem entender e nunca quis falar aos outros.

Esse método obrigou-me a ter de replicar muitas vezes aos meus adversários, quer para resolver objeções,

quer para ampliar e esclarecer idéias que de tal necessitavam, quer para acabar de desenvolver todas as partes de meu sistema à medida que os votos dos sábios me asseguravam a atenção pública. Acreditava, é verdade, ter provido a todas essas coisas com minhas respostas anteriores, ao menos para os leitores que eu tinha em vista. Porém, ao ver no segundo Discurso do acadêmico de Lyon que ele ainda não me havia entendido, prefiro acusar a mim de inabilidade do que a ele de má vontade. Portanto, vou tratar de explicar-me melhor e, já que é hora de falar claramente, vou vencer afinal minha aversão e escrever de uma vez para o povo.

A obra que me proponho a examinar está repleta de sofismas agradáveis que têm ainda mais brilho do que sutileza e que, seduzindo por certo colorido de estilo e pelas astúcias de uma lógica hábil, são duplamente perigosas para o vulgo. Vou adotar meios inteiramente contrários nesta análise e, seguindo passo a passo os raciocínios do autor com toda a exatidão que me for possível, nesta discussão empregarei unicamente a simplicidade e o zelo de um amigo da verdade e da humanidade, que considera toda a sua glória prestar homenagem a uma e toda a sua felicidade ser útil à outra.

DISCURSO SOBRE A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS

À República de Genebra

Magníficos, honradíssimos e soberanos senhores,

Convencido de que só ao cidadão virtuoso compete prestar à sua pátria as honras que ela possa aceitar, faz trinta anos que trabalho para merecer oferecer-vos uma homenagem pública. E, tendo esta feliz oportunidade substituído em parte o que meus esforços não puderam fazer, acreditei que me seria permitido aqui consultar mais o zelo que me anima do que o direito que deveria autorizar-me. Tendo a felicidade de haver nascido entre vós, como poderia eu meditar sobre a igualdade que a natureza instalou entre os homens e sobre a desigualdade que eles instituíram sem pensar na profunda sabedoria com que uma e outra, combinadas com acerto neste Estado, concorrem, da maneira mais próxima da lei natural e mais favorável à sociedade, para a manutenção da ordem pública e para a felicidade dos particulares? Buscando as melhores máximas que o bom senso pode ditar sobre a constituição de um governo, fiquei tão impressionado de vê-las todas em execução no vosso que, mesmo sem haver nascido dentro de vossos muros, teria acreditado não poder dispensar-me de oferecer esse quadro da sociedade humana ao povo que, dentre todos os outros, me parece possuir as suas maiores vantagens e melhor ter prevenido seus abusos.

Se eu tivesse de escolher o lugar de meu nascimento, teria escolhido uma sociedade de um tamanho limitado pela extensão das faculdades humanas, ou seja, pela possibilidade de ser bem governada e na qual, bastando cada qual ao seu cargo, ninguém fosse forçado a incumbir outros das funções de que estava encarregado; um Estado em que todos os particulares se conhecessem entre si, em que as manobras *obscuras* do vício e a modéstia da virtude não pudessem furtar-se aos olhos e ao julgamento do público e em que o doce hábito de ver-se e conhecer-se transformasse o amor da pátria antes em amor dos cidadãos do que em amor da terra.

Teria desejado nascer num país em que o soberano e o povo só pudessem ter um único e mesmo interesse, a fim de que todos os movimentos da máquina sempre tendessem apenas para a felicidade comum; como isso é impossível, a menos que o povo e o soberano sejam uma mesma pessoa, conclui-se que eu desejaria haver nascido sob um governo democrático, sabiamente moderado.

Teria desejado viver e morrer livre, ou seja, tão submetido às leis que nem eu nem ninguém pudesse sacudir-lhes o honroso jugo; esse jugo salutar e suave, que as mais altivas cabeças suportam tanto mais docilmente quanto não são afeitas a suportar nenhum outro.

Teria desejado que ninguém no Estado pudesse dizer-se acima da lei, e que ninguém de fora pudesse impor-lhe outra que o Estado fosse obrigado a reconhecer, pois, seja qual for a constituição de um governo, se nele se encontra um único homem que não esteja submetido à lei, todos os outros estão necessariamente à mercê dele[1]; e, se houver um chefe nacional e outro chefe estrangeiro, seja qual for a divisão de autoridade que possam

fazer, é impossível que ambos sejam obedecidos e o Estado seja bem governado.

Não teria desejado morar numa República de instituição nova, por melhores leis que pudesse ter, receando que o governo, talvez constituído de modo diferente daquele necessário para o momento, não conviesse aos novos cidadãos, ou os cidadãos ao novo governo, e ficasse o Estado sujeito a ser abalado e destruído quase em seu nascimento. Porque ocorre à liberdade o mesmo que aos alimentos sólidos e suculentos, ou aos vinhos generosos, apropriados para nutrir e fortificar os temperamentos robustos a eles habituados, mas que prostram, arruínam e embriagam os fracos e delicados que não lhes são afeitos. Os povos, uma vez acostumados a senhores, já não têm condições de dispensá-los. Se tentam sacudir o jugo, afastam-se ainda mais da liberdade, pois, tomando-a por uma liberdade desenfreada que lhes é oposta, suas revoluções quase sempre os entregam a sedutores que apenas agravam seus grilhões. O próprio povo romano, esse modelo de todos os povos livres, não foi apto para governar-se ao sair da opressão dos Tarquínios. Aviltado pela escravidão e pelos trabalhos ignominiosos que lhe eram impostos, no início não passava de um estúpido populacho que foi preciso dirigir e governar com a maior sabedoria, a fim de que, acostumando-se pouco a pouco a respirar o ar salutar da liberdade, essas almas desfibradas, ou melhor, embrutecidas sob a tirania, adquirissem paulatinamente a severidade de costumes e a altivez de coragem que finalmente o tornaram o mais respeitado de todos os povos. Portanto, teria procurado para minha pátria uma república feliz e tranqüila, cuja ancianidade de certo modo se perdesse na noite dos tempos, que só houvesse sofrido golpes próprios

para manifestar e fortalecer em seus habitantes a coragem e o amor à pátria, e onde os cidadãos, de há muito acostumados a uma sábia independência, fossem não só livres, mas também dignos de sê-lo.

Teria desejado escolher para mim uma pátria isenta, por uma feliz impotência, do feroz amor pelas conquistas e garantida, por uma posição ainda mais feliz, do temor de tornar-se ela própria a conquista de outro Estado; uma cidade livre, situada entre vários povos, dos quais nenhum tivesse interesse de invadi-la e cada qual tivesse interesse de impedir os demais de invadi-la; numa palavra, uma república que não tentasse a ambição de seus vizinhos e pudesse contar suficientemente com seu socorro na necessidade. Conclui-se que, numa posição tão feliz, ela nada teria de temer senão dela mesma e que, se seus cidadãos fossem exercitados em armas, seria mais para manter entre eles o ardor guerreiro e a altivez de coragem que se quadram tão bem com a liberdade e alimentam o seu gosto do que pela necessidade de garantir a própria defesa.

Teria procurado um país onde o direito de legislação fosse comum a todos os cidadãos, pois quem melhor do que eles pode saber em que condições lhes convém viver juntos numa mesma sociedade? Mas não teria aprovado plebiscitos iguais aos dos romanos, nos quais os chefes de Estado e os mais interessados em sua conservação eram excluídos das deliberações de que em geral dependia sua salvação, e nos quais, por uma absurda inconseqüência, os magistrados eram privados dos direitos usufruídos pelos simples cidadãos.

Ao contrário, teria desejado, para deter os projetos interesseiros e mal concebidos e as inovações perigosas

que por fim causaram a perda dos atenienses, que cada qual não tivesse o poder de propor novas leis de acordo com seu capricho; que esse direito pertencesse apenas aos magistrados; que eles mesmos o usassem com tanta circunspeção, que o povo, por sua vez, fosse tão reservado em dar seu consentimento a essas leis, e a promulgação só pudesse efetuar-se com tanta solenidade que, antes que a constituição fosse abalada, tivessem tempo de convencer-se de que é sobretudo a grande antiguidade das leis que as torna santas e veneráveis, de que o povo logo despreza aquelas que vê mudar todos os dias e de que, acostumando-se a menosprezar os usos antigos a pretexto de melhorá-los, em geral introduzem-se grandes males para corrigir males menores.

Teria sobretudo fugido, como necessariamente mal governada, de uma república em que o povo, acreditando poder dispensar seus magistrados ou só lhes deixar uma autoridade precária, houvesse imprudentemente ficado com a administração dos negócios civis e com a execução de suas próprias leis; tal deve ter sido a grosseira constituição dos primeiros governos logo ao saírem do estado de natureza, e tal foi também um dos vícios que perderam a república de Atenas.

Mas teria escolhido aquela em que os particulares, contentando-se em dar sanção às leis e em decidir, conjuntamente e segundo o parecer dos chefes, os mais importantes negócios públicos, estabelecessem tribunais respeitados, distinguissem com cuidado os diversos departamentos; elegessem a cada ano os mais capazes e íntegros de seus concidadãos para administrar a justiça e governar o Estado; e na qual, sendo a virtude dos magistrados uma prova da sabedoria do povo, uns e outros se hon-

rassem mutuamente. De forma que, se um dia funestos mal-entendidos viessem perturbar a concórdia pública, mesmo esses tempos de cegueira e de erros se assinalariam por provas de moderação, de estima recíproca e de um comum respeito pelas leis; prenúncios e penhores de uma reconciliação sincera e perpétua.

Tais são, MAGNÍFICOS, HONRADÍSSIMOS E SOBERANOS SENHORES, as vantagens que teria procurado na pátria que escolheria para mim. Se a providência, além disso, lhe houvesse acrescentado uma localização encantadora, um clima temperado, uma terra fértil e o aspecto mais delicioso existente sob o céu, eu só desejaria, para rematar minha felicidade, usufruir todos esses bens no seio dessa feliz pátria, vivendo tranqüilamente numa sociedade amena com meus concidadãos, exercendo entre eles, e a exemplo deles, a humanidade, a amizade e todas as virtudes, e deixando atrás de mim a honrada memória de um homem de bem e de um honesto e virtuoso patriota.

Se, menos feliz ou tarde demais sensato, me visse reduzido a terminar em outros climas uma carreira fraca e vacilante, sentindo uma inútil saudade do repouso e da paz de que me privara uma juventude imprudente, pelo menos acalentaria em minha alma os mesmos sentimentos que não poderia ter empregado em meu país e, impregnado de uma terna e desinteressada afeição pelos meus concidadãos distantes, dirigir-lhes-ia do fundo do meu coração aproximadamente o seguinte discurso.

Meus caros concidadãos, ou melhor, meus irmãos, já que tanto os laços de sangue quanto as leis nos unem quase que a todos, é-me agradável não poder pensar em vós sem pensar ao mesmo tempo em todos os bens que

desfrutais e cujo valor talvez nenhum de vós perceba melhor do que eu, que os perdi. Quanto mais reflito sobre vossa situação política e civil, menos posso imaginar que a natureza das coisas humanas possa comportar outra melhor. Em todos os outros governos, quando se trata de assegurar o maior bem do Estado, tudo sempre se limita a projetos em idéias e, quando muito, a simples possibilidades. Quanto a vós, vossa felicidade é completa, basta apenas desfrutá-la, e para tornar-vos perfeitamente felizes só tendes de saber contentar-vos em sê-lo. Vossa soberania adquirida ou recobrada à ponta da espada, e conservada dois séculos a fio à força de valor e de sabedoria, é por fim plena e universalmente reconhecida. Tratados honrosos fixam vossos limites, asseguram vossos direitos e fortalecem vosso sossego. Vossa constituição é excelente, ditada pela mais sublime razão e garantida por potências amigas e respeitáveis; vosso Estado é tranqüilo, não tendes nem guerras nem conquistadores para temer; não tendes outros senhores além das sábias leis que fizestes, administradas por magistrados íntegros escolhidos por vós; não sois assaz ricos para debilitar-vos na indolência e para perder em vãs delícias o gosto da verdadeira felicidade e das sólidas virtudes, nem assaz pobres para necessitar de mais socorros estrangeiros do que o proporcionado por vosso engenho; e essa liberdade preciosa, que só se mantém nas grandes nações com impostos exorbitantes, quase nada vos custa para conservar.

Possa perdurar para sempre, para a felicidade de seus cidadãos e para o exemplo dos povos, uma república tão sábia e acertadamente constituída! Eis o único voto que vos resta fazer e o único cuidado que vos resta

tomar. Caberá somente a vós, doravante, não fazer vossa felicidade, pois vossos antepassados vos pouparam esse trabalho, mas torná-la duradoura pela sabedoria de bem empregá-la. É de vossa união perpétua, de vossa obediência às leis, de vosso respeito por seus ministros que depende vossa conservação. Se porventura permanece entre vós o menor germe de amargor ou de desconfiança, apressai-vos em destruí-lo como um fermento funesto do qual resultariam, cedo ou tarde, vossas infelicidades e a ruína do Estado. Conjuro-vos todos a penetrardes no fundo de vosso coração e a consultardes a voz secreta de vossa consciência. Alguém dentre vós conhecerá no universo um corpo mais íntegro, mais esclarecido, mais respeitável do que o de vossos magistrados? Todos os seus membros não vos dão o exemplo da moderação, da simplicidade dos costumes, do respeito pelas leis e da mais sincera reconciliação? Concedei pois, sem reservas, a tão sábios chefes essa salutar confiança que a razão deve à virtude; pensai que são de vossa escolha, que a justificam e que as honras devidas àqueles que constituístes em dignitários refletem necessariamente sobre vós mesmos. Nenhum de vós é tão pouco esclarecido para ignorar que, onde cessam o vigor das leis e a autoridade de seus defensores, não pode haver nem segurança nem liberdade para ninguém. O que vos importa, pois, senão fazer de boa vontade e com uma confiança judiciosa o que sempre seríeis obrigados a fazer por um verdadeiro interesse, por dever e pela razão? Que uma condenável e funesta indiferença pela manutenção da constituição nunca vos faça desprezar, quando necessário, os sábios pareceres dos mais esclarecidos e zelosos dentre vós. Mas que a eqüidade, a moderação, a mais respeitosa fir-

meza, continuem a reger todos os vossos procedimentos e a mostrar em vós, para todo o universo, o exemplo de um povo altivo e modesto, tão cioso de sua glória quanto de sua liberdade. Resguardai-vos, sobretudo, e este será o meu último conselho, de jamais ouvir interpretações sinistras e discursos venenosos, cujos motivos secretos são amiúde mais perigosos do que as ações que são seu objeto. Uma casa inteira se desperta e fica alerta aos primeiros gritos de um bom e fiel guardião que jamais late senão à aproximação de ladrões; mas odeia-se a importunidade desses animais ruidosos que perturbam incessantemente o repouso público e cujas advertências contínuas e extemporâneas não se fazem sequer ouvir no momento em que são necessárias.

E vós, MAGNÍFICOS E HONRADÍSSIMOS SENHORES, vós, dignos e respeitáveis magistrados de um povo livre, permiti-me oferecer-vos em particular minhas homenagens e meus respeitos. Se há no mundo uma posição apropriada para ilustrar aqueles que a ocupam, é decerto aquela concedida pelos talentos e pela virtude, aquela de que vos tornastes dignos e à qual vossos concidadãos vos elevaram. O próprio mérito deles ainda acresce ao vosso um novo brilho e, escolhidos por homens capazes de governar outros, para a eles mesmos governar, creio-vos tão acima dos outros magistrados quanto um povo livre, sobretudo aquele que tendes a honra de conduzir, está, por suas luzes e por sua razão, acima do populacho dos outros Estados.

Que me seja permitido citar um exemplo do qual deveriam subsistir maiores lembranças e que sempre estará presente em meu coração. Não me recordo sem a mais doce emoção da memória do virtuoso cidadão que

me trouxe ao mundo e que freqüentemente alimentou minha infância com o respeito que vos era devido. Vejo-o ainda vivendo do trabalho de suas mãos, e alimentando sua alma com as mais sublimes verdades. Vejo Tácito, Plutarco e Grotius misturados diante dele com os instrumentos de seu ofício. Vejo ao seu lado um filho querido que recebia, com poucos frutos, as ternas instruções do melhor dos pais. Mas, se os desvarios de uma louca juventude me fizeram esquecer durante uns tempos tão sábias lições, tenho a felicidade de provar afinal que, seja qual for a inclinação que se tenha para o vício, é difícil ficar perdida para sempre uma educação em que intervém o coração.

Tais são, MAGNÍFICOS E HONRADÍSSIMOS SENHORES, os cidadãos e mesmo os simples habitantes nascidos no Estado que governais; tais são esses homens instruídos e sensatos dos quais, sob o nome de operários e de povo, se têm nas outras nações idéias tão baixas e falsas. Meu pai, confesso-o com alegria, não se distinguia entre seus concidadãos, era apenas o que todos são e, tal como era, não havia região onde seu convívio não fosse procurado, cultivado, mesmo com frutos, pelas pessoas mais honestas. Não me compete e, graças ao céu, não é necessário falar-vos da consideração que podem esperar de vós homens dessa têmpera, vossos iguais pela educação, assim como pelos direitos da natureza e do nascimento; vossos inferiores por vontade própria, pela preferência que deviam ao vosso mérito, que a concederam, e pela qual vós lhes deveis, por vossa vez, um certo reconhecimento. Sei, com imensa satisfação, com quanta doçura e condescendência moderais, para eles, a gravidade adequada aos ministros das leis, quanto vós lhes

retribuís em estima e em atenções o que eles vos devem em obediência e em respeito; procedimento pleno de justiça e de sabedoria, apropriado para distanciar cada vez mais a memória dos infelizes acontecimentos que cumpre esquecer para jamais os rever; procedimento ainda mais judicioso porque esse povo eqüitativo e generoso faz de seu dever um prazer, gosta naturalmente de vos venerar e porque os mais ardentes em sustentar seus direitos são os mais inclinados a respeitar os vossos.

Não é de admirar que os chefes de uma sociedade civil lhe amem a glória e a felicidade, mas é inquietante para os homens que aqueles que se olham como magistrados, ou melhor, como os senhores de uma pátria mais santa e sublime, demonstrem algum amor pela pátria terrestre que os nutre. Como me é agradável poder fazer em nosso favor uma exceção tão rara e incluir entre nossos melhores cidadãos esses zelosos depositários dos dogmas sagrados autorizados pelas leis, esses veneráveis pastores de almas, cuja vigorosa e doce eloqüência leva com mais eficácia aos corações as máximas do Evangelho, pois sempre começam por praticá-las pessoalmente! Todos sabem com que sucesso a arte da prédica é cultivada em Genebra; porém, muito acostumados a ver dizer de uma maneira e agir de outra, poucas pessoas sabem até que ponto o espírito do cristianismo, a santidade dos costumes, a severidade consigo mesmo e a brandura para com o próximo reinam entre nossos ministros. Talvez caiba apenas à cidade de Genebra mostrar o exemplo edificante de uma tão perfeita união entre uma sociedade de teólogos e de letrados. É, em grande parte, em sua sabedoria e em sua moderação reconhecidas, é nesse seu zelo pela prosperidade do Estado que funda-

mento a esperança de sua tranqüilidade eterna; e noto, com um prazer mesclado de espanto e de respeito, como eles têm horror das detestáveis máximas desses homens sagrados e bárbaros de quem a História fornece mais de um exemplo e que, para sustentar os pretensos direitos de Deus, ou seja, seus interesses, não eram nada avaros do sangue humano, pois se gabavam que o deles sempre seria respeitado.

Poderia eu esquecer essa preciosa metade da república que faz a felicidade da outra e cuja brandura e sabedoria lhe mantêm a paz e os bons costumes? Amáveis e virtuosas cidadãs, o destino de vosso sexo será sempre governar o nosso. Que felicidade quando vosso casto poder, exercido somente na união conjugal, só se faz sentir para a glória do Estado e para a felicidade pública! Era assim que as mulheres mandavam em Esparta e é assim que mereceis mandar em Genebra. Que homem bárbaro poderia resistir à voz da honra e da razão na boca de uma terna esposa? E quem não desprezaria um luxo vão ao ver vossos trajes simples e modestos, que pelo brilho que recebem de vós parecem ser os mais favoráveis à beleza? Cabe a vós manter sempre, com vosso amável e inocente império e com vosso espírito insinuante, o amor às leis no Estado e a concórdia entre os cidadãos; reunir, mediante casamentos felizes, as famílias divididas; e sobretudo corrigir, com a doçura persuasiva de vossas lições e com as graças modestas de vossa conversa, os defeitos que nossos homens vão adquirir em outros países, de onde, em vez de tantas coisas úteis que poderiam aproveitar, só trazem, com um tom pueril, e ares ridículos adquiridos entre mulheres perdidas, a admiração por não sei que pretensas grandezas, frívolas

compensações da servidão, que jamais valerão a augusta liberdade. Sede, pois, sempre o que sois, as castas guardiãs dos costumes e os doces liames da paz, e continuai a valorizar em todas as ocasiões os direitos do coração e da natureza em proveito do dever e da virtude.

Orgulho-me de não ser desmentido pelos acontecimentos, fundamentando em tais penhores a esperança da felicidade comum dos cidadãos e da glória da república. Confesso que, com todas essas vantagens, ela não brilhará com esse esplendor que ofusca a maioria dos olhos e cujo gosto pueril e funesto é o inimigo mais mortal da felicidade e da liberdade. Que uma juventude dissoluta vá buscar em outras plagas prazeres fáceis e longos arrependimentos. Que as pretensas pessoas de bom gosto admirem em outros lugares a grandeza dos palácios, a beleza das carruagens, os magníficos mobiliários, a pompa dos espetáculos e todos os refinamentos da indolência e do luxo. Em Genebra, só encontrarão homens, entretanto tal espetáculo tem mesmo seu valor, e aqueles que o procurarem valerão bem os admiradores do resto.

Dignai-vos, MAGNÍFICOS, HONRADÍSSIMOS E SOBERANOS SENHORES, receber, todos com a mesma bondade, os respeitosos testemunhos do interesse que tenho pela vossa prosperidade comum. Se fui bastante desajeitado para ser culpado de algum arrebatamento indiscreto nesta viva efusão de meu coração, suplico-vos o perdão, dada a terna afeição de um verdadeiro patriota e o zelo ardente e legítimo de um homem que não pretende maior felicidade para si mesmo do que a de ver-vos a todos felizes.

Sou, com o mais profundo respeito,

MAGNÍFICOS, HONRADÍSSIMOS E SOBERANOS SENHORES,

Vosso humílimo e obedientíssimo servidor e concidadão.

Chambéry, 12 de junho de 1754.

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Prefácio

O mais útil e menos avançado de todos os conhecimentos humanos parece-me ser o do homem[2], e ouso dizer que a simples inscrição do templo de Delfos* continha um preceito mais importante e mais difícil do que todos os grossos livros dos moralistas. Por isso considero o tema deste Discurso como uma das questões mais interessantes que a filosofia pode propor e, infelizmente para nós, como uma das mais espinhosas para os filósofos resolverem, pois como se conhecer a fonte da desigualdade entre os homens se não se começar por conhecer a eles mesmos? E como o homem conseguiria ver-se tal como o formou a natureza através de todas as mudanças provocadas em sua constituição original pela sucessão dos tempos e das coisas e distinguir o que pertence à sua própria natureza daquilo que as circunstâncias e seus progressos acrescentaram ao seu estado primitivo ou nele mudaram? Tal como a estátua de Glauco que o tempo, o mar e as tempestades haviam desfigurado tanto que se parecia menos com um deus do que com um animal feroz, a alma humana, alterada no seio da sociedade

* "Conhece-te a ti mesmo e conhecerás o universo e os deuses." (N. da T.)

por mil causas incessantemente renascentes, pela aquisição de um grande número de conhecimentos e de erros, pelas mudanças ocorridas à constituição dos corpos e pelo choque contínuo das paixões, mudou, por assim dizer, de aparência a ponto de ficar quase irreconhecível; e, em vez de um ser que age sempre por princípios certos e invariáveis, em vez dessa celeste e majestosa simplicidade com que seu autor a marcara, não se encontra mais do que o disforme contraste da paixão que crê raciocinar e o entendimento delirante.

O que há de mais cruel ainda é que, como todos os progressos da espécie humana a distanciam incessantemente de seu estado primitivo, quanto mais acumulamos novos conhecimentos, mais suprimimos os meios de adquirir o mais importante de todos; e que, num sentido, é à força de estudar o homem que nos tornamos incapazes de conhecê-lo.

É fácil ver que é nessas sucessivas mudanças da constituição humana que se deve procurar a primeira origem das diferenças que distinguem os homens, os quais, na opinião geral, são naturalmente tão iguais entre si quanto o eram os animais de cada espécie, antes que diversas causas físicas houvessem introduzido em algumas as variedades que nelas observamos. De fato, não é concebível que essas primeiras mudanças, seja qual for o meio por que tenham ocorrido, tenham alterado a um só tempo e da mesma maneira todos os indivíduos da espécie; mas, tendo-se uns aperfeiçoado ou deteriorado e adquirido diversas qualidades boas ou más que não eram inerentes à sua natureza, os outros permaneceram mais tempo em seu estado original, sendo essa a primeira fonte da desigualdade, que é mais fácil de demonstrar assim, em geral, do que lhe apontar com precisão as verdadeiras causas.

Que meus leitores não pensem que ouso gabar-me de ter visto o que me parece tão difícil de ver. Comecei alguns raciocínios, arrisquei algumas conjeturas, não tanto com a esperança de resolver a questão quanto com a intenção de esclarecê-la e reduzi-la ao seu verdadeiro estado. Outros poderão facilmente ir mais longe na mesma estrada, sem que a ninguém seja fácil chegar ao término. Pois não é de pouca monta o empreendimento de distinguir o que há de original e de artificial na natureza atual do homem e de bem conhecer um estado que já não existe, que talvez não tenha existido, que provavelmente jamais existirá, e do qual é necessário, porém, ter noções exatas para bem julgar nosso estado presente. Careceria mesmo de mais filosofia do que se pensa aquele que empreendesse determinar exatamente as precauções que se devem tomar para fazer sólidas observações sobre esse assunto; e não me pareceria indigna dos Aristóteles e dos Plínios de nosso século uma boa solução do seguinte problema: *Quais experiências seriam necessárias para chegar a conhecer o homem natural e quais são os meios de fazer essas experiências no seio da sociedade?* Longe de empreender a solução desse problema, creio haver bastante meditado sobre o assunto para atrever-me a responder de antemão que os maiores filósofos não serão suficientemente bons para dirigir tais experiências, nem os mais poderosos soberanos para fazê-las, não sendo muito razoável contar com esse concurso, sobretudo com a perseverança, ou melhor, com a sucessão de luzes e de boa vontade necessária de ambas as partes para alcançar o sucesso.

Essas pesquisas tão difíceis de se fazerem, e nas quais se pensou tão pouco até agora, são contudo os únicos meios que nos restam de remover um grande número de dificuldades que nos ocultam o conhecimento dos fundamentos reais da sociedade humana. É essa ignorância da natureza do homem que lança tanta incerteza e obscuridade na verdadeira definição do direito natural, pois a idéia do direito, diz Burlamaqui*, e mais ainda a do direito natural, são claramente idéias relativas à natureza do homem. Assim, é dessa mesma natureza do homem, continua ele, de sua constituição e de seu estado que se devem deduzir os princípios dessa ciência.

Não é sem surpresa e sem escândalo que se nota a pouca concordância que reina sobre essa importante matéria entre os diversos autores que dela trataram. Entre os mais sérios escritores, mal se encontram dois que tenham o mesmo parecer sobre esse ponto. Sem falar dos antigos filósofos, que parecem ter-se empenhado em contradizer-se entre si sobre os princípios mais fundamentais, os jurisconsultos romanos sujeitam, indiferentemente, o homem e todos os outros animais à mesma lei natural, porque atribuem esse nome mais à lei que a natureza impõe a si mesma do que àquela que ela prescreve; ou melhor, por causa da acepção particular segundo a qual esses jurisconsultos entendem a palavra lei, que parecem ter empregado nessa ocasião apenas para a expressão das relações gerais estabelecidas pela natureza entre todos os seres animados, para sua conserva-

* Jean-Jacques Burlamaqui (1694-1748), jurisconsulto genebriano, autor de *Princípios do direito natural*, *Princípios do direito político* e *Elementos do direito natural*. (N. da T.)

ção comum. Os modernos, por só reconhecerem sob o nome de lei uma regra prescrita a um ser moral, ou seja, inteligente, livre e considerado em suas relações com outros seres, limitam conseqüentemente ao único animal dotado de razão, ou seja, o homem, a competência da lei natural; porém, em definindo essa lei cada qual à sua moda, todos eles estabeleceram sobre princípios tão metafísicos que há, mesmo entre nós, bem poucas pessoas capazes de compreenderem tais princípios e longe de poderem encontrá-los por si mesmos. De sorte que todas as definições desses homens sábios, definições, aliás, em perpétua contradição entre si, concordam somente em que é impossível entender a lei da natureza e, por conseguinte, obedecer-lhe sem ser um grande pensador e um profundo metafísico. O que significa precisamente que os homens tiveram de empregar, para o estabelecimento da sociedade, luzes que só se desenvolvem com muita dificuldade e para muito poucas pessoas no seio da própria sociedade.

Conhecendo tão mal a natureza e concordando tão pouco no sentido da palavra *lei*, seria bem difícil convir numa boa definição da lei natural. Por isso todas as que se encontram nos livros, além do defeito de não serem uniformes, têm também o de serem tiradas de vários conhecimentos que os homens não possuem naturalmente, e vantagens cuja idéia eles só podem conceber depois de sair do estado de natureza. Começa-se por buscar as regras em que, para a utilidade comum, seria oportuno que os homens conviessem entre si; ademais, dá-se o nome de lei natural à coleção dessas regras, sem outra prova além do bem que, segundo supõem, resultaria de sua prática universal. Esta é, por certo, uma maneira

muito cômoda de compor definições e de explicar a natureza das coisas por conveniências quase arbitrárias.

Porém, enquanto não conhecermos o homem natural, em vão desejaremos determinar a lei que ele recebeu ou a que convém melhor à sua constituição. Tudo quanto podemos ver com muita clareza a respeito dessa lei é que não só é preciso, para ela ser lei, que a vontade de quem ela obriga possa submeter-se a ela com conhecimento, mas também é preciso, para ela ser natural, que se expresse imediatamente pela voz da natureza.

Deixando, pois, todos os livros científicos que só nos ensinam a ver os homens tais como eles se fizeram, e meditando sobre as primeiras e mais simples operações da alma humana, creio nela perceber dois princípios anteriores à razão, dos quais um nos interessa ardentemente ao nosso bem-estar e à conservação de nós mesmos e o outro nos inspira uma repugnância natural a ver perecer ou sofrer qualquer ser sensível, principalmente os nossos semelhantes. É do concurso e da combinação que nosso espírito é capaz de fazer desses dois princípios, sem que seja necessário incluir-lhes o da sociabilidade, que me parecem decorrer todas as regras do direito natural; regras que a razão depois vê-se forçada a restabelecer sobre outros fundamentos, quando, por seus desenvolvimentos sucessivos, conseguiu sufocar a natureza.

Dessa maneira, não se é obrigado a fazer do homem um filósofo antes de fazer dele um homem; seus deveres para com o próximo não lhe são unicamente ditados pelas tardias lições da sabedoria e, enquanto ele não resistir ao impulso interior da comiseração, jamais há de fazer mal a outro homem nem sequer a nenhum ser sensível,

exceto no caso legítimo em que, estando em jogo sua conservação, é obrigado a dar preferência a si mesmo. Por esse meio, terminam-se também as antigas discussões sobre a participação dos animais na lei natural, pois está claro que, desprovidos de luzes e de liberdade, não podem reconhecer essa lei. Mas, relacionados de certo modo com nossa natureza pela sensibilidade de que são dotados, julgar-se-á que também devem participar do direito natural e que o homem está sujeito a uma certa espécie de deveres para com eles. Parece de fato que, se sou obrigado a não fazer nenhum mal ao meu semelhante, não é tanto porque ele é um ser racional quanto porque é um ser sensível; qualidade que, sendo comum ao animal e ao homem, deve ao menos dar a um o direito de não ser maltratado inutilmente pelo outro.

Esse mesmo estudo do homem original, de suas verdadeiras necessidades e dos princípios fundamentais de seus deveres ainda é o único meio válido que se pode empregar para remover esse grande número de dificuldades que se apresentam sobre a origem da desigualdade moral, sobre os verdadeiros fundamentos do corpo político, sobre os direitos recíprocos de seus membros e sobre milhares de outras questões semelhantes, tão importantes quanto mal esclarecidas.

Considerando-se a sociedade humana com um olhar tranqüilo e desinteressado, de início ela parece mostrar apenas a violência dos homens poderosos e a opressão dos fracos; o espírito se revolta contra a dureza de uns; somos levados a deplorar a cegueira dos outros; e como nada é menos estável entre os homens do que essas relações exteriores, produzidas com mais freqüência pelo acaso do que pela sabedoria, e as quais chamamos fra-

queza ou poder, riqueza ou pobreza, os estabelecimentos humanos parecem, à primeira vista, fundamentados em montes de areia movediça. Apenas examinando-os de mais perto, apenas depois de haver afastado a poeira e a areia que circundam o edifício, avista-se a base inabalável sobre a qual está construído e aprende-se a respeitar-lhe os fundamentos. Ora, sem o estudo sério do homem, de suas faculdades naturais e de seus desenvolvimentos sucessivos, jamais se conseguirá fazer essas distinções e separar, na atual constituição das coisas, o que fez a vontade divina daquilo que a arte humana pretendeu fazer. As pesquisas políticas e morais implicadas na importante questão que examino são, portanto, úteis de todas as maneiras, e a história hipotética dos governos é, a todos os respeitos, uma lição instrutiva para o homem. Considerando em que nos teríamos transformado entregues a nós mesmos, devemos aprender a glorificar aquele cuja mão benfazeja, ao corrigir nossas instituições e ao dar-lhes uma base inabalável, preveniu as desordens que delas deveriam resultar e fez nascer nossa felicidade dos meios que pareciam dever sobrecarregar nossa miséria.

Quem te Deus esse
Jussit, et humana qua parte locatus es in re,
Disce.

[Pérsio, *Sátiras III*, v. 71.]

QUESTÃO
proposta pela Academia de Dijon

Qual é a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural.

ADVERTÊNCIA SOBRE AS NOTAS

Acrescentei algumas notas a esta obra, conforme meu preguiçoso costume de trabalhar com muitas interrupções. Essas notas às vezes afastam-se muito do assunto para serem boas de se ler com o texto. Portanto, eu as transferi para o fim do Discurso, no qual tratei de seguir, o melhor que pude, o caminho mais reto. Aqueles que tiverem a coragem de relê-lo, poderão divertir-se da segunda vez em dar uma busca, e tentar percorrer as notas; não terá importância que os outros não as leiam.

Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens

É do homem que devo falar, e a questão que examino me indica que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se teme honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança a causa da humanidade perante os sábios que a isso me convidam e não ficarei descontente comigo mesmo se me tornar digno de meu assunto e de meus juízes.

Concebo, na espécie humana, duas espécies de desigualdade: uma a que chamo natural ou física, por ser estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; a outra, a que se pode chamar desigualdade moral ou política, por depender de uma espécie de convenção e ser estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios que alguns usufruem em prejuízo dos outros, como serem mais ricos, mais reverenciados e mais poderosos do que eles, ou mesmo em se fazerem obedecer por eles.

Não se pode perguntar qual é a fonte da desigualdade natural, porque a resposta estaria enunciada na simples definição da palavra. Ainda menos pode-se procu-

rar se haveria alguma ligação essencial entre as duas desigualdades, pois, em outros termos, seria perguntar se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que aqueles que obedecem, e se a força do corpo ou do espírito, a sabedoria ou a virtude, encontram-se sempre nos mesmos indivíduos, em proporção ao poder ou à riqueza; boa questão talvez para ser discutida entre escravos conhecedores de seus amos, mas que não convém a homens sensatos e livres, que buscam a verdade.

De que se trata, então, precisamente neste Discurso? De apontar, no progresso das coisas, o momento em que, sucedendo o direito à violência, a natureza foi submetida à lei; de explicar por qual encadeamento de prodígios o forte pôde resolver-se a servir o fraco, e o povo a comprar uma tranqüilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real.

Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todos a necessidade de remontar ao estado de natureza, mas nenhum deles o atingiu. Uns não hesitaram em supor no homem nesse estado a noção do justo e do injusto, sem se preocupar em mostrar que ele deveria ter essa noção, nem sequer que esta lhe fosse útil. Outros falaram do direito natural que cada qual tem de conservar o que lhe pertence, sem explicar o que entendiam por pertencer. Outros, conferindo de início ao mais forte a autoridade sobre o mais fraco, logo fizeram nascer o governo, sem pensar no tempo que deve ter passado antes que o sentido das palavras autoridade e governo pudesse existir entre os homens. Enfim, todos, falando incessantemente de necessidade, de avidez, de opressão, de desejos e de orgulho, transportaram para o estado de natureza idéias que haviam tirado da sociedade: falavam do homem selvagem e descreviam o homem civil. Nem sequer acudiu ao espírito da maioria dos nossos duvidar que o estado natural houvesse existido, conquanto seja evidente, pela leitura dos livros sagrados, que o primeiro homem, tendo recebido imediatamente de Deus luzes e preceitos, não estava ele mesmo nesse estado, e que, acrescentando aos escritos de Moisés a fé que lhes deve qualquer filósofo cristão, cumpre negar que, mesmo antes do dilúvio, os homens jamais se tenham encontrado no estado puro de natureza, a menos que nele tenham recaído em virtude de algum acontecimento extraordinário. Paradoxo muito embaraçoso de defender e totalmente impossível de provar.

Comecemos, pois, por descartar todos os fatos, pois eles não se prendem à questão. Não se devem tomar as pesquisas que se podem realizar sobre esse assunto por verdades históricas, mas somente por raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados para esclarecer a natureza das coisas do que para lhes mostrar a verdadeira origem, e semelhantes aos que fazem, todos os dias, os nossos físicos sobre a formação do mundo. A religião nos ordena crer que, tendo o próprio Deus tirado os homens do estado de natureza logo depois da criação, eles são desiguais porque Deus quis que o fossem; mas ela não nos proíbe formar conjeturas, tiradas exclusivamente da natureza do homem e dos seres que o cercam, sobre o que poderia ter-se tornado o gênero humano se houvesse ficado abandonado a si mesmo. Eis o que me perguntam e o que me proponho a examinar neste Discurso. Interessando meu assunto ao homem em geral, tratarei de usar uma linguagem conveniente a todas as nações, ou melhor, esquecendo os tempos e os lugares,

para pensar apenas nos homens a quem falo, imaginar-me-ei no Liceu de Atenas, repetindo as lições de meus mestres, tendo os Platões e os Xenócrates como juízes e o gênero humano como auditório.

Oh, homem, de qualquer terra que sejas, quaisquer que sejam tuas opiniões, escuta: eis tua história, tal como acreditei lê-la, não nos livros de teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza que jamais mente. Tudo o que vier dela será verdade; só haverá erro no que eu, sem querer, houver introduzido de meu. Os tempos de que vou falar são bem distantes; como mudaste daquilo que eras! É, por assim dizer, a vida de tua espécie que vou descrever-te de acordo com as qualidades que recebeste, que tua educação e teus hábitos puderam depravar, mas que não puderam destruir. Há, sinto-o, uma idade em que o homem individual gostaria de deter-se; procurarás a idade em que desejarias que tua espécie se houvesse detido. Descontente com teu estado presente, por razões que anunciam à tua infeliz posteridade maiores descontentamentos ainda, talvez desejasses poder retroceder. E esse sentimento deve constituir o elogio de teus primeiros ancestrais, a crítica de teus contemporâneos e o medo daqueles que tiverem a infelicidade de viver depois de ti.

Primeira Parte

Por mais importante que seja, para bem julgar do estado natural do homem, considerá-lo desde a sua origem e examiná-lo, por assim dizer, no primeiro embrião da espécie, não lhe seguirei a organização através de seus desenvolvimentos sucessivos; não me deterei em pesquisar no sistema animal o que pôde ter sido no começo para tornar-se afinal o que é. Não examinarei se, como pensa Aristóteles, suas unhas alongadas não foram a princípio garras recurvas, se não era peludo como um urso e se, andando sobre quatro patas[a], seus olhares dirigidos para a terra e limitados a um horizonte de alguns passos, não assinalavam a um só tempo o caráter e os limites de suas idéias. Não poderia formar sobre esse assunto senão conjeturas vagas e quase imaginárias. A anatomia comparada progrediu ainda muito pouco, as observações dos naturalistas são ainda muito incertas para que se possa estabelecer sobre tais fundamentos a base de um raciocínio sólido; assim, sem recorrer aos conhecimentos sobrenaturais que temos sobre esse ponto, e sem levar em consideração as mudanças que devem ter sobrevindo à conformação, tanto interior como exterior, do homem, à medida que ele aplicava seus membros a

novos usos e se nutria com novos alimentos, supo-lo-ei desde sempre com a mesma conformação com que o vejo hoje, andando sobre dois pés, servindo-se das mãos como fazemos com as nossas, levando o olhar a toda a natureza e medindo com os olhos a vasta extensão do céu.

Despojando esse ser assim constituído de todos os dons sobrenaturais que pôde receber e de todas as faculdades artificiais que só pôde adquirir mediante longos progressos, considerando-o, em suma, tal como deve ter saído das mãos da natureza, vejo um animal menos forte do que alguns, menos ágil do que outros, mas, afinal de contas, organizado mais vantajosamente do que todos. Vejo-o saciando-se sob um carvalho, matando a sede no primeiro riacho, encontrando seu leito ao pé da mesma árvore que lhe forneceu a refeição e assim satisfeitas suas necessidades.

A terra, abandonada à sua fertilidade natural[b] e recoberta de florestas imensas jamais mutiladas pelo machado, oferece a cada passo reservas de provisões e refúgios aos animais de qualquer espécie. Os homens, dispersos entre eles, observam, imitam-lhes o engenho e elevam-se assim ao instinto dos animais, com a vantagem de que, enquanto cada espécie tem apenas seu próprio instinto, o homem, não tendo talvez nenhum que lhe pertença, apropria-se de todos, alimenta-se igualmente com a maioria dos diversos alimentos[c] que os outros animais dividem entre si e, por conseguinte, encontra sua subsistência com mais facilidade do que pode conseguir qualquer um deles.

Acostumados desde a infância às intempéries do clima e ao rigor das estações, exercitados na fadiga e forçados a defender, nus e sem armas, sua vida e sua presa

dos outros animais ferozes, ou a escapar-lhes correndo, os homens formam um temperamento robusto e quase inalterável. As crianças, trazendo ao mundo a excelente constituição dos pais, e fortalecendo-a pelos mesmos exercícios que a produziram, adquirem assim todo o vigor de que é capaz a espécie humana. A natureza trata-as precisamente como a lei de Esparta tratava os filhos dos cidadãos; torna fortes e robustas as que são bem constituídas e faz perecer todas as outras, sendo nisso diferente de nossas sociedades, nas quais o Estado, tornando os filhos onerosos para os pais, mata-os indistintamente antes do nascimento.

Sendo o corpo o único instrumento conhecido pelo homem selvagem, ele o emprega em diversos usos, dos quais, por falta de exercícios, os nossos são incapazes, e é nossa indústria que nos tira a força e a agilidade que a necessidade o obriga a adquirir. Se ele tivesse um machado, seu punho romperia galhos tão fortes? Se tivesse uma funda, lançaria com a mão uma pedra com tanta firmeza? Se tivesse uma escada, treparia numa árvore com tanta ligeireza? Se tivesse um cavalo, seria tão veloz na corrida? Dai ao homem civilizado o tempo de reunir todas essas máquinas à sua volta, não se pode duvidar que supere facilmente o homem selvagem; mas, se quiserdes ver um combate mais desigual ainda, colocai-os nus e desarmados um defronte do outro, e logo reconhecereis qual é a vantagem de ter sempre todas as suas forças à sua disposição, de estar sempre pronto para qualquer acontecimento e de estar, por assim dizer, sempre inteiro consigo mesmo[d].

Hobbes pretende que o homem é naturalmente intrépido e só procura atacar e combater. Um filósofo ilus-

tre pensa, ao contrário, e Cumberland e Pufendorf também o asseguram, que nada é tão tímido quanto o homem no estado de natureza, e que ele está sempre trêmulo e pronto para fugir ao menor ruído que o impressione, ao menor movimento que perceba. Isso pode ocorrer também em relação aos objetos que não conhece, e não duvido que se amedronte com todos os novos espetáculos que se lhe oferecem, todas as vezes que não pode distinguir o bem e o mal físicos que deles deve esperar, nem comparar suas forças com os perigos que tem de correr; circunstâncias essas raras no estado de natureza, em que todas as coisas progridem de uma maneira tão uniforme e em que a face da terra não é sujeita a mudanças bruscas e contínuas, causadas pelas paixões e pela inconstância dos povos reunidos. Mas, vivendo o homem selvagem disperso entre os animais, e encontrando-se desde cedo na eventualidade de medir-se com eles, logo faz a comparação e, percebendo que os sobrepuja mais em destreza do que eles o sobrepujam em força, aprende a não mais temê-los. Colocai um urso ou um lobo em luta com um selvagem robusto, ágil, corajoso como são todos eles, armado de pedras e de um bom bastão, e vereis que o perigo será no mínimo recíproco, e que, depois de várias experiências semelhantes, os animais ferozes, que não gostam de atacar-se um ao outro, atacarão de mau grado o homem, que terão achado tão feroz quanto eles. Em relação aos animais que têm realmente mais força do que ele tem destreza, o homem está no caso das outras espécies mais fracas, que não deixam de subsistir; mas o homem tem a vantagem de, não menos disposto do que elas para a corrida e encontrando em cima das árvores um refúgio quase seguro, poder

tomá-lo ou deixá-lo na refrega e de escolher a fuga ou o combate. Acrescentemos que, ao que parece, nenhum animal combate naturalmente com o homem, salvo no caso de sua própria defesa ou de uma fome extrema, nem demonstra contra ele essas violentas antipatias que parecem prenunciar que uma espécie está destinada pela natureza a servir de pasto à outra.

[Aí está, sem dúvida, a razão por que os negros e os selvagens se preocupam tão pouco com os animais ferozes que podem encontrar nos bosques. Os caraíbas da Venezuela, entre outros, vivem, a esse respeito, na mais profunda segurança e sem o menor inconveniente. Embora andem quase nus, diz Francisco Coreal, não deixam de expor-se afoitamente nos bosques, armados somente de flecha e arco. Jamais se ouviu dizer, entretanto, que algum deles tenha sido devorado por animais.]*

Outros inimigos mais temíveis, e contra os quais o homem não tem os mesmos meios de defender-se, são as enfermidades naturais, a infância, a velhice e as doenças de toda espécie; tristes sinais de nossa fraqueza, os dois primeiros são comuns a todos os animais e o último pertence principalmente ao homem que vive em sociedade. Observo mesmo, no tocante à infância, que a mãe, carregando por toda a parte o filho consigo, tem muito mais facilidade de alimentá-lo do que as fêmeas de vários animais, que são forçadas a ir e vir continuamente com muita fadiga, de um lado, para procurar sua comida e, do outro, para amamentar ou alimentar seus filho-

* Este parágrafo foi acrescentado por Rousseau depois da leitura de *Viagens de Francisco Coreal às Índias ocidentais* (1722) e publicado na edição de 1782. (N. da T.)

tes. É verdade que, se a mulher vem a morrer, o filho corre grande risco de morrer com ela; mas esse perigo é comum a centenas de outras espécies, cujos filhotes levam muito tempo para ser capazes de procurar sozinhos a alimentação. E, se a infância é mais longa entre nós, sendo a vida mais longa também, tudo é quase igual nesse ponto[e] conquanto haja sobre a duração da primeira idade e sobre o número dos filhotes[f] outras regras, que não pertencem ao meu assunto. Entre os velhos, que agem e transpiram pouco, a necessidade de alimentos diminui com a faculdade de prover a ela; e, como a vida selvagem afasta deles a gota e os reumatismos, e a velhice é, de todos os males, o que os auxílios humanos menos podem mitigar, extinguem-se por fim, sem que se perceba que deixam de viver, e quase sem eles mesmos o perceberem.

A respeito das doenças, não repetirei as vãs e falsas críticas que faz contra a medicina a maioria das pessoas com saúde, mas perguntarei se há alguma observação sólida da qual se possa concluir que, nos países onde essa arte é mais descuidada, a vida média do homem seja mais curta do que naqueles onde é cultivada com o maior esmero. E como poderia isso ocorrer, se nos causamos um número maior de males do que o dos remédios que a medicina nos pode fornecer? A extrema desigualdade na maneira de viver, o excesso de ociosidade em uns, o excesso de trabalho em outros, a facilidade de exacerbar e de satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade, os alimentos muito requintados dos ricos, que os nutrem com sucos constipativos e os deixam prostrados de indigestões, a má alimentação dos pobres, da qual carecem até no mais das vezes e cuja falta os leva a sobre-

carregar avidamente o estômago quando possível, as vigílias, os excessos de toda espécie, os arrebatamentos imoderados de todas as paixões, as fadigas e o esgotamento do espírito, os desgostos e os inúmeros pesares que se experimentam em todos os estados e pelos quais as almas são perpetuamente corroídas: eis a prova de que a maioria de nossos males é obra nossa e de que os teríamos evitado quase todos conservando a maneira de viver simples, uniforme e solitária que nos era prescrita pela natureza. Se ela nos destinou a sermos sãos, quase ouso assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário à natureza e que o homem que medita é um animal depravado. Quando pensamos na boa constituição dos selvagens, pelo menos daqueles que não perdemos com nossos licores fortes, quando sabemos que quase não conheciam outras doenças além das feridas e da velhice, somos levados a crer que traçaríamos facilmente a história das doenças humanas seguindo a das sociedades civis. Pelo menos essa é a opinião de Platão, que julga, acerca de certos remédios empregados ou aprovados por Podalírio e Macáon no cerco de Tróia, que diversas doenças, que esses remédios deveriam estimular, ainda não eram então conhecidas entre os homens. [E Celso conta que a dieta, hoje tão necessária, só foi inventada por Hipócrates.]*

Com tão poucas fontes de males, o homem no estado de natureza não tem, pois, muita necessidade de remédios e, menos ainda, de médicos; a espécie humana tampouco está, a esse respeito, em pior condição do que todas as outras, sendo fácil saber dos caçadores se em

* Acréscimo da edição de 1782. (N. da T.)

suas excursões encontram muitos animais enfermos. Vários encontram animais que receberam ferimentos consideráveis muito bem cicatrizados, que tiveram ossos e mesmo membros quebrados e consolidados sem outro cirurgião além do tempo, sem outro regime além da sua vida comum e que não deixam de estar perfeitamente curados por não terem sido atormentados por incisões, envenenados por drogas nem extenuados por jejuns. Enfim, por mais útil que possa ser entre nós a medicina bem administrada, é sempre certo que, se o selvagem doente, abandonado a si mesmo, nada tem por esperar senão da natureza, em compensação, nada tem por temer além de seu mal, o que amiúde torna sua situação preferível à nossa.

Evitemos, portanto, confundir o homem selvagem com os homens que temos diante dos olhos. A natureza trata todos os animais abandonados a seus cuidados com uma predileção que parece mostrar quão ciosa é desse direito. O cavalo, o gato, o touro e até o asno têm em sua maioria uma estatura mais alta, todos uma constituição mais robusta, mais vigor, força e coragem quando nas florestas do que em nossas casas; perdem a metade dessas vantagens ao se tornarem domésticos, e dir-se-ia que todos os nossos cuidados para tratar bem e alimentar esses animais só resultam em abastardá-los. Dá-se o mesmo com o próprio homem: ao tornar-se sociável e escravo, torna-se fraco, temeroso, rastejante, e sua maneira de viver, indolente e efeminada, acaba por debilitar-lhe ao mesmo tempo a força e a coragem. Acrescentemos que, entre as condições selvagem e doméstica, a diferença de homem para homem deve ser ainda maior do que a de animal para animal, pois, tendo sido o homem e o animal tratados igualmente pela natureza, todas as comodidades que o homem se concede a mais do que aos animais que domestica são outras tantas causas particulares que o fazem degenerar mais sensivelmente.

Assim, não constituem tão grande infelicidade para esses primeiros homens nem, sobretudo, tão grande obstáculo à sua conservação, a nudez, a falta de habitação e a privação de todas essas inutilidades que acreditamos tão necessárias. Se não têm a pele peluda, dela não têm nenhuma necessidade nos países quentes, e logo sabem, nos países frios, apropriar-se da pele dos animais que venceram; se têm apenas dois pés para correr, têm dois braços para prover sua defesa e suas necessidades; seus filhos talvez andem tarde e com dificuldade, mas as mães os carregam com facilidade, vantagem que falta às outras espécies, em que a mãe, sendo perseguida, vê-se obrigada a abandonar os filhotes, ou regular seus passos pelos deles. Enfim, a menos que se suponham esses concursos singulares e fortuitos de circunstâncias de que falarei em seguida e que poderiam muito bem nunca ocorrer, fica claro, seja como for, que o primeiro que fez roupas ou habitação deu a si mesmo coisas pouco necessárias, já que até então passara sem elas, e não se vê por que não poderia suportar, homem feito, um gênero de vida que suportava desde a infância.

Sozinho, ocioso, e sempre próximo do perigo, o homem selvagem deve gostar de dormir e ter o sono leve como o dos animais que, pensando pouco, dormem, por assim dizer, todo o tempo em que não estão pensando. Sendo a própria conservação quase o seu único cuidado, suas faculdades mais exercitadas devem ser aquelas cujo objetivo principal é o ataque e a defesa, seja para subju-

gar sua presa, seja para evitar ser a de outro animal; pelo contrário, os órgãos que só se aperfeiçoam pela indolência e pela sensualidade devem permanecer num estado de grosseria, que exclui nele qualquer espécie de delicadeza; e, estando seus sentidos divididos nesse ponto, ele terá o tato e o paladar de uma rudeza extrema e a visão, a audição e o olfato da maior sutileza. Tal é o estado animal em geral e é também, segundo o relato dos viajantes, o da maioria dos povos selvagens. Assim, não é de espantar que os hotentotes do cabo da Boa Esperança descubram, a olho nu, navios em alto-mar, da mesma distância que os holandeses com lunetas, nem que os selvagens da América sintam o cheiro dos espanhóis no seu encalço, como poderiam fazer os melhores cães, nem que todas essas nações bárbaras suportem sem dificuldade sua nudez, agucem seu paladar à força de pimenta e bebam licores europeus como água.

Considerei até aqui apenas o homem físico; tratemos de olhá-lo agora pelo lado metafísico e moral.

Vejo em todo animal somente uma máquina engenhosa, a quem a natureza deu sentidos para funcionar sozinha e para garantir-se, até certo ponto, contra tudo quanto tende a destruí-la ou a desarranjá-la. Percebo precisamente as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de que a natureza faz tudo sozinha nas operações do animal, ao passo que o homem concorre para as suas na qualidade de agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto e o outro, por um ato de liberdade; é por isso que o animal não pode afastar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe for vantajoso fazê-lo, e o homem afasta-se dela amiúde para seu prejuízo. Assim é que uma pomba morreria de fome perto de uma bacia

cheia das melhores carnes e um gato sobre pilhas de frutas ou de grãos, conquanto ambos pudessem muito bem nutrir-se com os alimentos que desdenham se tivessem a idéia de prová-los. Assim é que os homens dissolutos se entregam a excessos que lhes causam a febre e a morte, porque o espírito deprava os sentidos e a vontade ainda fala quando a natureza se cala.

Todo animal tem idéias, uma vez que tem sentidos; chega a combinar suas idéias até certo ponto, e o homem, a esse respeito, só difere do animal na intensidade; alguns filósofos afirmaram até que há mais diferença entre um homem e outro do que entre um homem e um animal. Portanto, não é tanto o entendimento quanto a sua qualidade de agente livre que confere ao homem sua distinção específica entre os animais. A natureza manda em todos os animais, e o bicho obedece. O homem sente a mesma impressão, mas se reconhece livre para aquiescer ou para resistir, sendo sobretudo na consciência dessa liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma, pois a física explica de certa maneira o mecanismo dos sentidos e a formação das idéias; mas, na faculdade de querer, ou melhor, de escolher, e no sentimento dessa faculdade só se encontram atos puramente espirituais, dos quais nada se explica pelas leis da mecânica.

Mas, ainda que as dificuldades que envolvem todas essas questões deixassem algum ponto controverso sobre essa diferença entre o homem e o animal, há outra qualidade muito específica que os distingue, e sobre a qual não pode haver contestação: a faculdade de aperfeiçoar-se; faculdade essa que, com a ajuda das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras, e reside, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo;

ao passo que um animal é, ao cabo de alguns meses, o que será por toda a sua vida, e sua espécie, ao cabo de mil anos, o que era no primeiro ano desses mil anos. Por que somente o homem é sujeito a tornar-se imbecil? Não será porque volta assim ao seu estado primitivo e – enquanto o bicho, que nada adquiriu e tampouco tem algo a perder, continua com seu instinto – o homem, tornando a perder pela velhice ou por outros acidentes tudo o que *sua perfectibilidade* o fizera adquirir, recai assim mais baixo do que o próprio bicho? Seria triste para nós sermos forçados a convir que essa faculdade distintiva, e quase ilimitada, é a fonte de todas as infelicidades do homem; que é ela que o tira, por força do tempo, dessa condição originária em que ele passaria dias tranqüilos e inocentes; que é ela que, fazendo desabrochar com os séculos suas luzes e seus erros, seus vícios e suas virtudes, torna-o com o tempo o tirano de si mesmo e da natureza[g]. Seria horrível sermos obrigados a louvar como um ser benfazejo o primeiro a sugerir ao habitante das margens do Orinoco o uso daquelas tabuazinhas que ele aplica nas têmporas dos filhos e que lhes asseguram pelo menos uma parte de sua imbecilidade e de sua felicidade original.

O homem selvagem, entregue pela natureza unicamente ao instinto, ou melhor, compensado daquele que talvez lhe falte, por faculdades capazes primeiro de o substituírem e depois de elevá-lo muito acima do que era, começará, pois, pelas funções puramente animais[h]: perceber e sentir será seu primeiro estado, que lhe será comum com todos os animais. Querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase as únicas operações de sua alma até que novas circunstâncias nele provoquem novos desenvolvimentos.

Digam o que disserem os moralistas, o entendimento humano deve muito às paixões, que, segundo uma opinião geral, lhe devem muito também: é pela sua atividade que nossa razão se aperfeiçoa; só buscamos conhecer por desejarmos usufruir, não sendo possível conceber por que aquele que não tivesse desejos nem temores se daria ao trabalho de raciocinar. As paixões, por sua vez, originam-se de nossas necessidades, e seu progresso em nossos conhecimentos, pois só se pode desejar ou temer as coisas conforme as idéias que se pode ter delas, ou pelo mero impulso da natureza; e o homem selvagem, privado de qualquer tipo de luzes, só experimenta as paixões dessa última espécie; seus desejos não ultrapassam suas necessidades físicas[i]. Os únicos bens que conhece no universo são a alimentação, uma fêmea e o descanso; os únicos males que teme são a dor e a fome; digo a dor, e não a morte, pois nunca o animal saberá o que é morrer, e o conhecimento da morte e de seus terrores é uma das primeiras aquisições que o homem fez ao distanciar-se da condição animal.

Ser-me-ia fácil, se tal me fosse necessário, apoiar essa opinião nos fatos e mostrar que, em todas as nações do mundo, os progressos do espírito foram precisamente proporcionais às necessidades que os povos haviam recebido na natureza, ou às quais as circunstâncias os haviam sujeitado e, por conseguinte, às paixões, que os levavam a prover tais necessidades. Mostraria no Egito as artes nascendo e estendendo-se com os transbordamentos do Nilo; acompanharia seu progresso entre os gregos, entre os quais as vemos germinar, crescer e elevar-se até o céu entre as areias e os rochedos da Ática, sem poderem lançar raízes nas margens férteis do Eurotas; obser-

varia que em geral os povos do Norte são mais industriosos do que os do Sul por terem menos condições de viver sem o ser, como se a natureza quisesse igualar as coisas, dando aos espíritos a fertilidade que recusa à terra.

Mas, sem recorrer aos incertos testemunhos da história, quem não verá que tudo parece afastar do homem selvagem a tentação e os meios de deixar de sê-lo? Sua imaginação nada lhe descreve, seu coração nada lhe pede. Suas módicas necessidades encontram-se tão facilmente ao alcance da mão e ele está tão longe do grau de conhecimentos necessários para desejar adquirir outros maiores, que não pode ter nem previdência, nem curiosidade. O espetáculo da natureza, à força de se lhe tornar familiar, torna-se-lhe indiferente. É sempre a mesma ordem, são sempre as mesmas revoluções; não tem o espírito de espantar-se com as maiores maravilhas, e não é nele que se deve procurar a filosofia de que o homem necessita para saber observar uma vez o que tem visto todos os dias. Sua alma, que nada agita, entrega-se apenas ao sentimento de sua existência atual, sem nenhuma idéia do futuro, por mais próximo que possa ser, e seus projetos, limitados como as suas vistas, mal se estendem ao fim do dia. Tal é ainda hoje o grau de previdência do caraíba: de manhã, vende seu colchão de algodão e, à noite, vem chorar para recomprá-lo, por não haver previsto que careceria dele para a noite seguinte.

Quanto mais se medita sobre esse assunto, mais aumenta aos nossos olhos a distância das puras sensações aos conhecimentos simples; e é impossível conceber como um homem poderia ter, somente por suas forças, sem o auxílio da comunicação e sem o aguilhão da necessidade, transposto tão grande intervalo. Quantos sé-

culos se terão talvez escoado antes que os homens estivessem aptos para ver outro fogo que não o do céu? Quantos diferentes acasos não lhes foram necessários para aprender os usos mais comuns desse elemento? Quantas vezes não o deixaram apagar antes de ter adquirido a arte de reproduzi-lo? E quantas vezes talvez cada um desses segredos não terá morrido com quem o descobrira? O que diremos nós da agricultura, arte que requer tanto trabalho e previdência, que depende de outras artes, que com toda evidência só é praticável numa sociedade pelo menos iniciada e que não nos serve tanto para extrair da terra alimentos que ela forneceria bem sem isso como para forçá-la às preferências que são mais de nosso gosto? Suponhamos, porém, que os homens se houvessem multiplicado tanto que as produções naturais já não bastassem para alimentá-los; suposição que, diga-se de passagem, mostraria para a espécie humana uma grande vantagem nessa maneira de viver; suponhamos que, sem forjas e sem oficinas, os instrumentos agrícolas houvessem caído do céu nas mãos dos selvagens; que esses homens houvessem vencido o ódio mortal que todos eles sentem por um trabalho contínuo; que houvessem aprendido a prever de tão longe suas necessidades, que houvessem adivinhado como se deve cultivar a terra, semear as sementes e plantar as árvores; que houvessem descoberto a arte de moer o trigo e de fermentar a uva; todas as coisas que lhes foi preciso aprender com os deuses por não se poder conceber como as teriam aprendido sozinhos; qual seria, depois disso, o homem insensato o suficiente para atormentar-se na cultura de um campo que será despojado pelo primeiro a chegar, homem ou bicho, indiferentemente, a quem con-

vier tal colheita? E como cada qual poderá resolver-se a passar a vida num trabalho penoso, cujo prêmio está tanto mais certo de não recolher quanto mais necessário este lhe será? Em suma, como tal situação poderá levar os homens a cultivar a terra, enquanto esta não for dividida entre eles, ou seja, enquanto o estado de natureza não for suprimido?

Ainda que quiséssemos supor um homem selvagem tão hábil na arte de pensar como nos fazem supor os nossos filósofos; ainda que fizéssemos dele mesmo, a exemplo dos nossos, um filósofo, que descobrisse por si só as mais sublimes verdades, elaborasse, mediante seqüências de raciocínios muito abstratos, máximas de justiça e de razão tiradas do amor à ordem em geral, ou da vontade conhecida de seu Criador; em suma, ainda que lhe supuséssemos no espírito o tanto de inteligência e de luzes que deveria ter e que, na verdade, nele encontramos de lentidão e de estupidez, que utilidade retiraria a espécie humana de toda essa metafísica, que não poderia ser comunicada e pereceria com o indivíduo que a houvesse inventado? Que progressos poderia fazer o gênero humano disperso nos bosques entre os animais? E até que ponto poderiam aperfeiçoar-se e esclarecer-se mutuamente homens que, não tendo domicílio fixo nem a menor necessidade um do outro, talvez se encontrassem apenas duas vezes na vida, sem se conhecer e sem se falar?

Se pensarmos quantas idéias devemos ao uso da palavra, como a gramática exercita e facilita as operações do espírito; e se pensarmos nos esforços inconcebíveis e no tempo infinito que deve ter custado a primeira invenção das línguas; se juntarmos essas reflexões às anterio-

res, avaliaremos quantos milhares de séculos foram necessários para desenvolver sucessivamente no espírito humano as operações de que era capaz.

Que me seja permitido considerar por um instante os empecilhos para a origem das línguas. Poderia contentar-me em citar ou repetir aqui as pesquisas que o abade de Condillac* fez sobre esse assunto, as quais confirmam todas, plenamente, a minha opinião e talvez tenham me dado a primeira idéia a esse respeito. Mas, como a maneira pela qual esse filósofo resolve as dificuldades, que apresenta a si mesmo, sobre a origem dos sinais instituídos mostram ter ele suposto o que eu coloco em discussão – a saber, uma espécie de sociedade já estabelecida entre os inventores da linguagem –, creio, voltando às suas reflexões, dever juntar-lhes as minhas para expor as mesmas dificuldades à luz que convém ao meu assunto. A primeira que se apresenta é imaginar como elas puderam tornar-se necessárias, pois, não tendo os homens nenhuma correspondência entre si, nem necessidade alguma de tê-la, não se concebe a necessidade dessa invenção, nem a sua possibilidade, se não foi indispensável. Poderia eu dizer, como muitos outros, que as línguas nasceram no relacionamento doméstico dos pais, das mães e dos filhos; porém, além de tal fato não resolver as objeções, seria cometer o erro daqueles que, raciocinando sobre o estado de natureza, transportam para ele as idéias adquiridas na sociedade, vêem sempre a família reunida numa mesma habitação, e seus mem-

* Étienne de Condillac (1715-1780), amigo de Rousseau e de Diderot e chefe da escola sensualista, elaborou uma teoria sobre a origem das línguas. (N. da T.)

bros conservando entre si uma união tão íntima e permanente como entre nós, em que tantos interesses comuns os reúnem; ao passo que, nesse estado primitivo, não tendo nem casa, nem cabanas, nem propriedade de nenhuma espécie, cada qual se abrigava a esmo e em geral por uma única noite; os machos e as fêmeas uniam-se fortuitamente conforme o acaso, a ocasião e o desejo, sem que a palavra fosse um intérprete muito necessário das coisas que tinham para se dizer, e separavam-se com a mesma facilidade[j]. A mãe de início amamentava os filhos por sua própria necessidade, depois, tendo o hábito lhos tornado queridos, alimentava-os pela necessidade deles. Logo que tinham forças para procurar seu alimento, eles não tardavam em deixar a própria mãe e, como quase não havia outro meio de encontrar-se senão o de não se perder de vista, logo chegavam ao ponto de nem sequer se reconhecerem uns aos outros. Notai ainda que, tendo o filho todas as suas necessidades para explicar e, por conseguinte, mais coisas para dizer à mãe do que a mãe ao filho, ele é que deve contribuir mais para a invenção, e a língua que emprega deve ser em grande parte obra sua; isso multiplica a língua em tantas quantos indivíduos houver para falá-las, ao que contribui também a vida errante e vagabunda que não dá a nenhum idioma o tempo de ganhar consistência; porque dizer que a mãe dita ao filho as palavras que ele deverá utilizar para pedir-lhe isto ou aquilo mostra bem como se ensinam línguas já formadas, mas não explica como elas se formam.

Suponhamos essa primeira dificuldade vencida; transponhamos por um momento o imenso espaço que devia haver entre o puro estado de natureza e a necessidade das línguas, e procuremos, supondo-as necessárias[l], como

puderam começar a estabelecer-se. Nova dificuldade, pior ainda do que a anterior, pois, se os homens precisaram da palavra para aprender a pensar, precisaram muito mais ainda saber pensar para descobrir a arte da palavra; e, mesmo que se compreendesse como os sons da voz foram tomados por intérpretes convencionais de nossas idéias, ainda assim restaria saber quais puderam ser os próprios intérpretes dessa convenção para as idéias que, não tendo um objeto sensível, não podiam ser indicadas nem pelo gesto, nem pela voz. Assim, apenas se podem formar conjeturas passáveis sobre o nascimento dessa arte de comunicar os pensamentos e de estabelecer uma relação entre os espíritos, arte sublime, que já está tão longe de sua origem, mas que o filósofo ainda vê a uma distância tão prodigiosa de sua perfeição que não há um homem bastante ousado para assegurar que um dia ele a atingiria, ainda que as revoluções que o tempo inevitavelmente traz fossem suspensas em seu favor, os preconceitos saíssem das academias ou se calassem diante delas, e estas pudessem ocupar-se desse espinhoso assunto durante séculos inteiros sem interrupção.

A primeira linguagem do homem, a linguagem mais universal, a mais enérgica e a única de que precisou antes de ter de persuadir homens reunidos, é o grito da natureza. Como tal grito só era arrancado por uma espécie de instinto nas ocasiões prementes, para implorar socorro nos grandes perigos, ou consolo nos males violentos, não era muito usado no curso comum da vida, no qual reinam sentimentos mais moderados. Quando as idéias dos homens começaram a estender-se e a multiplicar-se, e estabeleceu-se entre eles uma comunicação mais estreita, procuraram sinais mais numerosos e uma lin-

guagem mais extensa; multiplicaram as inflexões da voz e lhe acrescentaram os gestos que, por sua natureza, são mais expressivos, e cujo sentido depende menos de uma determinação anterior. Expressavam portanto os objetos visíveis e móveis mediante gestos, e os que feriam os ouvidos, mediante sons imitativos; mas, como o gesto quase que só indica os objetos presentes, ou fáceis de serem descritos, e as ações visíveis, como não é de uso universal, porquanto a obscuridade ou a interposição de um corpo o tornam inútil e, como ele mais exige a atenção do que a estimula, tiveram por fim a idéia de substituí-lo pelas articulações da voz que, sem terem a mesma relação com certas idéias, são mais apropriadas para representar todas elas como sinais instituídos; substituição que só pôde ocorrer com um consentimento comum e de uma maneira bastante difícil de ser praticada por homens cujos órgãos grosseiros ainda não tinham nenhum exercício, e mais difícil ainda de ser concebida em si mesma, já que esse acordo unânime teve de ser motivado, e a palavra parece ter sido muito necessária para estabelecer o uso da palavra.

Deve-se julgar que as primeiras palavras utilizadas pelos homens tiveram em seu espírito um significado muito mais amplo do que têm aquelas empregadas nas línguas já formadas, e que, ignorando a divisão do discurso em suas partes constitutivas, deram inicialmente a cada palavra o sentido de uma proposição inteira. Quando começaram a distinguir o sujeito do atributo, e o verbo do substantivo, o que foi um grande esforço do espírito, os substantivos a princípio foram apenas outros tantos nomes próprios, o infinitivo foi o único tempo dos verbos e, no tocante aos adjetivos, a noção só deve ter-

se desenvolvido com muita dificuldade, porque todo adjetivo é uma palavra abstrata, e as abstrações são operações penosas e pouco naturais.

Cada objeto recebeu de início um nome particular, sem levar em consideração os gêneros e as espécies, que esses primeiros instituidores não estavam em condições de distinguir; e todos os indivíduos se apresentaram isolados a seu espírito, como estão no quadro da natureza. Se um carvalho se chamava A, outro carvalho se chamava B, de modo que, quanto mais limitados eram os conhecimentos, mais extenso tornava-se o dicionário. A confusão de toda essa nomenclatura não pôde ser resolvida facilmente, pois para classificar os seres em denominações comuns e genéricas, cumpria conhecer-lhes as propriedades e as diferenças; impunham-se observações e definições, ou seja, noções de história natural e de metafísica, muito mais do que os homens daquele tempo podiam ter.

Aliás, as idéias gerais só podem introduzir-se no espírito com o auxílio das palavras, e o entendimento só as apreende por meio das proposições. Esta é uma das razões por que os animais não poderiam formar tais idéias nem jamais adquirir a perfectibilidade que dependem delas. Quando um macaco vai sem hesitar de uma noz para outra, pensar-se-á que tenha a idéia geral dessa espécie de fruto e que compare seu arquétipo com esses dois indivíduos? Provavelmente não; mas a visão de uma dessas nozes traz à sua memória as sensações que recebeu da outra, e seus olhos, de certa maneira modificados, anunciam ao seu paladar a modificação que vai receber. Qualquer idéia geral é puramente intelectual; por pouco que a imaginação nela interfira, a idéia torna-se

imediatamente particular. Tentai traçar a imagem de uma árvore em geral e jamais conseguireis; mesmo sem querer, tereis de vê-la pequena ou grande, rala ou frondosa, clara ou escura e, se dependesse de vós só ver nela o que se encontra em todas as árvores, essa imagem já não se pareceria com uma árvore. Os seres puramente abstratos são vistos do mesmo modo, ou concebidos apenas pelo discurso. Somente a definição do triângulo vos dá a verdadeira idéia dele: assim que figurardes um em vosso espírito, será um determinado triângulo e não outro, e não podeis evitar deixar-lhe as linhas sensíveis ou o plano colorido. Logo, é mister enunciar proposições, é mister falar para ter idéias gerais, pois, assim que a imaginação se detém, o espírito só se desenvolve com o auxílio do discurso. Portanto, se os primeiros inventores não puderam dar nomes senão às idéias que já tinham, conclui-se que os primeiros substantivos jamais puderam ser senão nomes próprios.

Mas quando, por meios que não concebo, nossos novos gramáticos começaram a ampliar suas idéias e a generalizar suas palavras a ignorância dos inventores teve de sujeitar esse método a limites muito estreitos; e, como a princípio haviam multiplicado demais os nomes dos indivíduos por não conhecerem os gêneros e as espécies, estabeleceram depois muito poucas espécies e gêneros por não terem considerado os seres em todas as suas diferenças. Para levar as divisões longe o suficiente, impor-se-iam mais experiência e luzes do que podiam ter e mais investigações e trabalho do que queriam realizar. Ora, se mesmo hoje descobrem-se todos os dias novas espécies que haviam escapado até agora a todas as nossas observações, pode-se imaginar quantas devem

ter-se furtado a homens que só julgavam as coisas pelo seu primeiro aspecto! Quanto às classes primitivas e às noções mais gerais, é supérfluo acrescentar que também elas devem ter-lhes escapado. Como, por exemplo, teriam eles imaginado ou entendido as palavras matéria, espírito, substância, modo, figura, movimento, uma vez que mesmo os nossos filósofos, que as utilizam há tanto tempo, têm grande dificuldade para entendê-las, e, sendo puramente metafísicas as idéias relacionadas com tais palavras, não encontravam eles nenhum modelo delas na natureza?

Detenho-me nesses primeiros passos e suplico aos meus juízes que suspendam aqui sua leitura para considerar, baseando-se na invenção dos simples substantivos físicos, ou seja, na parte da língua mais fácil de descobrir, o caminho que lhe resta fazer para expressar todos os pensamentos dos homens, para adquirir uma forma constante, poder ser falada em público e influir na sociedade. Suplico-lhes que reflitam no tempo e nos conhecimentos que foram necessários para encontrar os números[m], as palavras abstratas, os aoristos e todos os tempos dos verbos, as partículas, a sintaxe, ligar as proposições, os raciocínios e formar toda a lógica do discurso. Quanto a mim, assustado com dificuldades que se multiplicam e convencido da impossibilidade quase demonstrada de que as línguas possam ter nascido e se estabelecido por meios puramente humanos, deixo a quem quiser empreendê-la a discussão do difícil problema de saber o que foi o mais necessário: a sociedade já constituída para a instituição das línguas, ou as línguas já inventadas para o estabelecimento da sociedade.

Sejam quais forem essas origens, vê-se pelo menos, no pouco cuidado que teve a natureza em aproximar os

homens por necessidades mútuas e em lhes facilitar o uso da palavra, quão mal ela preparou a sociabilidade deles e quão pouco de si mesma colocou em tudo quanto eles fizeram para lhes estabelecer os vínculos. Com efeito, é impossível imaginar por que, nesse estado primitivo, um homem teria mais necessidade de outro homem do que um macaco ou um lobo de seu semelhante, ou, pressuposta tal necessidade, que motivo poderia levar o outro a supri-la, ou mesmo, neste último caso, como poderiam eles combinar as condições entre si. Sei que nos repetem sem cessar que nada teria sido tão miserável como o homem nesse estado; e, se for verdade, como creio tê-lo provado, que só depois de muitos séculos ele poderia ter o desejo e a oportunidade de sair desse estado, seria o caso de inculpar a natureza, e não aquele que ela teria assim constituído. Mas, se bem entendo o termo *miserável*, trata-se de uma palavra sem o menor sentido, ou que significa apenas uma privação dolorosa e o sofrimento do corpo ou da alma. Ora, gostaria muito que me explicassem qual pode ser o gênero de miséria de um ser livre cujo coração está em paz e o corpo com saúde. Pergunto qual delas, a vida civil ou natural, é mais sujeita a tornar-se insuportável àqueles que a usufruem. A nossa volta, quase que só vemos pessoas que se queixam de sua existência, várias até que dela se privam quando lhes é possível, e o conjunto das leis divinas e humanas mal basta para deter tal desordem. Pergunto se um dia ouviu-se dizer que um selvagem em liberdade tenha somente pensado em queixar-se da vida e em provocar a própria morte. Que se julgue, pois, com menos orgulho de que lado está a verdadeira miséria. Nada, pelo contrário, seria tão miserável quanto o homem selvagem ofuscado pelas luzes, atormentado

pelas paixões, e raciocinando sobre um estado diferente do seu. Foi por uma providência muito sábia que as faculdades potenciais do homem só puderam desenvolver-se nas ocasiões de serem exercidas, a fim de que não lhe fossem supérfluas e onerosas antes do tempo nem tardias e inúteis no momento de necessidade. Tinha ele no mero instinto tudo quanto lhe era preciso para viver no estado de natureza, numa razão cultivada, não tem senão o que lhe é preciso para viver em sociedade.

Parece, a princípio, que os homens nesse estado, não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral, nem deveres conhecidos, não poderiam ser bons nem maus, e não tinham vícios nem virtudes, a menos que, tomando essas palavras num sentido físico, chamemos vícios do indivíduo às qualidades que podem prejudicar-lhe a própria conservação, e virtudes àquelas que podem contribuir para ela; nesse caso, deveríamos chamar de mais virtuoso aquele que resistisse menos aos simples impulsos da natureza. Porém, sem nos afastarmos do sentido comum, é oportuno suspender o juízo que poderíamos fazer de tal situação e desconfiarmos de nossos juízos antecipados até que, com a balança na mão, tenhamos examinado se há mais virtudes do que vícios entre os homens civilizados, ou se suas virtudes são mais proveitosas do que são funestos seus vícios, ou se o progresso de seus conhecimentos é uma compensação suficiente dos males que se fazem mutuamente, à medida que se vão instruindo sobre o bem que deveriam fazer uns aos outros, ou se não estariam, afinal de contas, numa situação mais feliz, de não ter nem mal por temer nem bem por esperar de ninguém, do que a de estarem submetidos a uma dependência universal e

a de se obrigarem a receber tudo daqueles que não se obrigam a nada lhes dar.

Não vamos, sobretudo, concluir com Hobbes que, por não ter a menor idéia da bondade, o homem seja naturalmente mau; que seja vicioso por não conhecer a virtude; que sempre recuse aos seus semelhantes favores que não crê dever-lhes; nem que, em virtude do direito, que se atribui com razão, às coisas de que necessita, imagine loucamente ser o único proprietário de todo o universo. Hobbes viu muito bem o defeito de todas as definições modernas do direito natural, mas as conseqüências que tira da sua mostram que a toma num sentido que não é menos falso. Raciocinando sobre os princípios que estabeleceu, esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado com a nossa conservação é menos prejudicial à conservação alheia, esse estado era, conseqüentemente, o mais apropriado para a paz e o mais conveniente ao gênero humano. Ele diz justamente o contrário, por ter introduzido impropriamente no cuidado com a conservação do homem selvagem a necessidade de satisfazer uma imensa quantidade de paixões que são obra da sociedade e tornaram necessárias as leis. O mau, diz ele, é uma criança robusta; resta saber se o homem selvagem é uma criança robusta. Mesmo que se concordasse com isso, o que concluiria ele? Que se esse homem, quando é robusto, fosse tão dependente dos outros como quando é fraco não haveria um tipo de excessos que não praticasse; bateria na mãe quando ela demorasse muito para dar-lhe o seio; estrangularia um de seus irmãos mais jovens quando este o incomodasse; morderia a perna do outro quando este o contrariasse ou perturbasse. Entretanto, ser robusto e dependente são duas suposições contraditórias no estado de natureza; o homem é fraco quando é dependente e é emancipado antes de ser robusto. Hobbes não viu que a mesma causa que impede os selvagens de usar da razão, como pretendem nossos jurisconsultos, impede-os ao mesmo tempo de abusar de suas faculdades, como ele mesmo pretende; de sorte que se poderia dizer que os selvagens não são maus justamente por não saberem o que é serem bons, pois não é nem o desenvolvimento das luzes, nem o freio da lei, mas sim a calma das paixões e a ignorância dos vícios que os impedem de proceder mal: *Tanto plus in illis proficit vitiorum ignoratio, quam in his cognitio virtutis**. Há, aliás, outro princípio que Hobbes não percebeu e que, tendo sido dado ao homem para amenizar, em certas circunstâncias, a ferocidade de seu amor-próprio ou o desejo de se conservar antes do nascimento desse amor[n], tempera o ardor que ele tem por seu bem-estar com uma repugnância inata em ver sofrer seu semelhante. Não creio ter de temer nenhuma contradição ao conceder ao homem a única virtude natural que o detrator mais exaltado das virtudes humanas seria forçado a reconhecer. Falo da piedade, disposição conveniente a seres tão fracos e sujeitos a tantos males quanto o somos; virtude tanto mais universal e tanto mais útil ao homem por preceder nele o uso de qualquer reflexão, e tão natural que os próprios bichos às vezes dão sinais perceptíveis dela. Sem falar da ternura das mães por seus filhotes, e dos perigos que enfrentam para protegê-los, observa-se todos os dias a repugnância que sentem os cavalos em calcar aos pés

* Citação de Justino, *Histórias* II, 2. (N. da T.)

um corpo vivo; um animal não passa sem inquietação ao lado de um animal morto de sua espécie; há até alguns que lhes dão uma espécie de sepultura, e os tristes mugidos do gado ao entrar num matadouro anunciam a impressão que recebe do horrível espetáculo que o impressiona. Vê-se com prazer o autor da *Fábula das abelhas**, forçado a reconhecer o homem como um ser compassivo e sensível, sair, no exemplo que dá, de seu estilo frio e sutil para nos oferecer a patética imagem de um homem aprisionado que avista do lado de fora um animal feroz arrancando uma criança do seio da mãe, partindo-lhe com os dentes assassinos os fracos membros e estraçalhando com as unhas as entranhas palpitantes da criança. Que tremenda agitação não sente essa testemunha de um acontecimento pelo qual não tem nenhum interesse pessoal? Que angústias não sofre ao ver aquilo, por não poder prestar nenhum socorro à mãe desfalecida nem à criança agonizante?

Tal é o movimento puro da natureza, anterior a qualquer reflexão; tal é a força da piedade natural, que os costumes mais depravados ainda têm dificuldade de destruir, pois que vemos todos os dias, em nossos espetáculos, enternecer-se e chorar-se pelas desventuras de um desafortunado, aquele mesmo que, se estivesse no lugar do tirano, agravaria ainda mais os tormentos de seu inimigo. [Como o sanguinário Sila, tão sensível aos males que não havia causado, ou aquele Alexandre de Feras, que não ousava assistir à representação de ne-

* Bernard de Mandeville, escritor e médico inglês nascido na Holanda em 1670 e morto em 1733 na Inglaterra, é o autor da *Fábula das abelhas*, na qual sustenta que os vícios individuais são mais proveitosos do que as virtudes para a sociedade. (N. da T.)

nhuma tragédia, temendo que o vissem gemer com Andrômeda e Príamo, enquanto ouvia sem emoção os gritos de tantos cidadãos que, todos os dias, eram degolados por sua ordem.

Mollissima corda
Humane generi dare se natura fatetur,
Quae lacrymas dedit.]*

Mandeville percebeu bem que, com toda a sua moral, os homens nunca teriam passado de monstros se a natureza não lhes houvesse concedido a piedade para o apoio da razão; não viu, porém, que somente dessa qualidade decorrem todas as virtudes sociais que quer contestar nos homens. Com efeito, o que são a generosidade, a clemência, a humanidade, senão a piedade aplicada aos fracos, aos culpados, ou à espécie humana em geral? Mesmo a benevolência e a amizade são, em suma, produções de uma piedade constante, fixada num objeto particular, pois desejar que alguém não sofra será diferente de desejar que seja feliz? Ainda que fosse verdade que a comiseração não passa de um sentimento que nos coloca no lugar daquele que sofre, sentimento obscuro e vivo no homem selvagem, desenvolvido, mas fraco no homem civil, o que importaria essa idéia para a verdade do que digo, senão para dar-lhe mais força? Com efeito, a comiseração será tanto mais enérgica quanto mais intimamente o animal espectador se identificar com o animal sofredor. Ora, é evidente que essa identificação deve ter sido infinitamente mais estreita no estado de nature-

* Juvenal, *Sátira* XV, v. 131. Acréscimo da edição de 1782. (N. da T.)

za do que no estado de raciocínio. É a razão que engendra o amor-próprio e é a reflexão que o fortalece; é ela que faz o homem ensimesmar-se; é ela que o separa de tudo quanto o incomoda e o aflige. É a filosofia que o isola; é por sua causa que ele diz em segredo, ao ver um homem que sofre: "Perece, se quiseres, que eu estou em segurança." Somente os perigos que abarcam a sociedade inteira perturbam o sono tranqüilo do filósofo e o arrancam do leito. Pode-se impunemente degolar seu semelhante embaixo da sua janela, basta-lhe pôr as mãos sobre os ouvidos e argumentar um pouco consigo mesmo para impedir a natureza, que nele se revolta, de identificar-se com aquele que assassinam. O homem selvagem não tem esse admirável talento e, por falta de sabedoria e de razão, vemo-lo sempre entregar-se estouvadamente ao primeiro sentimento de humanidade. Nas rebeliões, nas brigas das ruas, o populacho se reúne, o homem prudente se afasta; é a canalha, são as mulheres dos mercados que separam os combatentes e impedem as pessoas de bem de degolarem-se reciprocamente.

Portanto, é certo que a piedade é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a atividade do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie. É ela que nos leva a socorrer, sem refletir, aqueles que vemos sofrer; é ela que, no estado de natureza, substitui leis, costumes e virtude, com a vantagem de ninguém ficar tentado a desobedecer-lhe a doce voz; é ela que tolherá qualquer selvagem robusto de tirar de uma criança fraca, ou de um velho enfermo, sua subsistência adquirida a duras penas, se ele mesmo espera poder encontrar a sua em outro lugar; é ela que, em vez desta máxima sublime da justiça ponderada: *Faze ao próximo o que queres que te façam*, inspira a todos os homens esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, porém talvez mais útil do que a precedente: *Alcança teu bem com o menor mal possível para o próximo.* É, em suma, nesse sentimento natural, mais do que nos argumentos sutis, que se deve procurar a causa da repugnância que todo homem experimentaria ao fazer o mal, mesmo independentemente das máximas da educação. Conquanto possa pertencer a Sócrates e aos espíritos de sua têmpera adquirir a virtude pela razão, há muito tempo o gênero humano já não existiria, se sua conservação só dependesse dos raciocínios daqueles que o compõem.

Com paixões tão pouco ativas e um freio tão salutar, os homens, antes selvagens do que maus e mais preocupados em proteger-se do mal que podiam receber do que tentados a fazê-lo a outrem, não estavam sujeitos a rixas muito perigosas; como não tinham entre si nenhum tipo de relações e não conheciam, conseqüentemente, nem a vaidade, nem a consideração, nem a estima, nem o desprezo; como não tinham a menor noção do teu e do meu, nem nenhuma verdadeira idéia da justiça e olhavam as violências que podiam sofrer como um mal fácil de reparar, e não como uma injúria que se deve punir, e nem sequer pensavam em vingança a não ser maquinalmente e no momento, do mesmo modo que o cão morde a pedra que lhe atiram – suas disputas raramente teriam conseqüências sangrentas, se não tivessem motivo mais palpável do que o alimento. Vejo porém um mais perigoso, de que me falta falar.

Entre as paixões que agitam o coração do homem, existe uma ardente, impetuosa, que torna um sexo ne-

cessário ao outro, paixão terrível que enfrenta todos os perigos, derruba todos os obstáculos e que, em seus furores, parece própria para destruir o gênero humano que é destinada a conservar. O que se tornarão os homens, às voltas com essa gana desenfreada e brutal, sem pudor, sem comedimento e todos os dias disputando entre si seus amores à custa de seu sangue?

Cumpre convir, primeiramente, que, quanto mais violentas são as paixões, mais necessárias são as leis para contê-las; porém, não só as desordens e os crimes que estas causam todos os dias entre nós mostram bem a insuficiência das leis a esse respeito, mas também seria bom examinar se essas desordens não nasceram com as próprias leis, porque então, ainda que estas fossem capazes de reprimi-las, o menos que se deveria exigir é que detivessem um mal que não existiria sem elas.

Comecemos por distinguir o moral do físico no sentimento amoroso. O físico é esse desejo geral que leva um sexo a unir-se ao outro; o moral é o que determina tal desejo e o fixa exclusivamente num único objeto, ou que, pelo menos, lhe propicia um maior grau de energia para esse objeto preferido. Ora, é fácil ver que a moral do amor é um sentimento factício, nascido do convívio na sociedade, e celebrado pelas mulheres com muita habilidade e cuidado a fim de estabelecerem seu império e tornar dominante o sexo que deveria obedecer. Sendo esse sentimento fundamentado em certas noções do mérito ou da beleza que um selvagem é incapaz de ter, e em comparações que ele é incapaz de fazer, deve ser quase nulo para ele. Porque, como seu espírito não pôde formar idéias abstratas de regularidade e de proporção, seu coração também não é suscetível dos senti-

mentos de admiração e de amor que, mesmo sem que o percebamos, nascem da aplicação dessas idéias. Ele ouve unicamente o temperamento que recebeu da natureza, e não o gosto que não pôde adquirir, e qualquer mulher lhe serve.

Limitados somente ao aspecto físico do amor, e bastante felizes para ignorar essas preferências que lhes exacerbam o sentimento e lhes aumentam as dificuldades, os homens devem sentir com menos freqüência e menos intensidade os ardores do temperamento e, por conseguinte, ter entre si disputas mais raras e menos cruéis. A imaginação, que provoca tantos estragos entre nós, não fala a corações selvagens; cada qual aguarda calmamente o impulso da natureza, entrega-se a ele sem escolha, com mais prazer do que furor, e, satisfeita a necessidade, extingue-se todo o desejo.

É portanto incontestável que o próprio amor, assim como todas as outras paixões, só na sociedade adquiriu esse ardor impetuoso que tantas vezes o torna funesto aos homens, e que é ainda mais ridículo representar os selvagens como que se degolando mutuamente sem tréguas para saciar sua brutalidade por tal opinião ser diretamente contrária à experiência, e por serem os caraíbas, dentre todos os povos existentes, o que até agora menos se distanciou do estado de natureza, justamente os mais tranqüilos em seus amores e os menos sujeitos ao ciúme, conquanto vivam num clima abrasador que sempre parece imprimir maior atividade a essas paixões.

No tocante às induções que se poderiam tirar, nas várias espécies de animais, dos combates dos machos que sempre ensangüentam nossos quintais ou que, na primavera, fazem ressoar nossas florestas com seus gritos ao

disputarem as fêmeas, cumpre começar por excluir todas as espécies em que a natureza estabeleceu claramente, no poder relativo dos sexos, relações diferentes das nossas; assim, as brigas dos galos não constituem uma indução para a espécie humana. Nas espécies em que a proporção é mais bem observada, esses combates só podem ter como causas a raridade das fêmeas em comparação ao número dos machos, ou os intervalos exclusivos durante os quais a fêmea recusa constantemente a aproximação do macho, o que equivale à primeira causa, pois, se cada fêmea tolera o macho só durante dois meses por ano, é como se o número de fêmeas fosse menor do que cinco sextos. Ora, nenhum desses dois casos é aplicável à espécie humana, na qual o número das fêmeas ultrapassa geralmente o dos machos e na qual nunca se observou, mesmo entre os selvagens, terem as fêmeas, como as de outras espécies, períodos de cio e de exclusão. Ademais, entre vários desses animais, como toda a espécie entra ao mesmo tempo em efervescência, chega um terrível momento de ardor geral, de tumulto, de desordem e de combate, momento que não ocorre entre a espécie humana, em que o amor jamais é periódico. Logo, não se pode concluir dos combates de certos animais pela posse das fêmeas que o mesmo sucederia ao homem no estado de natureza; e ainda que se pudesse tirar essa conclusão, como essas dissensões não destroem as outras espécies, deve-se pensar ao menos que não seriam mais funestas à nossa, e é muito evidente que lhe causariam ainda menos estrago do que causam na sociedade, sobretudo nos países em que, sendo os costumes ainda levados em certa conta, o ciúme dos amantes e a vingança dos maridos provocam todos os dias

duelos, assassínios e coisas piores, em que o dever de uma fidelidade eterna só serve para provocar adultérios e mesmo as leis da continência e da honra aumentam necessariamente a devassidão e multiplicam os abortos.

Concluamos que, errando pelas florestas, sem engenho, sem a palavra, sem domicílio, sem guerra e sem vínculos, sem a menor necessidade de seus semelhantes, assim como sem nenhum desejo de prejudicá-los, talvez até sem jamais reconhecer algum deles individualmente, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, tinha apenas os sentimentos e as luzes próprias desse estado, sentia apenas suas verdadeiras necessidades, só olhava o que acreditava ter interesse de ver e sua inteligência não fazia mais progressos do que sua vaidade. Se porventura fazia alguma descoberta, não podia comunicá-la, pois nem sequer os filhos reconhecia. A arte perecia com o inventor; não havia educação nem progresso, as gerações se multiplicavam inutilmente e, partindo cada uma sempre do mesmo ponto, os séculos escoavam-se em toda a grosseria das primeiras épocas, a espécie já estava velha e o homem continuava a ser sempre criança.

Se me estendi tanto sobre a suposição dessa condição primitiva, foi porque, tendo de destruir antigos erros e preconceitos inveterados, achei que devia escavar até a raiz e mostrar, no quadro do verdadeiro estado de natureza, como a desigualdade, mesmo natural, está longe de ter nesse estado tanta realidade e influência como pretendem nossos escritores.

Com efeito, é fácil ver que, entre as diferenças que distinguem os homens, passam por naturais muitas que são unicamente obra do hábito e dos diversos gêneros

de vida que os homens adotam na sociedade. Assim, um temperamento robusto ou delicado, a força e a fraqueza que daí decorrem, provêm amiúde mais da maneira rude ou efeminada pela qual se foi educado do que da constituição primitiva do corpo. Dá-se o mesmo com as forças do espírito; e a educação não só introduz diferença entre os espíritos cultos e aqueles que não o são, mas também aumenta a que existe entre os primeiros em proporção da cultura, pois, quando um gigante e um anão caminham na mesma estrada, cada passo que um e outro derem propiciará uma nova vantagem ao gigante. Ora, se compararmos a prodigiosa diversidade de educações e de gêneros de vida que reina nas diferentes ordens do estado civil com a simplicidade e a uniformidade da vida animal e selvagem, em que todos se nutrem com os mesmos alimentos, vivem da mesma maneira e fazem exatamente as mesmas coisas, compreenderemos quanto deve ser menor a diferença de homem para homem no estado de natureza do que no de sociedade e quanto deve ser aumentada a desigualdade natural na espécie humana pela desigualdade de instituição.

Porém, ainda que a natureza revelasse na distribuição de seus dons tantas preferências como pretendem, que vantagens delas tirariam os mais favorecidos em prejuízo dos demais, num estado de coisas que não admitiria quase nenhum tipo de relação entre eles? Quando não há amor, de que servirá a beleza? De que servirá o espírito a pessoas que não falam, e a astúcia aos que não têm negócios? Ouço sempre repetir que os mais fortes oprimirão os fracos, mas é preciso que me expliquem o que querem dizer com a palavra opressão. Uns dominarão com violência, os outros gemerão subjugados a todos os caprichos deles. Aí está, precisamente, o que observo entre nós, mas não vejo como se poderia dizer isso dos homens selvagens, a quem seria mesmo muito difícil explicar o que é servidão e dominação. Um homem bem poderá apoderar-se dos frutos que outro colheu, da caça que matou, do antro que lhe servia de refúgio; mas como conseguirá ele fazer-se obedecer, e quais poderão ser as cadeias da dependência entre homens que nada possuem? Se me expulsam de uma árvore, o único inconveniente será ir para outra; se me atormentam num lugar, o que me impedirá de ir para outro? E se surgir um homem com uma força bastante superior à minha e, além do mais, bastante depravado, preguiçoso e feroz para forçar-me a prover a sua subsistência enquanto permanece ocioso? Ele terá de resolver-se a não me perder de vista um só instante, a manter-me amarrado com muitíssimo cuidado durante seu sono, temendo que eu escape ou o mate, ou seja, será obrigado a expor-se voluntariamente a um trabalho muito maior do que aquele que quer evitar e do que aquele que me impõe. Depois de tudo isso, e se sua vigilância esmorecer um momento? Se um ruído imprevisto o fizer virar a cabeça? Dou vinte passos pela floresta, meus grilhões são rompidos, e ele não tornará a me ver nunca mais em sua vida.

Sem prolongar inutilmente esses pormenores, cada qual deve ver que, sendo os vínculos da servidão formados somente da dependência mútua dos homens e das necessidades recíprocas que os unem, é impossível subjugar um homem sem colocá-lo antes na situação de não poder dispensar o outro, situação essa que, inexistente no estado de natureza, nele deixa cada qual livre do jugo e torna vã a lei do mais forte.

Depois de haver provado que a desigualdade é apenas perceptível no estado de natureza, e que nele sua influência é quase nula, resta-me mostrar sua origem e seus progressos nos desenvolvimentos sucessivos do espírito humano. Depois de haver mostrado que a *perfectibilidade*, as virtudes sociais e as outras faculdades que o homem natural recebera potencialmente nunca poderiam desenvolver-se por si sós, que para tanto necessitavam do concurso fortuito de várias causas estranhas, que poderiam jamais nascer, e sem as quais ele teria permanecido eternamente em sua condição primitiva, resta-me considerar e relacionar os diferentes acasos que puderam aperfeiçoar a razão humana ao deteriorar a espécie, tornar mau um ser ao torná-lo sociável e, de uma época tão recuada, trazer afinal o homem e o mundo ao ponto em que os vemos.

Confesso que, como os acontecimentos que tenho de descrever podem ter sucedido de várias maneiras, só por conjeturas posso determinar-me pela escolha; mas, além de essas conjeturas se tornarem razões quando são as mais prováveis que se possam tirar da natureza das coisas e os únicos meios com que se possam contar para descobrir a verdade, as conseqüências que quero deduzir das minhas nem por isso serão conjeturais, uma vez que, sobre os princípios que acabo de estabelecer, seria impossível formar qualquer outro sistema que não me fornecesse os mesmos resultados e do qual eu não pudesse tirar as mesmas conclusões.

Isso me dispensará de estender minhas reflexões sobre a maneira pela qual o lapso de tempo compensa a pouca verossimilhança dos acontecimentos; sobre o surpreendente poder das causas insignificantes quando agem

sem interrupção; sobre a impossibilidade de, por um lado, destruirmos certas hipóteses se, pelo outro, não estivermos em condições de conferir-lhes o grau de certeza dos fatos; sobre a razão por que, sendo dois fatos considerados reais e devendo ser ligados por uma seqüência de fatos intermediários, desconhecidos ou olhados como tais, cabe à história, quando a temos, fornecer os fatos que os ligam, em sua falta, cabe à filosofia determinar os fatos semelhantes que os podem ligar; enfim, sobre a razão por que, em matéria de acontecimentos, a similitude reduz os fatos a um número de classes diferentes muito menor do que se imagina. Basta-me oferecer esses objetos à consideração de meus juízes; basta-me tê-lo feito de um modo que os leitores comuns não tivessem necessidade de considerá-los.

Segunda Parte

O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: "Evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!" Porém, ao que tudo indica, então as coisas já haviam chegado ao ponto de não mais poder permanecer como eram, pois essa idéia de propriedade, dependente de muitas idéias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de uma só vez no espírito humano. Foi necessário fazer-se muitos progressos, adquirir-se muito engenho e luzes, transmiti-los e aumentá-los de século em século, antes de se chegar a esse derradeiro limite do estado de natureza. Retomemos, pois, as coisas de mais longe e tratemos de reunir, num único ponto de vista, essa lenta sucessão de acontecimentos e de conhecimentos em sua ordem mais natural.

O primeiro sentimento do homem foi o de sua existência, seu primeiro cuidado, o de sua conservação. As produções da terra lhe forneciam todos os socorros necessários, o instinto levou-o a utilizá-los. Como a fome e outros apetites o faziam experimentar sucessivamente diversas maneiras de existir, houve uma que o convidou a perpetuar sua espécie; e essa inclinação cega, desprovida de qualquer sentimento do coração, não produzia mais que um ato puramente animal. Satisfeita a necessidade, os dois sexos já não se reconheciam e o próprio filho, assim que conseguia viver sem a mãe, nada mais representava para ela.

Tal foi a condição do homem nascente; tal foi a vida de um animal limitado inicialmente às puras sensações e que, aproveitando apenas os dons que lhe oferecia a natureza, estava longe de pensar em extrair-lhe alguma coisa. Mas logo se apresentaram dificuldades e foi preciso aprender a vencê-las: a altura das árvores que o impedia de alcançar-lhe os frutos, a concorrência dos animais que procuravam alimentar-se deles, a ferocidade daqueles que lhe atacavam a própria vida, tudo o obrigou a aplicar-se aos exercícios do corpo; teve de ficar ágil, veloz na corrida e vigoroso no combate. As armas naturais, que são os galhos de árvore e as pedras, logo se encontraram em sua mão. Aprendeu a superar os obstáculos da natureza, a combater quando necessário os outros animais, a disputar sua subsistência com os próprios homens, ou a compensar-se do que tinha de ceder ao mais forte.

À medida que aumentou o gênero humano, as labutas multiplicaram-se com os homens. A diferença dos terrenos, dos climas, das estações forçou-os a incluí-la em

suas maneiras de viver. Anos estéreis, invernos longos e rudes, verões escaldantes, que tudo consomem, exigiram deles um novo engenho. Ao longo do mar e dos rios, inventaram a linha e o anzol e tornaram-se pescadores e ictiófagos. Nas florestas, construíram arcos e flechas e tornaram-se caçadores e guerreiros. Nos países frios, cobriram-se de peles dos animais que haviam matado. O trovão, um vulcão, ou algum feliz acaso, fez que conhecessem o fogo, novo recurso contra o rigor do inverno: aprenderam a conservar esse elemento, depois a reproduzi-lo e, enfim, a preparar nele as carnes que antes devoravam cruas.

Essa comparação reiterada dos diversos seres com ele mesmo e de uns com os outros gerou naturalmente no espírito do homem as percepções de certas relações. As relações que expressamos pelas palavras grande, pequeno, forte, fraco, rápido, lento, temeroso, ousado e outras idéias parecidas, comparadas quando necessário e quase sem pensar, acabaram por produzir-lhe uma certa espécie de reflexão, ou melhor, uma prudência maquinal que lhe indicava as precauções mais necessárias à sua segurança.

As novas luzes, que resultaram desse desenvolvimento, aumentaram-lhe a superioridade sobre os outros animais ao torná-lo ciente dela. Exercitou-se em preparar-lhes armadilhas, ludibriou-os de mil maneiras e, embora muitos o superassem em força no combate, ou em velocidade na corrida, daqueles que podiam servir-lhe ou prejudicá-lo, tornou-se com o tempo o senhor de alguns e o flagelo dos outros. Foi assim que o primeiro olhar que dirigiu a si mesmo produziu-lhe o primeiro movimento de orgulho; foi assim que, mal sabendo ainda

distinguir as categorias, e contemplando-se como o primeiro de sua espécie, preparava-se de longe para pretender-se o primeiro como indivíduo.

Embora seus semelhantes não fossem para ele o que são para nós, e não tivesse muito mais trato com eles do que com os outros animais, não foram esquecidos em suas observações. As conformidades que o tempo veio a fazê-lo perceber entre eles, sua fêmea e ele próprio, fizeram-no conjeturar as que não percebia e, vendo que todos se comportavam como teria ele feito em iguais circunstâncias, concluiu que a maneira de pensar e de sentir deles era inteiramente conforme à sua; e essa importante verdade, bem estabelecida em seu espírito, fê-lo seguir, por um pressentimento mais seguro e mais rápido do que a dialética, as melhores regras de conduta que, para seu proveito e segurança, lhe convinha manter para com eles.

Instruído pela experiência que o amor do bem-estar é o único móbil das ações humanas, encontrou-se em condições de distinguir as raras ocasiões em que o interesse comum devia fazer com que contasse com a assistência de seus semelhantes, e aquelas, mais raras ainda, em que a concorrência devia fazer com que desconfiasse deles. No primeiro caso, unia-se com eles em bando, ou quando muito em alguma espécie de associação livre que não obrigava ninguém e não durava mais que a necessidade passageira que a formara. No segundo, cada qual procurava obter suas vantagens, quer abertamente à força, se acreditasse possuí-la, quer por habilidade e sutileza, caso se sentisse mais fraco.

Eis como puderam os homens adquirir insensivelmente certa idéia grosseira dos compromissos mútuos e

da vantagem de cumpri-los, mas somente o quanto o poderia exigir o interesse presente e palpável, pois a previdência nada representava para eles e, longe de ocupar-se de um futuro distante, não pensavam sequer no dia seguinte. Quando se tratava de pegar um cervo, cada qual bem percebia que para tanto deveria permanecer fielmente em seu posto; porém, se uma lebre viesse a passar ao alcance de um deles, não há dúvida de que ele a perseguiria sem escrúpulos e que, tendo atingido a sua presa, muito pouco se lhe dava faltar a dos companheiros.

É fácil compreender que tal relacionamento não exigia uma linguagem muito mais refinada do que a das gralhas ou dos macacos, que se agrupam quase do mesmo modo. Gritos inarticulados, muitos gestos e alguns ruídos imitativos devem ter composto por muito tempo a língua universal; juntando-se-lhes, em cada região, alguns sons articulados e convencionais cuja instituição, como já disse, não é muito fácil de explicar, obtiveram-se línguas particulares, mas grosseiras, imperfeitas e quase iguais às que ainda hoje possuem diversas nações selvagens. Percorro como uma flecha multidões de séculos, forçado pelo tempo que escoa, pela abundância das coisas que tenho que dizer e pelo progresso quase imperceptível desses primórdios, pois, quanto mais lentos em se suceder eram os acontecimentos, mais depressa são descritos.

Esses primeiros progressos habilitaram afinal o homem a obter outros mais rápidos. Quanto mais se esclarecia o espírito, mais se aperfeiçoava o engenho. Logo, deixando de adormecer embaixo da primeira árvore, ou de recolher-se a cavernas, descobriram alguns tipos de

machados de pedras duras e cortantes, que serviram para cortar madeira, escavar a terra e fazer choupanas de ramagens, que depois tiveram a idéia de revestir de argila e lama. Essa foi a época de uma primeira revolução que formou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade, da qual nasceram talvez muitas brigas e combates. No entanto, como os mais fortes foram provavelmente os primeiros a fazer habitações que se sentiam capazes de defender, é de se crer que os fracos julgaram mais rápido e mais seguro imitá-los do que tentar desalojá-los; e, quanto àqueles que já possuíam cabanas, nenhum deles deve ter procurado apropriar-se daquela do vizinho, não tanto por ela não lhe pertencer, mas por lhe ser inútil e por não poder apoderar-se dela sem expor-se a um combate violento com a família que a ocupava.

Os primeiros desenvolvimentos do coração decorreram de uma situação nova que reunia numa habitação comum os maridos e as mulheres, os pais e os filhos. O hábito de viver junto fez nascer os mais doces sentimentos porventura conhecidos pelos homens, o amor conjugal e o amor paterno. Cada família tornou-se uma pequena sociedade, ainda mais unida por serem o apego recíproco e a liberdade os seus únicos vínculos; foi então que se estabeleceu a primeira diferença na maneira de viver dos dois sexos, que até então tinham apenas uma. As mulheres tornaram-se mais sedentárias e acostumaram-se a tomar conta da cabana e dos filhos, enquanto o homem ia buscar a subsistência comum. Os dois sexos começaram assim, com uma vida um pouco mais indolente, a perder um tanto de sua ferocidade e de seu vigor; porém, se cada qual, em separado, ficou menos

apto para combater os animais selvagens, em compensação foi mais fácil reunirem-se para lhes resistirem em comum.

Nesse novo estado, tendo uma vida simples e solitária, necessidades muito limitadas e os instrumentos que haviam inventado para satisfazê-las, os homens, desfrutando um grande lazer, empregaram-no para obter vários tipos de comodidades desconhecidas de seus pais; e foi esse o primeiro jugo que impensadamente se impuseram e a primeira fonte de males que prepararam para seus descendentes, pois, além de continuarem assim a enfraquecer o corpo e o espírito, ao se habituarem com essas comodidades, estas perderam quase todo o atrativo e ao mesmo tempo degeneraram em verdadeiras necessidades. Assim, a privação delas tornou-se mais cruel do que doce era a sua posse, e sentiam-se infelizes por perdê-las, sem serem felizes por possuí-las.

Entrevemos aqui um pouco melhor como o uso da palavra se estabelece ou se aperfeiçoa imperceptivelmente no seio de cada família e podemos ainda conjeturar como diversas causas particulares puderam estender a linguagem e acelerar-lhe o progresso, tornando-a mais necessária. Grandes inundações ou tremores de terra cercaram de águas ou de precipícios algumas terras habitadas; revoluções do globo separaram e cortaram em ilhas porções do continente. Concebe-se que, entre homens assim aproximados e forçados a viverem juntos, deve ter se formado um idioma comum, mais depressa do que entre aqueles que perambulavam livremente pelas florestas da terra firme. Assim, é muito possível que, depois de suas primeiras tentativas de navegações, alguns insulares tenham trazido a nós o uso da palavra, sendo pelo

menos muito verossímil que a sociedade e as línguas tenham nascido nas ilhas e nelas se aperfeiçoado antes de serem conhecidas no continente.

Tudo começa a mudar de face. Os homens, até então errantes pelos bosques, depois de adquirirem uma situação mais fixa, aproximam-se lentamente, reúnem-se em diversos grupos e formam por fim, em cada região, uma nação particular, uniforme nos costumes e nos caracteres, não por regulamentos e leis, mas pelo mesmo gênero de vida e de alimentos e pela influência comum do clima. Uma vizinhança permanente não pode deixar de engendrar afinal alguma ligação entre diversas famílias. Jovens de diferentes sexos moram em cabanas vizinhas, o relacionamento passageiro, exigido pela natureza, traz logo outro não menos doce e mais permanente, pelo convívio mútuo. Acostumam-se a considerar diferentes objetos e a fazer comparações; adquirem insensivelmente idéias de mérito e de beleza que produzem sentimentos de preferência. À força de se verem, já não podem passar sem se ver novamente. Um sentimento terno e doce insinua-se na alma e, à menor oposição, torna-se um furor impetuoso: o ciúme desperta com o amor; a discórdia triunfa, e a mais doce das paixões recebe sacrifícios de sangue humano.

À medida que as idéias e os sentimentos se sucedem, que o espírito e o coração se exercitam, o gênero humano continua a domesticar-se, as ligações se estendem e os laços se apertam. Acostumam-se a reunir-se defronte das cabanas ou à volta de uma grande árvore; o canto e a dança, verdadeiros filhos do amor e do lazer, tornaram-se a diversão, ou melhor, a ocupação dos homens e das mulheres ociosos e agrupados. Cada qual

começou a olhar os outros e a querer ser olhado por sua vez, e a estima pública teve um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor; o mais belo, o mais forte, o mais hábil ou o mais eloqüente passou a ser o mais considerado, e foi esse o primeiro passo para a desigualdade e para o vício ao mesmo tempo; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado a vaidade e o desprezo, do outro a vergonha e o desejo; e a fermentação causada por esses novos germes produziu por fim compostos funestos à felicidade e à inocência.

Assim que os homens começaram a apreciar-se mutuamente e se lhes formou no espírito a idéia de consideração, cada qual pretendeu ter direito a ela e não foi mais possível privar ninguém dela impunemente. Provieram daí os primeiros deveres da civilidade, mesmo entre os selvagens, e a partir daí qualquer agravo voluntário tornou-se um ultraje porque, com o mal que resultava da injúria, o ofendido nela via o desprezo de sua pessoa, em geral mais insuportável do que o próprio mal. Foi assim que, punindo cada qual o desprezo que lhe haviam demonstrado de uma maneira proporcional à importância que atribuía a si mesmo, as vinganças se tornaram terríveis e os homens, sanguinários e cruéis. Aí está precisamente o grau a que chegara a maioria dos povos selvagens que nos são conhecidos, e por não terem distinguido suficientemente as idéias e observado quão distantes tais povos já estavam do primeiro estado de natureza é que vários estudiosos se precipitaram em concluir que o homem é naturalmente cruel e que é necessária a polícia para amansá-lo, quando nada é tão manso como ele em seu estado primitivo, quando, colocado pela natureza em igual distância da estupidez dos brutos

e das luzes funestas do homem civil e limitado tanto pelo instinto como pela razão a proteger-se do mal que o ameaça, é contido pela piedade natural de fazer ele próprio mal a alguém, sem a isso ser levado por nada, mesmo depois de tê-lo recebido. Pois, segundo o axioma do sábio Locke, *não poderia haver injúria onde não houvesse propriedade.*

Cumpre observar, porém, que a sociedade iniciada e as relações já estabelecidas entre os homens exigiam deles qualidades diferentes daquelas que deviam à sua constituição primitiva; que, começando a moralidade a introduzir-se nas ações humanas, e sendo cada qual, antes das leis, o único juiz e vingador das ofensas recebidas, a bondade conveniente ao puro estado de natureza já não era a que convinha à sociedade nascente; que as punições deviam tornar-se mais severas à medida que as ocasiões de ofender ficavam mais freqüentes e que competia ao terror das vinganças ficar no lugar do freio das leis. Assim, embora os homens houvessem ficado menos tolerantes e a piedade natural já houvesse sofrido certa alteração, esse período do desenvolvimento das faculdades humanas, mantendo-se no exato meio-termo entre a indolência do estado primitivo e a petulante atividade de nosso amor-próprio, deve ter sido a época mais feliz e duradoura. Quanto mais refletimos sobre isso, mais achamos que esse estado era o menos sujeito às revoluções, o melhor para o homem°, e que ele deve ter saído dele por algum funesto acaso que, para a utilidade comum, nunca deveria ter sucedido. O exemplo dos selvagens, que foram quase todos encontrados nesse ponto, parece confirmar que o gênero humano era feito para permanecer sempre nele, que tal estado é a verdadeira juventude

do mundo e que todos os progressos posteriores foram, aparentemente, outros tantos passos rumo à perfeição do indivíduo e, efetivamente, dirigiam-se à decrepitude da espécie.

Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar suas roupas de peles com espinhos de plantas ou espinhas de peixes, a enfeitar-se com penas e conchas, a pintar o corpo com diversas cores, a aperfeiçoar ou embelezar seus arcos e flechas, a talhar com pedras cortantes algumas canoas de pescadores ou alguns instrumentos grosseiros de música, em suma, enquanto se aplicaram apenas a obras que um homem podia fazer sozinho e a artes que não precisavam do concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o poderiam ser por sua natureza e continuaram a usufruir entre si as doçuras de um relacionamento independente. Mas, a partir do instante em que um homem necessitou do auxílio do outro, desde que percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que cumpria regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e medrarem com as searas.

A metalurgia e a agricultura foram as duas artes cuja invenção produziu essa grande revolução. Para o poeta, foram o ouro e a prata, mas, para o filósofo, foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens e perderam o gênero humano. Assim, ambos eram desconhecidos dos selvagens da América, que por isso continuaram a ser selvagens; os outros povos parecem mesmo ter permaneci-

do bárbaros enquanto praticaram uma dessas artes sem a outra; e talvez uma das melhores razões por que a Europa foi, senão mais cedo, pelo menos mais constantemente e mais bem policiada do que as outras partes do mundo, seja a de ser, a um só tempo, a mais abundante em ferro e a mais fértil em trigo.

É muito difícil conjeturar como os homens chegaram a conhecer e a empregar o ferro, pois não é crível que tenham imaginado por si sós extrair a matéria da mina e dar-lhe as preparações necessárias para deixá-la em fusão, antes de saber o que resultaria disso. Por outro lado, há menos motivos ainda para atribuir tal descoberta a algum incêndio acidental, pois as minas só se formam em lugares áridos e desprovidos de árvores e plantas, podendo-se até dizer que a natureza tomara precauções para nos ocultar esse fatal segredo. Logo, resta apenas a circunstância extraordinária de algum vulcão que, vomitando matérias metálicas em fusão, terá dado aos observadores a idéia de imitar essa operação da natureza; ainda há que lhes supor muita coragem e previdência para empreender um trabalho tão penoso e atinar, com tanta antecedência, as vantagens que dele poderiam tirar, o que só fariam espíritos já mais exercitados do que estes deveriam ser.

Quanto à agricultura, seu princípio foi conhecido muito tempo antes de ser a sua prática estabelecida, e é quase impossível que os homens, ocupados continuamente em tirar sua subsistência das árvores e das plantas, não concebessem rapidamente a idéia dos caminhos que a natureza emprega para a geração dos vegetais; mas é provável que a indústria deles só se voltasse muito tarde para esse lado, seja porque as árvores, que com a

caça e a pesca lhes forneciam a alimentação, não precisavam de seus cuidados, seja porque não conheciam o uso do trigo, seja por falta de instrumentos para cultivá-lo, seja por imprevidência da precisão futura, seja, enfim, por falta de meios para impedir os outros de apropriarem-se do fruto de seu trabalho. Tornados mais industriosos, pode-se acreditar que, com pedras aguçadas e paus pontudos, começaram por cultivar alguns legumes ou raízes à volta de suas cabanas, muito tempo antes de saberem preparar o trigo e de terem os instrumentos necessários para a cultura de maior porte; sem contar que, para dedicar-se a essa ocupação e para semear as terras, impõe-se a resolução de primeiro perder alguma coisa para ganhar muito depois; precaução muito distante do feitio mental do homem selvagem que, como já disse, tem muita dificuldade para pensar de manhã em suas necessidades da noite.

A invenção das outras artes foi, pois, necessária para forçar o gênero humano a aplicar-se à arte da agricultura. Desde que se precisou de homens para fundir e forjar o ferro, precisou-se de outros para alimentar a estes. Quanto mais veio a multiplicar-se o número dos operários, menos mãos foram empregadas no fornecimento da subsistência comum, sem que houvesse menos bocas para consumi-la; e como uns precisaram de alimentos em troca de seu ferro os outros descobriram afinal o segredo de empregar o ferro na multiplicação dos alimentos. Daí nasceram, de um lado, a lavoura e a agricultura e, do outro, a arte de trabalhar os metais e multiplicar-lhes os usos.

Da cultura das terras seguiu-se necessariamente sua partilha, e da propriedade, uma vez reconhecida, as pri-

meiras regras de justiça; pois, para dar a cada qual o seu, cumpre que cada qual possa ter alguma coisa; ademais, começando os homens a dirigirem suas vistas ao futuro e percebendo todos que tinham bens passíveis de perda, não havia um que não tivesse de temer para si a represália dos danos que poderia causar a outrem. Essa origem é tanto mais natural quanto é impossível conceber a idéia de que a propriedade nascesse de algo que não a mão-de-obra, pois não se vê o que, para apropriar-se das coisas que não fez, o homem pode introduzir-lhe além do seu trabalho. É o trabalho apenas que, dando ao lavrador o direito sobre o produto da terra que lavrou, dá-lhe, conseqüentemente, o direito sobre o solo, pelo menos até a colheita, e assim, de ano em ano, o que vinha a ser uma posse contínua se transforma facilmente em propriedade. Quando os antigos, diz Grotius, concederam a Ceres o epíteto de legisladora e às festas celebradas em sua honra o nome de Tesmofórias, com isso deram a entender que a partilha das terras produziu uma nova espécie de direito, ou seja, o direito de propriedade, diferente daquele que resulta da lei natural.

As coisas nesse estado poderiam ter permanecido iguais se os talentos fossem iguais e se, por exemplo, o emprego do ferro e o consumo dos alimentos estivessem sempre em perfeito equilíbrio. Porém a proporção que nada mantinha logo foi rompida; o mais forte realizava mais obras; o mais esperto tirava melhor partido da sua; o mais engenhoso encontrava meios de abreviar o trabalho; o lavrador tinha mais necessidade de ferro, ou o ferreiro mais necessidade de trigo e, trabalhando igualmente, um ganhava muito enquanto o outro labutava para viver. É assim que a desigualdade natural se desdobra in-

sensivelmente com a desigualdade de combinação, e as diferenças dos homens, desenvolvidas pelas das circunstâncias, ficam mais sensíveis, mais permanentes em seus efeitos, e começam a influir na mesma proporção sobre a sorte dos particulares.

Tendo as coisas chegado a esse ponto, é fácil imaginar o resto. Não me deterei descrevendo a invenção sucessiva das outras artes, o progresso das línguas, a prova e o emprego dos talentos, a desigualdade das fortunas, o uso ou o abuso das riquezas, nem todos os pormenores que seguem estes e que cada qual pode sem esforço complementar. Limitar-me-ei somente a lançar uma vista-de-olhos sobre o gênero humano colocado nessa nova ordem de coisas.

Eis, portanto, todas as nossas faculdades desenvolvidas, a memória e a imaginação em jogo, o amor-próprio interessado, a razão em atividade e o espírito quase atingindo o termo de perfeição de que é suscetível. Eis todas as qualidades naturais postas em ação, a posição e a sorte de cada homem estabelecidas, não só quanto à quantidade de bens e ao poder de servir ou de prejudicar, mas também quanto ao espírito, à beleza, à força ou à habilidade, quanto ao mérito e aos talentos, e, sendo tais qualidades as únicas que podiam granjear a consideração, logo foi preciso tê-las ou afetar tê-las; para o proveito próprio, foi preciso mostrar-se diferente do que de fato se era. Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente diferentes, e dessa distinção provieram o fausto imponente, a astúcia enganadora e todos os vícios que lhes formam o cortejo. Por outro lado o homem, de livre e independente que era antes, passou a estar, em virtude de uma profusão de novas necessidades, por assim

dizer sujeito a toda a natureza, sobretudo aos seus semelhantes, de quem num sentido se torna escravo, mesmo em se tornando seu senhor; rico, precisa de seus serviços; pobre, precisa de seu auxílio, e a mediocridade não o coloca em situação de viver sem eles. Logo, é necessário que incessantemente procure interessá-los em sua sorte e fazê-los encontrar, real ou aparentemente, proveito em trabalhar para o seu próprio; isso torna-o dissimulado e artificioso com uns, imperioso e duro para com outros e torna-lhe imprescindível lograr todos aqueles de que necessita, quando não pode fazer-se temer por eles e não acha de seu interesse servi-los utilmente. Enfim, a ambição devoradora, a gana de aumentar sua fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para ficar acima dos outros, inspiram a todos os homens uma nefanda inclinação para se prejudicarem mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para aplicar seu golpe com maior segurança, freqüentemente assume a máscara da benevolência; em suma, concorrência e rivalidade de um lado, oposição de interesses do outro e sempre o desejo oculto de tirar proveito à custa de outrem; todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente.

Antes que se houvessem inventado os sinais representativos das riquezas, elas quase que só podiam consistir em terras e em rebanhos, os únicos bens reais que os homens podiam possuir. Ora, quando as heranças cresceram em número e em extensão a ponto de cobrirem todo o solo e de tocarem-se umas nas outras, umas só puderam então progredir a expensas das outras, e os supranumerários, que a fraqueza ou a indolência haviam

impedido de adquiri-las por sua vez, tornados pobres sem nada terem perdido, porque, mudando tudo ao seu redor, apenas eles não haviam mudado, foram obrigados a receber ou a usurpar sua subsistência da mão dos ricos; e daí começaram a nascer, conforme os diversos temperamentos de uns e de outros, a dominação e a servidão, ou a violência e as rapinas. Os ricos, por sua vez, mal conheceram o prazer de dominar e logo desdenharam todos os outros e, servindo-se de seus antigos escravos para submeter outros novos, só pensaram em subjugar e escravizar seus vizinhos; como esses lobos famintos que, tendo provado uma vez carne humana, rejeitam qualquer outro alimento e só querem devorar homens.

Foi assim que, tendo os mais poderosos ou os mais miseráveis feito de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de direito ao bem alheio, equivalente, segundo eles, ao da propriedade, a igualdade rompida foi seguida pelas mais terríveis desordens; foi assim que as usurpações dos ricos, as pilhagens dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, ao abafarem a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus. Levantava-se entre o direito do mais forte e o direito do primeiro ocupante um conflito perpétuo que só terminava por combates e assassínios[p]. À sociedade nascente seguiu-se um terrível estado de guerra; o gênero humano, aviltado e desolado, já não podendo voltar atrás nem renunciar às infelizes aquisições que fizera e trabalhando apenas para a sua vergonha, pelo abuso das faculdades que o dignificam, colocou a si mesmo às portas de sua ruína.

Attonitus novitate mali, divesque miserque,
Effugere optat opes, et quae modo voverat, odit.
[Ovídio, *Metamorfoses*, XI, v. 127.]

É impossível que os homens não tenham afinal refletido sobre uma situação tão miserável e sobre as calamidades que os acabrunhavam. Sobretudo os ricos devem ter logo percebido quão desvantajosa lhes era uma guerra perpétua cujas despesas pagavam sozinhos e na qual o risco de vida era comum e o dos bens, particular a eles. Aliás, qualquer que fosse o pretexto que pudessem dar às suas usurpações, bem percebiam estarem elas assentes apenas sobre um direito precário e abusivo, e que, sendo adquiridas somente pela força, a força poderia retirar-lhas sem que tivessem razão de lastimar-se. Mesmo aqueles enriquecidos apenas pelo próprio engenho não tinham títulos muito melhores para fundamentar sua propriedade. Por mais que dissessem: "Fui eu que construí este muro; ganhei este terreno com meu trabalho." Outros poderiam retorquir-lhes: "Quem vos deu os arruamentos, e a troco de que pretendeis ser pagos à nossa custa de um trabalho que não vos impusemos? Ignorais que uma multidão de irmãos vossos perece ou passa necessidades porque tendes em excesso e que vos seria preciso um consentimento expresso e unânime do gênero humano para vos apropriardes, sobre a subsistência comum, de tudo quanto ultrapassasse a vossa?" Destituído de razões válidas para justificar-se e de forças suficientes para defender-se; esmagando facilmente um particular, mas esmagado ele próprio por magotes de bandidos; sozinho contra todos e não podendo, por causa das invejas recíprocas, unir-se com seus iguais contra

inimigos unidos pela esperança comum da pilhagem, o rico, premido pela necessidade, acabou por conceber o projeto mais refletido que jamais passou pelo espírito humano: empregar em seu favor as próprias forças daqueles que o atacavam, transformar em defensores seus adversários, inspirar-lhes outras máximas e dar-lhes outras instituições que lhe fossem tão favoráveis quanto lhe era contrário o direito natural.

Com esse intuito, depois de expor aos vizinhos o horror de uma situação que os armava todos uns contra os outros, que lhes deixava as posses tão onerosas quanto as necessidades deles e na qual ninguém encontrava segurança, nem na pobreza nem na riqueza, inventou facilmente razões especiosas para conduzi-los ao seu objetivo. "Unamo-nos", disse-lhes, "para resguardar os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada qual a posse do que lhe pertence. Instituamos regulamentos de justiça e de paz aos quais todos sejam obrigados a adequar-se, que não abram exceção a ninguém e reparem de certo modo os caprichos da fortuna, submetendo igualmente o poderoso e o fraco a deveres mútuos. Em suma, em vez de voltarmos nossas forças contra nós mesmos, reunamo-las em um poder supremo que nos governe segundo leis sábias, que proteja e defenda todos os membros da associação, rechace os inimigos comuns e nos mantenha numa concórdia eterna."

Foi preciso muito menos do que o equivalente a esse discurso para empolgar homens grosseiros, fáceis de seduzir, que aliás tinham muitas questões para resolver entre si para poderem viver sem árbitros e muita avareza e ambição para poderem viver por muito tempo sem senhores. Todos correram ao encontro de seus grilhões,

acreditando assegurar a liberdade, pois, com razão suficiente para perceber as vantagens de um estabelecimento político, não tinham experiência suficiente para prever-lhe os perigos; os mais capazes de pressentir os abusos eram precisamente os que contavam aproveitar-se deles, e mesmo os sábios viram que era preciso decidir-se a sacrificar uma parte de sua liberdade para a conservação da outra, como um ferido manda cortar o braço para salvar o resto do corpo.

Tal foi ou deve ter sido a origem da sociedade e das leis, que criaram novos entraves para o fraco e novas forças para o rico[q], destruíram em definitivo a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma hábil usurpação fizeram um direito irrevogável e, para o lucro de alguns ambiciosos, sujeitaram daí para frente todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria. Vê-se facilmente como o estabelecimento de uma única sociedade tornou indispensável o de todas as outras e como, para fazer frente a forças unidas, foi preciso unir-se por sua vez. As sociedades, multiplicando-se ou estendendo-se com rapidez, logo cobriram toda a superfície da terra, e já não foi possível encontrar um único ponto no universo onde se pudesse libertar-se do jugo e subtrair a cabeça à espada, amiúde mal conduzida, que cada homem viu perpetuamente suspensa sobre a sua. Tornando-se assim o direito civil a regra comum dos cidadãos, a lei da natureza só foi seguida entre as diversas sociedades em que, com o nome de direito das gentes, foi temperada por algumas convenções tácitas para tornar possível o convívio e substituir a comiseração natural que, perdendo de sociedade para sociedade quase toda a força que tinha de homem

para homem, só reside ainda em algumas grandes almas cosmopolitas que transpõem as barreiras imaginárias que separam os povos e que, a exemplo do ser soberano que as criou, envolvem todo o gênero humano em sua benevolência.

Os corpos políticos, permanecendo assim entre si no estado de natureza, logo se ressentiram dos inconvenientes que haviam forçado os particulares a sair dele, e esse estado tornou-se ainda mais funesto entre esses grandes corpos do que o fora anteriormente entre os indivíduos dos quais eram compostos. Daí provieram as guerras nacionais, as batalhas, os assassínios, as represálias que fazem estremecer a natureza e chocam a razão, e todos esses horríveis preconceitos que consideram uma virtude a honra de derramar o sangue humano. As pessoas mais honestas aprenderam a incluir entre seus deveres o de degolar seus semelhantes; viram-se por fim os homens massacrarem-se aos milhares sem saber por quê; e cometiam-se mais assassínios num só dia de combate e mais horrores na tomada de uma única cidade do que se haviam cometido no estado de natureza, durante séculos inteiros, em toda a superfície da Terra. Tais são os primeiros efeitos que se entrevêem na divisão do gênero humano em diferentes sociedades. Voltemos às suas instituições.

Sei que vários autores atribuíram outras origens às sociedades políticas, como as conquistas do mais poderoso ou a união dos fracos, e a escolha entre essas causas é indiferente ao que quero estabelecer. Entretanto, a que acabo de expor parece-me a mais natural pelas seguintes razões: 1º Porque, no primeiro caso, não sendo o direito de conquista um direito, não pôde fundamen-

tar nenhum outro, ficando o conquistador e os povos conquistados em permanente estado de guerra entre si, a menos que a nação, reposta em plena liberdade, escolhesse voluntariamente seu vencedor como chefe. Até então, se bem que se tenham feito algumas capitulações, como só se fundamentaram na violência, e são por conseguinte por esse mesmo fato nulas, não pode haver nessa hipótese nem verdadeira sociedade, nem corpo político, nem outra lei senão a do mais forte. 2º Porque as palavras *forte* e *fraco* são equívocas no segundo caso; porque, no intervalo existente entre o estabelecimento do direito de propriedade, ou do primeiro ocupante, e o dos governos políticos, as palavras *pobre* e *rico* expressam melhor o sentido desses termos, uma vez que, na verdade, um homem não tinha, antes das leis, outro meio de subjugar seus iguais senão lhes atacando os bens, ou lhes cedendo uma parte dos seus. 3º Porque, não tendo os pobres nada a perder senão a sua liberdade, teria sido uma grande loucura da parte deles destituir-se voluntariamente do único bem que lhes restava para nada ganhar em troca; porque sendo os ricos, ao contrário, por assim dizer vulneráveis em todas as partes de seus bens, era muito mais fácil lesá-los; porque tinham, conseqüentemente, de tomar mais precauções para se defenderem disso e, enfim, porque é mais razoável crer ter sido uma coisa inventada por aqueles a quem é útil do que por aqueles a quem prejudica.

O governo nascente não teve uma forma constante e regular. A falta de filosofia e de experiência só deixava perceber os inconvenientes presentes e não se pensava em sanar os outros senão à medida que se iam apresentando. Apesar de todos os trabalhos dos mais sábios le-

gisladores, o estado político permaneceu sempre imperfeito, porque era quase obra do acaso e porque, iniciado de um modo errado, o tempo, descobrindo-lhe os defeitos e sugerindo os remédios, nunca conseguiu reparar os vícios da constituição. Remendava-se continuamente, quando se deveria começar por limpar a área e descartar todos os materiais velhos, como fez Licurgo em Esparta, para depois erguer um bom edifício. A sociedade, a princípio, consistiu apenas em algumas convenções gerais que todos os particulares se comprometiam a observar e das quais a comunidade se tornava fiadora perante cada um deles. Foi preciso que a experiência mostrasse quão fraca era tal constituição e quão fácil era aos infratores evitar a acusação ou o castigo das faltas, das quais somente o público devia ser testemunha e juiz; foi preciso que a lei fosse iludida de mil maneiras; foi preciso que os inconvenientes e as desordens se multiplicassem continuamente para que afinal se pensasse em confiar a particulares a perigosa custódia da autoridade pública e se delegasse a magistrados o cuidado de impor o cumprimento das deliberações do povo; porque dizer que os chefes foram escolhidos antes que a confederação fosse feita e que os ministros das leis existiram antes das próprias leis é uma suposição que não se pode combater seriamente.

Também não seria razoável crer que os povos se tenham lançado logo de início nos braços de um senhor absoluto, sem condições nem compensações, e que se precipitar na escravidão tenha sido o primeiro meio de prover a segurança comum que tenham imaginado homens altivos e indomados. Com efeito, por que aceitaram ter superiores senão para que estes os defendessem

contra a opressão e lhes protegessem os bens, as liberdades e as vidas, que são, por assim dizer, os elementos constitutivos do seu ser? Ora, como nas relações de homem com homem o pior que pode acontecer a um é ver-se à mercê do outro, não seria contrário ao bom senso começar por despojar-se, nas mãos de um chefe, das únicas coisas para cuja conservação precisavam de seu auxílio? Qual equivalente poderia ele oferecer-lhes para a concessão de tão belo direito? E, se tivesse ousado exigi-lo com o pretexto de defendê-los, não receberia de imediato a resposta do apólogo: "O que nos fará a mais o inimigo?" Logo, é incontestável, e constitui a máxima fundamental de todo o direito político, que os povos aceitaram ter chefes para que estes lhes defendessem a liberdade e não para que os escravizassem. *Se temos um príncipe*, dizia Plínio a Trajano, *é para que nos preserve de ter um senhor.*

Os políticos fazem sobre o amor à liberdade os mesmos sofismas que fizeram os filósofos sobre o estado de natureza: pelas coisas que vêem, julgam coisas muito diferentes que não viram e atribuem aos homens uma inclinação natural para a servidão pela paciência com que aqueles que têm diante dos olhos suportam a deles, sem pensarem que com a liberdade acontece o mesmo que com a inocência e a virtude, cujo valor só é percebido na medida em que a própria pessoa as usufrui e cujo gosto se perde assim que foram perdidas. "Conheço as delícias de teu país", dizia Brásidas* a um sátrapa que comparava a vida de Esparta com a de Persépolis, "mas não podes conhecer os prazeres do meu."

* Brásidas (século V a.C.), general espartano que, depois de obter muitas vitórias sobre os atenienses, morreu na batalha de Antípolis. (N. da T.)

Como um corcel indômito eriça a crina, bate a pata no chão e se debate impetuosamente à mera aproximação do freio, enquanto um cavalo adestrado agüenta pacientemente o chicote e a espora, o homem bárbaro não curva a cabeça ao jugo que o homem civilizado carrega sem um murmúrio e prefere a mais tempestuosa liberdade a uma sujeição tranqüila. Não é, pois, pelo aviltamento dos povos escravizados que se deve julgar as disposições naturais do homem pró ou contra a servidão, mas pelos prodígios realizados por todos os povos livres para se defenderem contra a opressão. Sei que os primeiros se atêm a enaltecer incessantemente a paz e o sossego que desfrutam sob os seus grilhões, e que *miserrimam servitutem pacem appellant*; mas quando vejo os outros sacrificarem os prazeres, o sossego, a riqueza, o poder e mesmo a vida à conservação desse único bem tão desdenhado por aqueles que o perderam; quando vejo animais nascidos livres e abominando o cativeiro quebrar a cabeça contra as grades de sua prisão; quando vejo multidões de selvagens inteiramente nus menosprezarem as voluptuosidades européias e afrontarem a fome, o fogo, o ferro e a morte para conservarem apenas sua independência, percebo que não é a escravos que compete raciocinar sobre a liberdade.

Quanto à autoridade paterna, da qual vários autores fizeram derivar o governo absoluto e toda a sociedade, sem recorrer às provas contrárias de Locke e de Sidney*,

* Algernon Sidney, patriota inglês executado em 1683, sustentou, em *Discursos sobre o governo*, que o rei, submetido à lei, pode ser deposto pelo povo. Refutou Robert Filmer que, em *Patriarca*, identificava a autoridade da monarquia com a paterna. Tese igualmente refutada por Locke em *Dois tratados sobre o governo*. (N. da T.)

basta observar que nada no mundo está mais distante do espírito feroz do despotismo do que a brandura dessa autoridade, que busca mais a vantagem de quem obedece do que a utilidade de quem manda; que, pela lei da natureza, o pai só é o senhor do filho enquanto seu auxílio lhe é necessário, que, além desse prazo, ambos tornam-se iguais e o filho então, inteiramente independente do pai, deve-lhe apenas respeito e não obediência, pois o reconhecimento é mesmo um dever que se deve cumprir, mas não um direito que se possa exigir. Em vez de dizer que a sociedade civil deriva do poder paterno, cumpriria, ao contrário, dizer que é dela que esse poder tira sua principal força; um indivíduo só foi reconhecido como o pai de outros quando estes ficaram reunidos à sua volta. Os bens do pai, dos quais este é realmente o senhor, são os vínculos que retêm os filhos em sua dependência, e ele só pode dar-lhes participação em sua sucessão na proporção que o tiverem merecido por uma contínua deferência a suas vontades. Ora, longe de poderem os súditos esperar algum favor semelhante de seu déspota, como propriedade dele que são, eles e tudo quanto possuem, ou pelo menos assim pretende o déspota, ficam reduzidos a receber como um favor o que ele lhes deixa do próprio bem deles; faz justiça quando os despoja, concede-lhes uma mercê quando os deixa viver.

Continuando a examinar os fatos assim por intermédio do direito, não se encontraria mais solidez do que verdade no estabelecimento voluntário da tirania, e seria difícil demonstrar a validade de um contrato que só obrigasse uma das partes, no qual se colocasse tudo de um lado e nada do outro e só revertesse no prejuízo daquele que assume seu compromisso. Esse sistema odioso

está bem longe de ser, mesmo hoje, o dos sábios e bons monarcas, sobretudo dos reis da França, como se pode ver em diversos trechos de seus editos e, em particular, na seguinte passagem de um escrito célebre, publicado em 1667, em nome e por ordem de Luís XIV: *Que não me digam, pois, que o soberano não está sujeito às leis de seu Estado, porquanto a proposição contrária é uma verdade do direito das gentes, que a lisonja por vezes atacou, mas que os bons príncipes sempre defenderam como uma divindade tutelar de seus Estados. Quão mais legítimo é dizer, com o sábio Platão, que a perfeita felicidade de um reino consiste em ser um príncipe obedecido por seus súditos, em o príncipe obedecer à lei e em ser a lei justa e sempre dirigida ao bem público.* Não me deterei em investigar se, sendo a liberdade a mais nobre das faculdades do homem, não será degradar-lhe sua natureza colocar-se no nível dos animais escravos do instinto, não será mesmo ofender o autor de seu ser renunciar sem reservas ao mais precioso de todos os seus dons, sujeitar-se a cometer todos os crimes que ele nos proíbe para agradar a um senhor feroz ou insensato, e se esse operário sublime deve ficar mais irritado por ver destruir do que por ver desonrar sua mais bela obra. [Não levarei em conta, caso queiram, a autoridade de Barbeyrac, que afirma claramente, seguindo Locke, que ninguém pode vender sua liberdade a ponto de sujeitar-se a um poder arbitrário que o trate conforme seu capricho. *Pois*, acrescenta ele, *isso seria vender a própria vida, da qual não se é o dono.*]* Perguntarei somente com que direito

* Acréscimo da edição de 1782. Jean Barbeyrac (1674-1744), jurisconsulto francês, traduziu e anotou obras de Pufendorf e de Grotius. (N. da T.)

aqueles que não receiam aviltar-se a si mesmos até esse ponto puderam submeter sua posteridade à mesma ignomínia e renunciar em seu nome a bens que ela não deve à sua liberalidade e sem os quais a própria vida é onerosa a todos os que são dignos dela.

Diz Pufendorf que, assim como transferimos nossos bens a outrem mediante convenções e contratos, podemos também despojar-nos de nossa liberdade em favor de alguém. Aí está, parece-me, um péssimo raciocínio, pois, em primeiro lugar, os bens que alieno se me tornam algo totalmente alheio cujo abuso me é indiferente; importa-me, porém, que não abusem de minha liberdade, e não posso, sem me tornar culpado do mal que me forçarão a praticar, expor-me a vir a ser o instrumento do crime. Ademais, uma vez que o direito de propriedade não é mais que convenção e instituição humana, qualquer homem pode dispor a seu bel-prazer daquilo que possui; mas não se dá o mesmo com dons essenciais da natureza, tais como a vida e a liberdade, cujo gozo é permitido a todos e das quais é pelo menos duvidoso que se tenha o direito de despojar-se: privando-se de uma, degrada-se o próprio ser, privando-se da outra, aniquila-se tudo quanto existe em si próprio; e, como nenhum bem temporal pode compensar uma e outra, seria ofender a um só tempo a natureza e a razão renunciar a elas pelo preço que for. Mas, ainda que se pudesse alienar a liberdade como os bens, seria imensa a diferença para os filhos, que só usufruem os bens do pai por transmissão de seu direito, ao passo que, sendo a liberdade um dom que recebem da natureza na qualidade de homens, seus pais não têm o menor direito de despojá-los dela; de modo que, assim como foi preciso violentar a natureza

para estabelecer a escravidão, foi preciso mudá-la para perpetuar esse direito, e os jurisconsultos que sentenciaram gravemente que o filho de um escravo nasceria escravo decidiram, em outros termos, que um homem não nasceria homem.

Parece-me certo, portanto, que não só os governos não começaram pelo poder arbitrário, que não passa de sua corrupção, de seu termo extremo, e que acaba por reduzi-los unicamente à lei do mais forte, da qual no início foram o remédio, mas também que, mesmo que houvessem assim começado, sendo esse poder ilegítimo por sua natureza, não pôde servir de fundamento para os direitos da sociedade nem, por conseguinte, para a desigualdade de instituição.

Sem entrar agora nas pesquisas que ainda estão por fazer sobre a natureza do pacto fundamental de qualquer governo, atenho-me, seguindo a opinião geral, a considerar aqui o estabelecimento do corpo político como um verdadeiro contrato entre o povo e os chefes por ele escolhidos; contrato pelo qual as duas partes se obrigam à observância das leis nele estipuladas e que formam os vínculos de sua união. Havendo o povo reunido, a respeito das relações sociais, todas as suas vontades em uma só, todos os artigos sobre os quais essa vontade se explica tornam-se outras tantas leis fundamentais que obrigam todos os membros do Estado sem exceção, regulamentando uma delas a escolha e o poder dos magistrados encarregados de zelar pela execução das outras. Estende-se esse poder a tudo quanto possa manter a constituição, sem chegar a mudá-la. Juntam-se-lhe honrarias que tornam respeitáveis as leis e seus ministros e, para estes, pessoalmente, prerrogativas que os compen-

sam dos penosos trabalhos que custa uma boa administração. O magistrado, por sua vez, obriga-se a só usar do poder que lhe é confiado de acordo com a intenção dos delegantes, a manter cada qual no tranqüilo gozo do que lhe pertence e a preferir, em todas as ocasiões, a utilidade pública ao seu próprio interesse.

Antes que a experiência houvesse demonstrado, ou que o conhecimento do coração humano houvesse feito prever os inevitáveis abusos de tal constituição, esta deve ter parecido ainda melhor, porque os encarregados de zelarem por sua conservação eram eles próprios os mais interessados nisso, pois, estando a magistratura e seus direitos assentes apenas sobre leis fundamentais, assim que elas fossem destruídas, os magistrados deixariam de ser legítimos, o povo já não seria obrigado a obedecer-lhes e, como não fora o magistrado, mas a lei, que constituíra a essência do Estado, cada qual voltaria de direito à sua liberdade natural.

Por pouco que refletíssemos atentamente sobre esse ponto, isso se confirmaria por novas razões e, pela natureza do contrato, veríamos que não poderia ser irrevogável, pois, se não houvesse poder superior que pudesse ser fiador da fidelidade dos contratantes, nem os forçar a cumprir seus compromissos recíprocos, as partes ficariam os únicos juízes em sua própria causa, e cada uma delas teria sempre o direito de renunciar ao contrato tão logo achasse que a outra infringiu suas condições ou estas deixassem de convir-lhe. Parece-me que é nesse princípio que o direito de abdicar pode ser fundamentado. Ora, considerando-se apenas, como fazemos, a instituição humana, se o magistrado, que tem todo o poder na mão e se apropria de todas as vantagens do contrato, ti-

vesse entretanto o direito de renunciar à autoridade, com maior razão deveria o povo, que paga por todos os erros dos chefes, ter o direito de renunciar à dependência. Mas as terríveis dissensões, as infinitas desordens que acarretaria inevitavelmente esse perigoso poder, mostram, mais do que qualquer outra coisa, como os governos humanos necessitavam de uma base mais sólida do que a simples razão e como era necessário à tranqüilidade pública que a vontade divina interviesse para dar à autoridade soberana um caráter sagrado e inviolável que privasse os súditos do funesto direito de dispor dela. Mesmo que a religião só houvesse trazido esse bem aos homens, já bastaria para que todos eles devessem prezá-la e adotá-la, mesmo com seus abusos, porquanto ela poupa ainda mais sangue do que o que faz correr o fanatismo. Mas sigamos o fio de nossa hipótese.

As diferentes formas de governos originam-se das diferenças mais ou menos acentuadas que existiam entre os particulares no momento da instituição. Era um homem eminente em poder, em virtude, em riquezas ou em crédito? Foi o único a ser eleito magistrado, e o Estado tornou-se monárquico. Se muitos homens, quase iguais entre si, superavam todos os outros, foram eleitos conjuntamente, e teve-se uma aristocracia. Aqueles cuja fortuna ou talentos eram menos desproporcionais e estavam menos distanciados do estado de natureza conservaram em comum a administração suprema e formaram uma democracia. O tempo comprovou qual dessas formas era a mais vantajosa para os homens. Uns ficaram submetidos unicamente às leis, os outros logo obedeceram a senhores. Os cidadãos quiseram conservar sua liberdade, os súditos só pensaram em extirpá-la de seus

vizinhos, não podendo tolerar que outros usufruíssem um bem que eles mesmos não usufruíam. Em suma, de um lado ficaram as riquezas e as conquistas e, do outro, a felicidade e a virtude.

Nesses diversos governos, todas as magistraturas a princípio foram eletivas e, quando a riqueza não prevalecia, a preferência era concedida ao mérito, que confere uma ascendência natural, e à idade, que proporciona a experiência nos negócios e o sangue-frio nas deliberações. Os anciãos dos hebreus, os gerontes de Esparta, o senado de Roma e a própria etimologia da palavra *Senhor* mostram como outrora a velhice era respeitada. Quanto mais as eleições recaíam sobre os homens de idade avançada, mais se tornavam freqüentes, e mais suas dificuldades se faziam sentir; nasceram as intrigas, formaram-se as facções, indispuseram-se os partidos, surgiram as guerras civis, finalmente, sacrificou-se o sangue dos cidadãos à pretensa felicidade do Estado, e chegou-se ao ponto de recair na anarquia dos tempos anteriores. A ambição dos principais aproveitou-se dessas circunstâncias para perpetuar seus cargos em suas famílias; o povo, já acostumado com a dependência, com o sossego e com as comodidades da vida, e já sem condições de romper seus grilhões, consentiu em deixar aumentar sua servidão para fortalecer sua tranqüilidade, e foi assim que os chefes, tendo se tornado hereditários, acostumaram-se a olhar sua magistratura como um bem de família, a olhar a si mesmos como os proprietários do Estado do qual de início eram apenas os funcionários, a chamar os seus concidadãos de seus escravos, a incluí-los como gado no número das coisas que lhes pertenciam e a chamar a si mesmos de iguais aos deuses e reis dos reis.

Se seguirmos o progresso da desigualdade nessas diferentes revoluções, verificaremos que o estabelecimento da lei e do direito de propriedade foi seu primeiro termo; a instituição da magistratura, o segundo; e que o terceiro e último foi a mudança do poder legítimo para poder arbitrário. Assim, o estado do rico e do pobre foi autorizado pela primeira época; o do poderoso e do fraco, pela segunda; e, pela terceira, o de senhor e de escravo, que é o derradeiro grau da desigualdade e o termo a que chegam todos os outros, até que novas revoluções dissolvam totalmente o governo ou o aproximem da instituição legítima.

Para compreender a necessidade desse progresso, cumpre considerar menos os motivos do estabelecimento do corpo político do que a forma que assume em sua execução e os inconvenientes que traz consigo, pois os vícios, que tornam necessárias as instituições sociais, são os mesmos que tornam inevitável o seu abuso; e como, excetuando-se apenas Esparta, onde a lei zelava principalmente pela educação das crianças e onde Licurgo estabeleceu costumes que quase o dispensavam de lhes acrescentar leis, as leis, em geral menos fortes que as paixões, contêm os homens sem os modificar; seria fácil provar que todo governo que, sem se corromper nem se alterar, sempre procedesse exatamente em conformidade com a finalidade de sua instituição teria sido instituído sem necessidade, e que um país onde ninguém iludisse as leis nem abusasse da magistratura não teria necessidade de magistrados nem de leis.

As distinções políticas levam necessariamente às distinções civis. A desigualdade, ao crescer entre o povo e seus chefes, logo se faz sentir entre os particulares e aí

se modifica de mil maneiras de acordo com as paixões, os talentos e as ocorrências. O magistrado não poderia usurpar um poder ilegítimo sem se cercar de criaturas às quais é forçado a ceder uma parte dele. Aliás, os cidadãos só se deixam oprimir na medida em que, arrastados por uma cega ambição e olhando mais para baixo do que para cima de si, passam a apreciar mais a dominação que a independência e consentem em carregar grilhões para, por sua vez, poder distribuí-los. É muito difícil reduzir à obediência aquele que não procura comandar, e nem o político mais esperto conseguiria sujeitar homens que desejassem apenas ser livres. Mas a desigualdade estende-se sem dificuldade entre almas ambiciosas e covardes, sempre prontas a correrem os riscos da fortuna e a, quase indiferentemente, dominarem ou servirem, conforme lhes seja favorável ou contrária a fortuna. Foi assim que deve ter chegado um tempo em que os olhos do povo foram fascinados a tal ponto que bastava aos seus condutores dizer ao mais insignificante dos homens: "Sê grande, tu e tua raça", para que de imediato ele parecesse grande aos olhos de todos e aos seus próprios, e seus descendentes se elevassem ainda mais à medida que dele se distanciassem; quanto mais recuada e incerta era a causa, mais aumentava o efeito; com quanto mais indolentes se pudessem contar numa família, mais ilustre ela se tornava.

Se aqui coubesse entrar em pormenores, eu explicaria facilmente como, [sem que o governo sequer interfira]*, a desigualdade de crédito e de autoridade torna-se inevitável entre os particulares[r] assim que, reunidos nu-

* Acréscimo da edição de 1782. (N. da T.)

ma mesma sociedade, são forçados a comparar-se entre si e a levar em conta diferenças encontradas na prática contínua que devem ter uns com os outros. Tais diferenças são de várias espécies. Mas, como a riqueza, a nobreza ou a posição, o poder e o mérito pessoal são em geral as principais distinções pelas quais os homens se medem na sociedade, eu provaria que o acordo ou o conflito dessas forças diversas são a indicação mais segura de um Estado bem ou mal constituído. Mostraria que, entre essas quatro espécies de desigualdade, embora as qualidades pessoais sejam a origem de todas as outras, a riqueza é a última a que elas se reduzem no final, porque, sendo a mais imediatamente útil ao bem-estar e a mais fácil de transmitir, é fácil servir-se dela para comprar todo o resto. Observação esta que possibilita avaliar com bastante exatidão quanto cada povo se distanciou de sua instituição primitiva e o caminho que percorreu rumo ao termo extremo da corrupção. Assinalaria como esse desejo universal de reputação, de honrarias e de preferências, que nos devora a todos, exercita e compara os talentos e as forças, excita e multiplica as paixões, e como, tornando todos os homens concorrentes, rivais, ou melhor, inimigos, causa todos os dias reveses, sucessos e catástrofes de toda espécie, ao fazer com que tantos pretendentes corram na mesma liça. Mostraria que é a essa ânsia de fazer falar de si, a essa gana de distinguir-se que nos mantém quase sempre fora de nós mesmos que devemos o que há de melhor e de pior entre os homens, nossas virtudes e nossos vícios, nossas ciências e nossos erros, nossos conquistadores e nossos filósofos, ou seja, uma grande quantidade de coisas más contra um pequeno número de boas. Provaria enfim que, se vemos

um punhado de poderosos e de ricos no topo das grandezas e da fortuna, enquanto a multidão rasteja na obscuridade e na miséria, é porque os primeiros só estimam as coisas que desfrutam na medida em que os outros delas estão privados, e porque, sem mudar de estado, deixariam de ser felizes se o povo deixasse de ser miserável.

Mas esses pormenores sozinhos seriam material para uma obra considerável na qual se pesariam as vantagens e os inconvenientes de todos os governos com relação aos direitos do estado de natureza e na qual se desvelariam todas as diferentes faces com as quais a desigualdade se mostrou até nossos dias e poderá mostrar-se nos séculos futuros, segundo a natureza desses governos e as revoluções que o tempo necessariamente lhes trará. Ver-se-ia a multidão oprimida no interior por uma série de precauções que ela mesma tomara contra o que a ameaçava no exterior. Ver-se-ia a opressão crescer continuamente sem que os oprimidos jamais pudessem saber qual termo ela teria, nem que meios legítimos lhes restariam para detê-la. Ver-se-iam os direitos dos cidadãos e as liberdades nacionais se extinguirem pouco a pouco, e as reclamações dos fracos serem consideradas murmúrios sediciosos. Ver-se-ia a política restringir a uma porção mercenária do povo a honra de defender a causa comum; ver-se-ia originar-se daí a necessidade dos impostos, o lavrador desanimado abandonar seu campo, mesmo durante a paz, e deixar o arado para cingir a espada. Ver-se-iam nascer as regras funestas e extravagantes do ponto de honra. Ver-se-iam os defensores da pátria se tornarem, cedo ou tarde, seus inimigos, manterem sempre o punhal erguido contra seus concidadãos, e chegaria um tempo em que os ouviríamos dizer ao opressor de seu país:

Pectore si fratis gladium juguloque parentis
Condere me jubeas, gravidaeque in viscera partu
Conjugis, invita peragam tamen omnia dextra.
[Lucano, I, v. 376.]

Da extrema desigualdade das condições e das fortunas, da diversidade das paixões e dos talentos, das artes inúteis, das artes perniciosas, das ciências frívolas, sairiam multidões de preconceitos, igualmente contrários à razão, à felicidade e à virtude; ver-se-ia fomentado pelos chefes tudo quanto, desunindo-os, pudesse enfraquecer os homens reunidos, tudo quanto pudesse dar à sociedade um ar de concórdia aparente e semear-lhe um germe de divisão real, tudo quanto pudesse inspirar às diferentes ordens uma desconfiança e um ódio mútuo mediante a oposição de seus direitos e de seus interesses e, conseqüentemente, fortalecer o poder que os abarca a todos.

É do seio dessa desordem e dessas revoluções que o despotismo, erguendo paulatinamente sua horrorosa cabeça e devorando tudo o que tivesse percebido de bom e de sadio em todas as partes do Estado, conseguiria por fim pisar com os pés as leis e o povo e estabelecer-se sobre as ruínas da república. Os tempos que precederiam essa derradeira mudança seriam tempos de distúrbios e de calamidades, porém, no fim, tudo seria engolido pelo monstro, e os povos já não teriam chefes nem leis, mas somente tiranos. A partir desse instante também deixariam de importar os costumes e a virtude, pois em toda parte onde reina o despotismo, *cui ex honesto nulla est*

spes, ele não tolera nenhum outro senhor; assim que fala, não há probidade nem dever para consultar, e a mais cega obediência é a única virtude que resta aos escravos.

É este o último termo da desigualdade, e o ponto extremo que fecha o círculo e toca o ponto de que partimos; é nele que todos os particulares voltam a ser iguais porque nada são, e que, já não tendo os súditos outra lei além da vontade do senhor, nem o senhor outra regra além das suas paixões, se esvaem mais uma vez as noções do bem e os princípios da justiça. É nele que tudo se resume apenas à lei do mais forte e, por conseguinte, a um novo estado de natureza diferente daquele por que começamos, porque um era o estado de natureza em sua pureza, e este último é o fruto de um excesso de corrupção. Aliás, há tão pouca diferença entre esses dois estados, e o contrato de governo está tão dissolvido pelo despotismo, que o déspota só é o senhor enquanto é o mais forte e, tão logo o podem expulsar, ele não pode reclamar contra a violência. A rebelião que acaba por estrangular ou destronar um sultão é um ato tão jurídico como aqueles pelos quais ele dispunha, na véspera, das vidas e dos bens de seus súditos. Apenas a força o mantinha, apenas a força o derruba; todas as coisas se passam, assim, de acordo com a lei natural, e, seja qual for o desfecho dessas curtas e freqüentes revoluções, ninguém pode queixar-se da injustiça alheia, mas somente de sua própria imprudência, ou de sua infelicidade.

Descobrindo e acompanhando assim as trilhas esquecidas e perdidas que devem ter levado o homem do estado natural ao estado civil, restabelecendo, com as posições intermediárias que acabo de assinalar, aquelas que o tempo premente me fez suprimir, ou que a imagi-

nação não me sugeriu, todo leitor atento não deixará de impressionar-se com o espaço imenso que separa esses dois estados. É nessa lenta sucessão das coisas que verá a solução de uma infinidade de problemas morais e políticos que os filósofos não podem resolver. Perceberá que, não sendo o gênero humano de uma época o gênero humano de outra época, é por essa razão que Diógenes não encontrava um homem, porque procurava entre seus contemporâneos o homem de um tempo que já não existia. Catão, dirá ele, pereceu com Roma e com a liberdade porque estava deslocado em seu século, e o maior dos homens apenas surpreendeu o mundo que teria governado quinhentos anos antes. Em suma, explicará como a alma e as paixões humanas, alterando-se insensivelmente, mudam, por assim dizer, de natureza; por que nossas necessidades e nossos prazeres mudam de objetos com o passar do tempo; por que, esvaindo-se gradualmente o homem natural, a sociedade já não oferece aos olhos do sábio senão uma reunião de homens artificiais e de paixões factícias que são obra de todas essas novas relações e não têm nenhum fundamento real na natureza. O que a reflexão nos ensina a esse respeito, a observação o confirma perfeitamente: o homem selvagem e o homem policiado diferem tanto no fundo do coração e das inclinações que o que faz a felicidade suprema de um reduziria o outro ao desespero. O primeiro aspira só ao repouso e à liberdade, quer apenas viver e ficar ocioso, e mesmo a ataraxia do estóico não se aproxima de sua profunda indiferença por qualquer outro objeto. O cidadão, ao contrário, sempre ativo, cansa-se, agita-se, atormenta-se continuamente para encontrar ocupações ainda mais laboriosas; trabalha até a morte, até